



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
LITERATURA: INTERPRETAÇÃO, CIRCULAÇÃO E RECEPÇÃO

REBECCA FALCÃO SERRÃO

**A FIGURA FEMININA NA ESCRITA DE JANE AUSTEN E JÚLIA  
LOPES DE ALMEIDA**

**BELÉM/PA  
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
LITERATURA: INTERPRETAÇÃO, CIRCULAÇÃO E RECEPÇÃO

REBECCA FALCÃO SERRÃO

**A FIGURA FEMININA NA ESCRITA DE JANE AUSTEN E JÚLIA  
ALMEIDA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Maia de Queiroz

**BELÉM/PA  
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
LITERATURA: INTERPRETAÇÃO, CIRCULAÇÃO E RECEPÇÃO

REBECCA FALCÃO SERRÃO

**A FIGURA FEMININA NA ESCRITA DE JANE AUSTEN E JÚLIA  
LOPES DE ALMEIDA**

Data: 18/12/2020

Banca Examinadora:

---

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Maia de Queiroz  
Universidade Federal do Pará – UFPA

---

Titular: Prof. Dr. Fábio Mario da Silva  
Universidade Federal do sul e sudeste do Pará – UNIFESSPA

---

Titular: Profa. Dra. Valéria Augusti  
Universidade Federal do Pará – UFPA

**BELÉM/PA**  
**2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S487f        Serrão, Rebecca.  
A figura feminina na escrita de Jane Austen e Júlia Lopes de  
Almeida / Rebecca Serrão. — 2020.  
xii,117 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Juliana Queiroz  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em  
Letras, Belém, 2020.

1. Século XIX. Romance oitocentista. Figuras femininas..  
I. Título.

CDD 783.6

---

Dedico este trabalho às pessoas mais importantes na minha vida:

À minha mãe, que com todo carinho e paciência não mediu esforços para que eu chegasse até aqui. Mãezinha, seu cuidado, dedicação e amor me fizeram acreditar no meu potencial.

Ao meu irmão, que, entre um parágrafo e outro, me fazia sorrir e se preocupava com meu bem-estar. Vida, obrigada por me dar esperança para seguir.

Sou grata pela paciência e por me trazerem paz quando o caos parecia querer se instalar em mim. Vocês são o meu maior tesouro.

## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos por DEUS, sem ele nada seria possível. Agradeço, pois sei que sempre me amparou, consolou-me em minhas súplicas e nunca me deixou desistir.

À minha mãe Jandinete, por ter lutado por mim desde que eu estava em seu ventre; por me ajudar a levantar em cada queda; por me fornecer seu colo em todos os momentos; por me mostrar o lado bom da vida e que existe beleza nas pessoas; por guiar meus passos em direção ao bem; por me ensinar a amar mesmo com tantas perdas; por me sacudir e dar um choque de realidade nos momentos em que precisei; por cuidar de mim, me aplicar reiki ou utilizar suas poções mágicas da aromaterapia para cicatrizar minhas feridas e expulsar meus fantasmas. Mãe, sua presença significou segurança e acalento nesta jornada. Minha parceira de alma, de coração e de vida, te amo além desta existência.

Ao meu irmão Eugênio, por estar sempre ao meu lado, cuidando de mim e por formar esta parceria incrível. Saiba que a vida não teria tanta graça sem você. Obrigada pelo incentivo e apoio constantes; por sempre vibrar com as minhas conquistas e nunca duvidar do meu potencial; obrigada por dividir a missão de lecionar comigo e por não desanimar diante das dificuldades encontradas. Não há palavras que expressem meu amor.

À minha orientadora professora Doutora Juliana Maia de Queiroz, por ter acreditado em mim desde o início, até quando eu mesma não acreditei; por ter dedicado horas do seu tempo não só corrigindo meu texto, mas também buscando saber sobre minha saúde, meus problemas, minha vida; por me incentivar a batalhar por minhas metas e não desistir dos meus sonhos; por me encorajar a buscar mais e não me contentar com pouco; por ser uma boa professora, amiga e um exemplo de mulher a ser seguido.

Aos professores do instituto pela sabedoria, competência e por serem exemplos e inspiração.

Aos amigos que fiz no PPGL e que levarei sempre no coração. Obrigada por todos os momentos de descontração quando a barra parecia pesada demais; por todas as risadas e contação de histórias nos corredores da UFPA; obrigada por todas as vezes em que me ajudaram, corrigindo algum trabalho, emprestando livros ou formando duplas nos seminários; por todos os choros em conversas ou áudios no wpp; pelas viagens em congressos; por todas as vezes que prestigiaram minhas apresentações e também fizeram fotos e vídeos como registro; por todas as idas ao cinema, restaurantes ou bares. Kathleen, Diogo, Pâmela, Rogério, Wanessa, acreditem! Vocês tornaram minha passagem pelo mestrado mais leve e feliz. E Gleice, não tenho palavras para agradecer todo apoio e suporte, todas às vezes que me emprestou seu ombro

para eu chorar e todas às vezes que morremos de rir juntas. Sempre repito: sua amizade foi um dos melhores presentes que o PPGL me deu. Eu sou muito feliz por ter te encontrado, amiga!

Ao Leopoldo (in memoriam) por ter me ajudado diversas vezes durante a longa jornada dos estudos, por todo incentivo e palavras e por ser um exemplo de pessoa íntegra e honesta. Gostaria que pudesse ter visto a finalização deste projeto.

Ao Elizier, por ter revisado meu texto, por ter sido extremamente paciente, cuidadoso e empático ao conversar comigo. Por ter me ouvido, incentivado e motivado quando eu achei que não era possível. Elizier, sempre digo que se tornou um amigo e eu sou muito grata por ter te conhecido, foste fundamental nesse processo. E quando isso tudo passar, vamos comemorar com toda certeza!

À Lidiane, por ter sempre buscado me ajudar, indo atrás de livros que eu não conseguia encontrar; por me presentear com itens de papelaria fofos que me davam gás para permanecer estudando e por me mostrar que existem altos e baixos no processo de escrita.

À energia do reiki que me guiou e me iluminou para que eu chegasse até aqui no tempo certo. À força das energias por me mostrarem que tudo acontece como deve acontecer, me incentivando a viver a vida sem indecisões e arrependimentos e por me tornar forte e resiliente diante dos desafios.

A todos que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, enviando energias positivas e fazendo essa existência valer a pena. Obrigada Deus, família, amigos, professores, universo.

**GRATIDÃO!**

“Sempre fomos o que os homens disseram que nós éramos. Agora somos nós que vamos dizer o que somos.”

Lygia Fagundes Teles, *As meninas* (1973)



## RESUMO

Esta dissertação tem como um de seus objetivos principais analisar comparativamente os romances *Razão e Sensibilidade* (1811), escrito por Jane Austen, e *Memórias de Marta* (1888), escrito por Julia Lopes de Almeida, com foco na construção compositiva de suas protagonistas: Marianne Dashwood e Marta. Com base em bibliografia relacionada, discute-se como tema central das obras acima mencionadas a representação ficcional dessas figuras femininas. Para tanto, se torna de grande relevância fazer uma breve contextualização da vida das autoras e o período em que viveram, com a finalidade de evidenciar como esse fato pode ter contribuído na escolha da temática por elas abordadas em seus livros, demonstrando assim que essas escritoras problematizaram em suas obras a questão feminina. Dessa forma, procuraremos em nossa análise levantar hipóteses interpretativas sobre a trajetória literária das autoras, bem como aspectos compositivos de suas personagens tendo como contexto a inserção da mulher oitocentista tanto na Inglaterra quanto no Brasil.

**Palavras-chave:** Século XIX. Romance oitocentista. Figuras femininas.

## **ABSTRACT**

This thesis has as one of its main objectives to analyse comparatively the novels *Razão e Sensibilidade* (1811), written by Jane Austen, and *Memórias de Marta* (1888), written by Júlia Lopes de Almeida, focusing on the compositional development of its characters: Marianne Dashwood and Marta. Based on a related bibliography, we discuss as a central theme the books already mentioned here the fictional representation of its female figures. It is necessary to present a brief contextualization of the writers' life and the period they lived, with the purpose of highlight how this fact could have contributed on the theme's choice addressed by the authors in their books, this way emphasizing how these writers have questioned the woman's issue. Being so, we seek for raise interpretative hypothesis about the literary path of the writers as well as compositional aspects of the female characters in consideration of the nineteenth woman's insertion both in England and in Brazil.

**Keywords:** Nineteenth century. Nineteenth novel. Female figure.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Title page of the first edition of Jane Austen's 'Sense and Sensibility' ..... 67
- Figura 2 – Primeira edição do livro *Memórias de Marta*, publicado em 1888..... 72

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Aproximação e distanciamento entre as personagens Marianne e Marta .....	77
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA NO SÉCULO XIX E A INSERÇÃO DAS MULHERES ESCRITORAS NO SISTEMA LITERÁRIO OITOCENTISTA ....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 Figura Feminina no Século XIX.....</b>	<b>15</b>
2.1.1 Mulheres: Operárias na Inglaterra e no Brasil .....	28
<b>2.2 Lugar de Mulher é na Literatura: A Construção da Liberdade .....</b>	<b>31</b>
<b>3 AS ESCRITORAS EM FOCO .....</b>	<b>48</b>
<b>3.1 Jane Austen .....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 Júlia Lopes de Almeida .....</b>	<b>57</b>
<b>3.3 Marianne Dashwood em <i>Razão e Sensibilidade</i> .....</b>	<b>67</b>
<b>3.4 Marta em <i>Memórias de Marta</i> .....</b>	<b>71</b>
<b>4 CONFIGURAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PERSONAGENS MARIANNE E MARTA .....</b>	<b>77</b>
<b>4.1 Aspectos Físicos .....</b>	<b>78</b>
<b>4.2 Traços psicológicos .....</b>	<b>80</b>
<b>4.3 Situação social .....</b>	<b>83</b>
<b>4.4 Relação amorosa .....</b>	<b>86</b>
<b>4.5 Decepção amorosa.....</b>	<b>89</b>
<b>4.6 Matrimônio.....</b>	<b>93</b>
<b>4.7 Escolarização .....</b>	<b>99</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>114</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial consistiu na transição da manufatura para o processo de mecanização das atividades de produção, desenvolvendo, dessa forma, o capitalismo. O século XIX pode ser considerado a era de ouro na Europa; os burgueses estavam inseridos no centro da sociedade durante aquele período. Esse processo econômico mudou o mundo, tendo consequências também no Brasil, que passaria por mudanças posteriormente. (SERRÃO, 2018).

No Oitocentos dá-se o ápice do Romantismo, movimento literário caracterizado pela ênfase na emoção e no individualismo. Esse movimento foi em parte considerado como uma reação à Revolução Industrial como afirma Sandra Nitrini (1997, p. 140):

com o romantismo, a ideia de originalidade foi adquirindo um caráter cada vez mais individualista. Nos séculos XIX e XX, verifica-se a tendência em se ver na “marca própria” o reflexo não somente do esforço criador pessoal do poeta, mas de toda a sua personalidade individual. Quanto mais for ele mesmo, tanto mais será original. Na busca incessante de sua individualidade, ele se oporá à sociedade de seu país e de sua época. Como sabemos, isso não passa de uma ilusão romântica, pois o escritor do século XIX ou XX sofre as influências do meio e do tempo tanto quanto o do século XVI ou XVII. Mas a grande diferença e também a causa de muita confusão é que, no romantismo, valoriza-se extremamente o termo “original”, certamente por causa do cultivo do indivíduo.

Na Inglaterra, a autora Jane Austen apareceu nesse cenário, sendo considerada como uma mulher à frente de seu tempo e isso está diretamente relacionado com a maneira como a autora escrevia seus livros. A autora criticava a classe burguesa dos séculos XVIII e XIX, abordando os mecanismos de padrão social que influenciavam a realidade das pessoas e, por consequência, regiam comportamentos. (SERRÃO, 2018). Já no Brasil, escolhemos destacar a escritora Júlia Lopes de Almeida, que também foi considerada uma mulher revolucionária, o que se deveu à identificação do padrão de dominação masculino no século XIX evidenciado por ela em sua obra.

Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa é abordar a condição feminina a partir da análise de *Razão e Sensibilidade* (1811) e *Memórias de Marta* (1888), dois romances escritos, respectivamente, por Jane Austen e Júlia Lopes de Almeida. Para isso, será realizada uma contextualização sobre o percurso literário dessas duas importantes autoras do século XIX e o período em que viveram será apresentado sem vírgula com a finalidade de compreender como este fato pode ter influenciado a escrita de suas obras. Dessa forma, pretendemos colaborar para uma visão crítica da figura feminina ao analisar, psicológica e literariamente, as personagens Marianne Dashwood e Marta, as protagonistas dos romances supracitados. Assim,

ao colocá-las em paralelo, discutiremos a representação da figura feminina do século XIX com base na leitura de alguns elementos, como, por exemplo, o comportamento e as atitudes das mulheres diante da sociedade predominantemente masculina daquele período. Por fim, pretendemos de igual modo comparar as semelhanças de temas abordados pelas autoras, debatendo alguns elementos acima mencionados.

Neste estudo, utilizamos a pesquisa bibliográfica como estratégia metodológica para possibilitar um estudo comparativo entre os romances das escritoras, de modo a possibilitar o diálogo historiográfico da pesquisa. (BARROS, 2009). Depois de finalizar a análise comparativa entre as obras, pretendemos contribuir com os diversos trabalhos sobre a literatura do século XIX, especialmente aqueles que possuem relação com a representação feminina nos romances em circulação tanto na Inglaterra quanto no Brasil durante o século XIX, possibilitando, assim, a valorização dos trabalhos de Jane Austen e Júlia Lopes de Almeida.

A partir do que foi exposto, é possível perceber que as autoras, apesar de se distanciarem em nacionalidade e período, aproximam-se em seus projetos literários, nos quais defenderam uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres. Em uma época na qual o direito à expressão para o gênero feminino era limitado, as autoras se utilizavam de uma linguagem moderada para que seus trabalhos fossem publicados e, conseqüentemente, lidos. Dessa forma, seus trabalhos foram fundamentais para a construção do pensamento da igualdade entre gêneros.

Nitrini (1997), em seu livro *Literatura Comparada*, aborda conceitos referentes a características e autores diversos cujas obras podem ser comparadas. Ela discute uma das características da originalidade, relacionada à submissão em relação à época e ao lugar onde os escritores viveram. O que é considerado a “marca própria” do autor está conectado à consciência de aspectos considerados individuais do escritor, do espaço e do tempo em que ele estava inserido. A autora ressalta dois aspectos importantes referentes à originalidade no trabalho de Odette de Mourgues, por exemplo: o primeiro seria o esforço criador do autor, ou seja, os motivos que levaram esse autor a escolher determinado assunto; e o segundo seria o condicionamento dos autores à época, bem como suas influências específicas. (NITRINI, 1997).

De acordo com Nitrini, o conceito de influência para Aldridge ajudaria a expor por quais razões ou motivos um escritor manifesta pensamentos ou sentimentos de uma maneira determinada. Nesse caso, as duas autoras em foco, Jane Austen e Júlia Lopes de Almeida, expressam pensamentos relacionados a não aceitação aos padrões sociais nos quais viveram.

Sandra Nitrini, com base na leitura de Cionarescu, afirma que a influência seria o resultado da arte que se realiza de forma autônoma, em uma relação manifestada pelo contato

entre o emissor e receptor. Ou seja, existiram diferentes manifestações de pensamentos aproximados. O conceito de influência mencionado por Aldridge pode ser compreendido como algum elemento na obra de um autor que talvez não existiria se ele não tivesse lido a obra de um outro autor que revelou seus pensamentos em um período anterior. (ALDRIDGE, 1963 apud NITRINI, 1997). Tomando como base tais preceitos, mesmo que não exista comprovação de que Júlia Lopes de Almeida tenha lido as obras de Jane Austen, o que podemos afirmar é que as ideias delas caminharam lado a lado, mesmo estando tão distantes no tempo e no espaço.

Em consonância com essa concepção, Paul Valéry discorre acerca da influência recebida, que ocorre no contato de forma misteriosa entre dois espíritos, que foi chamada de “modificação progressiva de um espírito pela obra de um outro” (VALÉRY, 1960 apud NITRINI, 1997, p. 133). Nitrini complementa enfatizando a importância do valor sentimental nessa relação:

O problema da influência, para Valéry, reduz-se ao estudo de uma misteriosa afinidade espiritual entre dois espíritos ou temperamentos. O essencial desta relação é o caráter emocional. Ele próprio fazia questão de sublinhar que este misterioso processo de influência não se limita a simples modificações intelectuais. De modo que, para ele, o estudo de influências é a pesquisa de semelhanças escondidas, de parentescos secretos entre duas visões de mundo. (NITRINI, 1997, p. 10).

De acordo com a aceção de influência como parte reconhecível da concepção de uma obra literária proposta por Guellén, a relação entre a obra, a experiência do autor e as fontes utilizadas são provenientes de experiências vividas. Sendo assim, são influências particulares, pois essas experiências representam uma intromissão no escritor, essa intromissão gera modificações que se tornam indispensáveis nesse processo de criação. (NITRINI, 1997).

De acordo com Perrone-Moisés (1990 apud NOLASCO, 2009):

A literatura comparada é a arte metódica, pela busca de ligações de analogia, de parentesco e de influência, de aproximar a literatura dos outros domínios da expressão ou do conhecimento, ou então os fatos e os textos literários entre eles, distantes ou não no tempo e no espaço, contanto que eles pertençam a várias línguas ou várias culturas participando de uma mesma tradição, a fim de melhor descrevê-los, compreendê-los e apreciá-los.

A partir do que foi mencionado, é de relevância que as obras dessas autoras sejam revisitadas, tendo em vista que elas foram marcos no aspecto relacionado à luta de direitos das mulheres, revelando, assim, a influência que seus trabalhos foram capazes de alcançar e o quanto suas obras puderam revelar sobre os padrões sociais nos contextos em que elas viveram. E, principalmente, a importância de vivenciar os direitos sociais femininos por elas requeridos e hoje alcançados.



## 2 A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA NO SÉCULO XIX E A INSERÇÃO DAS MULHERES ESCRITORAS NO SISTEMA LITERÁRIO OITOCENTISTA

### 2.1 Figura Feminina no Século XIX

Este capítulo pretende analisar aspectos relevantes e fundamentais para a compreensão do papel social feminino e, assim, contribuir para esclarecer o lugar social ocupado por mulheres no período em questão. Nesse sentido, destacaremos autores dos séculos XIX e XX que proporcionaram elementos de extrema relevância para fomentar uma discussão relacionada à vida das mulheres na história e na literatura.

A condição feminina era considerada extremamente frágil na sociedade Oitocentista em decorrência não somente da submissão à figura masculina, mas também da falta de um lugar de fala, de atuação, o que dificultava ainda mais a inserção social das mulheres em espaços públicos. Apesar de muitas delas terem lutado contra esse sistema, a realidade não era favorável a elas. Essa estratificação social entre homens e mulheres é fruto da construção social de delimitação constitutiva entre os gêneros feminino e masculino. Sendo assim, também existia uma divisão relacionada às tarefas e funções: a principal função de grande parte das mulheres era cuidar da casa e dos filhos. Dessa forma, elas teriam que viver dedicadas ao lar e, para tanto, eram treinadas desde cedo para a vida matrimonial. Para atingir a felicidade conjugal, necessitavam possuir requisitos considerados imprescindíveis às mulheres, tais como: beleza, aptidões domésticas e, por conseguinte, respeito ao marido. Tudo que não fizesse parte desse conjunto era considerado desnecessário ao gênero em questão. De acordo Hughes (2014), o fato de o gênero feminino possuir grande influência em casa foi utilizado como argumento para não dar às mulheres o direito ao voto, por exemplo.

Em consonância com esse pensamento acerca da limitação feminina, destacamos a inglesa Mary Wollstonecraft, que foi escritora, filósofa, defensora da figura feminina e também foi autora da obra *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792)<sup>1</sup>, tratado publicado pela primeira vez em Londres. Como foi responsável por escrever esse manifesto em um período em que as mulheres não detinham os mesmos direitos que os homens, a escritora foi considerada a primeira feminista. Ela publicou comentários polêmicos acerca da situação da mulher,

---

<sup>1</sup> Uma das obras iniciais acerca da filosofia feminista, na qual a escritora Wollstonecraft responde alguns teóricos sobre a condição da mulher em sociedade, pois estes argumentavam que a mulher deveria possuir direito a uma educação limitada e condizente com sua posição social, portanto, deveriam ser apenas esposas e mães, nada além disso. Nesse sentido, a autora entra em cena para reivindicar esses direitos que haviam sido por tanto tempo esquecidos.

representando, assim, seu pioneirismo no tema e na atuação. A autora reivindicava o direito de igualdade entre homens e mulheres, afirmando que estas eram inferiorizadas, ou seja, vítimas da escassez de direitos e acesso à educação, entre outros fatos. Como resultado, Wollstonecraft abriu caminho para a reivindicação dos direitos femininos, lutando pela igualdade entre os gêneros.

De acordo com a escritora, “no ordenamento do mundo físico, observa-se que a fêmea, sob o ponto de vista de força, é, em geral, inferior ao macho” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 26). Considerando que a lei da natureza não parece poder ser revogada em favor da mulher, a inferioridade desta, se relacionada ao aspecto físico, deve ser capaz de torná-la dependente do homem em vários segmentos da vida. De fato, para a Wollstonecraft, a mulher era vista pela sociedade e considerada como uma cidadã de segundo grau nas relações não só de gênero, como também de poder.

Como fator de manutenção dessas relações, segundo o modelo dominante da época, a beleza era o principal atributo feminino e isso está diretamente relacionado com o corpo feminino. Além disso, a mulher também necessitava ser elegante e parecer sensível e frágil (WOLLSTONECRAFT, 2016). Desse modo, diante da definição de como as mulheres teriam que ser ou parecer, tem-se a intenção da escritora ao publicar a reivindicação em favor das mulheres:

Desejo persuadir as mulheres a se esforçarem para adquirir força tanto da mente quanto do corpo e convencê-las de que as frases suaves, a susceptibilidade do coração, a delicadeza dos sentimentos e o gosto refinado são quase sinônimos de epítetos de fraqueza, e de que os seres que são apenas objeto de piedade e daquela espécie de amor que, por definição, lhe é próxima logo se tornarão alvo de desprezo. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 27).

Ademais, as mulheres precisavam ser suaves, doces, graciosas e atraentes, com a finalidade de agradar os homens. Elas, portanto, devotar-se-iam a ser submissas e obedientes, logo, dependentes. Resumidamente, estas eram as finalidades destacadas para as mulheres segundo as leituras apresentadas nesta sessão.

Rousseau declara que uma mulher não deveria, nem por um momento, sentir-se independente, que ela deveria ser governada pelo temor de exercitar a astúcia natural e deita uma escrava coquete, a fim de tornar-se um objeto de desejo mais sedutor, uma companhia mais doce para o homem, quando este quiser relaxar (...), porque no que diz respeito ao caráter feminino, a obediência é a grande lição a ser inculcada com extremo rigor. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 47).

Com relação à inferiorização das mulheres em diversos segmentos, como social, educacional, profissional, observamos a cultura católica do século XIX, que também atribuía valor à mulher em virtude do papel materno. A igreja mencionava o episódio bíblico em que Maria ficou grávida mesmo sendo virgem, para relatar a expurgação do pecado de Eva e a identificação da pureza feminina como modelo para as jovens do período em questão. Portanto, a pureza era algo imprescindível e deveria ser mantida para que a mulher pudesse gerar os filhos somente após o casamento. Para Gomes (2000, p. 56):

Na Europa, já na segunda metade do século XIX, havia uma alteração no tipo de controle da “honra feminina”: por exemplo, a segregação, entre os sexos, usada como forma de controlar a “pureza feminina”. A igreja temia os encontros sociais mistos que punham em risco a virgindade feminina.

Em conformidade com tal pensamento, Woolf (2014)<sup>2</sup> argumenta que a castidade configurava importância religiosa na vida da mulher e, indubitavelmente, esse ideal de pureza feminina era predominante na época. A mulher deveria ser casta aos olhos da sociedade; deveria viver para a família (seu marido e filhos) e, somente assim, seria considerada um modelo ideal para o casamento: “(...) presa à realidade da dor pela fatalidade da vida. Por igual fatalidade, transformava-se agora no tipo ideal, tipo inatingível, que se haveria de perpetuar na memória das gerações futuras” (GOMES, 2000, p. 56).

Seguindo na linha histórica de razões pelas quais a figura da mulher era colocada em segundo plano, Zinani (2014, p.190) relembra Pitágoras, pois ele afirmava que o homem é o princípio bom e que pode ser entendido como “luz, ordem”; já a mulher, seria o mal, “o caos, as trevas”. Então, percebemos o quanto a mulher era marginalizada e oprimida. A autora faz críticas relacionadas ao lugar que a mulher ocupa, considerando-a como o outro, “jamais será o um, ou o inessencial que jamais retorna ao essencial, marcando, com essas afirmações contundentes, o lugar do objeto como locus feminino” (ZINANI, 2014, p. 190). Em síntese, o homem deveria ser o sujeito da história e a mulher, o objeto submisso. Nesse sentido, Perrot destaca o pensamento Aristotélico, pois, no período clássico, já existia a delimitação dos papéis de gênero:

A frieza da mulher se opõe ao calor do homem. Ela é noturna, ele é solar. Ela é passiva e ele, ativo. O homem é criador, por seu sopro, o *pneuma*, e por sua semente. Na

---

<sup>2</sup> A escritora, ensaísta e editora britânica Virginia Woolf, embora tenha aparecido no século XX, faz reflexões importantes no que concerne ao lugar da mulher em sociedade. Escreveu ensaios como: *Um teto para todas as mulheres* (1929); *Profissões para mulheres e outros artigos feministas* (1942). Dessa forma, acredita-se ser de extrema relevância abordar aqui seus questionamentos e reflexões.

geração, a mulher não passa de um vaso do qual se pode esperar apenas que seja bom receptáculo. (PERROT, 2017a, p. 23).

A condição biológica também é utilizada como argumento em defesa da inferioridade e submissão da mulher, que deveria ter seu papel condicionado, limitado e definido para atuação em atividades específicas. Em suma, as atividades desenvolvidas no ambiente domiciliar estão diretamente relacionadas ao aspecto emocional, logo, a sensibilidade feminina prevalece sobre o empenho de funções intelectuais. Moreira (2008, p. 151) argumenta nesse sentido ao afirmar que:

A filosofia considerava que a inferioridade da razão entre as mulheres era fato incontestável, cabendo a elas apenas cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais, isto é, obedecer ao marido e cuidar dos filhos. A medicina do século XIX afirmava que a fragilidade, o recato e o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais eram características biologicamente femininas, assim como a subordinação da sexualidade ao instinto maternal. Em oposição, o homem somaria à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional, e uma sexualidade sem freios.

Complementando a discussão sobre alguns dos aspectos que foram considerados relevantes na diferenciação entre os sexos, Beauvoir (1970, p. 10) discute o lugar social da mulher, revelando, assim, o valor desta ao afirmar que “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. Enfim, a filósofa revela que a mulher era exaltada por sua inferioridade. Inegavelmente, é possível perceber que, diante de várias visões, a mulher parecia submissa e inferior ao homem.

Sabe-se, portanto, que as mulheres foram reprimidas ao longo da história, pois havia desigualdade entre os gêneros. Diante desses pressupostos, é compreensiva a situação de desigualdade entre os gêneros, tendo em vista a distinção existente entre eles no âmbito social. Para Perrot (2017b), existe nitidez com relação à definição das diferenças entre gêneros, dividindo-as entre as esferas pública e privada:

O século XIX nada inventa nesse domínio; ele apenas reformula uma questão muito antiga, na verdade eterna, reapropriando-se dela. Talvez com uma intensidade particular, na medida em que a construção das democracias ocidentais vem acompanhada, e mesmo apoiada, numa definição mais escrita do público e do privado e dos papéis sexuais. (PERROT, 2017, p. 182).

Então, no setor público, estavam os homens que saíam para trabalhar, poderiam votar e poussiam mais liberdade; do outro lado, na esfera privada, estavam as mulheres burguesas,

responsáveis por gerir o lar, a casa. Essa divisão, reiteradamente, corrobora a ideia de que as mulheres deveriam possuir atributos essenciais para serem enquadradas no padrão requerido e elas são, antes de tudo, uma imagem, portanto, a beleza se constitui como virtude extremamente importante e necessária, pois “a mulher é feita de aparências” (PERROT, 2017, p. 49). Em suma, o padrão consolidado no século XIX era extremamente rígido com relação às regras e moldes que as mulheres precisavam seguir, como saber cantar ou desenhar, estar bem vestida e arrumada, delimitando, assim, suas opções.

Outrossim, cumpre salientar que as mulheres burguesas, por exemplo, além de cuidar da casa, dos filhos, obedecer e agradar os maridos, também eram dependentes financeiramente dos homens, já que elas não podiam trabalhar. Ou seja, receber dinheiro era praticamente impossível, e, mesmo que fosse possível, a lei de alguma forma iria negar-lhes o direito de posse da quantia recebida. Entretanto, no fim do século XIX, ocorreu a aprovação de *Married Women's Property Acts* no Reino Unido, que concedia às mulheres casadas o direito à posse legal do dinheiro que ganhavam e do controle dos bens (WOOLF, 2014). A aprovação ocorreu depois de muita luta por parte das mulheres. Um nome muito importante nesse episódio foi o de Barbara Leigh Smith Bodichon, que escreveu *Razões para emancipação das mulheres* (1866). Dois anos depois, com campanhas mais enérgicas que contavam com a participação de um grupo reduzido de homens, ocorreu a aprovação da lei.

Várias eram as causas sociais que contribuía para tornar as mulheres submissas, limitando-as, assim, de tentar modificar aquela situação. E isso se estabelecia como fator contributivo, pois “uma, talvez, que de forma silenciosa faz mais mal do que todas as restantes é a indiferença delas à ordem” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 43), pois muitas mulheres não tinham condições psíquicas e sociais de se emanciparem e então permaneciam silenciadas.

Para exemplificar a delimitação das atribuições de gêneros, Zinani (2014) discute o processo de territorialização, fato que pode estar diretamente relacionado às funções desempenhadas por homens e mulheres, pois, desde os tempos pré-históricos, era tarefa do homem sair para caçar alimentos, enquanto a mulher permanecia no abrigo, cuidando da cria. Esse fato delimitou a instituição do espaço privado como “domínio feminino” e o espaço público como “domínio do homem”, sendo essa uma possível justificativa para exemplificar o padrão da época.

Como consequência desse padrão, restou às mulheres as tarefas domiciliares e a produção restrita de uma literatura vista à margem da sociedade, posto que, muitas vezes, as mulheres não podiam expressar o que escreviam. Já “o homem foi à luta, educou-se, progrediu, dominou a natureza, os meios de produção e a mulher, estabelecendo sua supremacia”

(ZINANI, 2014, p. 193). Então, fica claro o processo de dominação sofrido pela mulher e a predominância de uma relação desigual por parte do grupo dominado. Logo, a mulher foi marginalizada e permanece lutando para estabelecer igualdade de direitos.

Conforme afirma Perrot (2017b), com a ascensão da burguesia, o século XIX é responsável por evidenciar e fixar a divisão de papéis sociais e espaços entre homens e mulheres. Isso delimitava a função de cada sexo, o desempenho de suas funções e os lugares predeterminados de suas atuações. Para a historiadora:

Esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas (...) (PERROT, 2017, p. 188).

A respeito, Serrão (2018), em uma pesquisa relacionada à escritora Jane Austen, verifica a limitação do papel da mulher à esfera domiciliar. Isso porque as habilidades desejáveis para as mulheres, nesse período, eram relacionadas ao conhecimento que elas poderiam utilizar no âmbito familiar, tais como: línguas estrangeiras, música, desenho, pintura, costura e dança. Em suma, esse era o “lugar da mulher”, no lar, dentro de casa e não em sociedade.

A escritora Wollstoncraft (2016), por exemplo, expõe a segregação sexual para evidenciar a ordem entre os gêneros e aponta a visão de que a mulher era criada para satisfazer ao homem, pois:

(...) A maioria serve de pedestal à minoria. Portanto, arriscar-me-ei a afirmar que, até que as mulheres sejam educadas de forma mais racional, o progresso da virtude humana e o aperfeiçoamento do conhecimento encontrarão contínuos obstáculos. Ao se admitir que a mulher não criada meramente para satisfazer o apetite masculino ou para ser a serva mais importante, que provê suas refeições e cuida de suas roupas, é necessário reconhecer que o primeiro cuidado dessas mães e desses pais realmente preocupados com a educação das meninas seria, se não fortalecer o corpo, pelo menos não destruir sua constituição com noções equivocadas de beleza excelência feminina. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 63).

É importante ressaltar que, embora o número de mulheres que batalharam por difundir suas vontades e seus sonhos tenha sido expressiva no século em questão, é inegável que elas foram muitas vezes excluídas e tiveram seus textos literários preteridos. E esse apagamento da mulher na literatura foi considerado algo natural, responsável por posicioná-la no papel de menor relevância. Ademais, sabemos que houve uma vasta produção no século XIX, mesmo que não seja amplamente divulgada ou faça parte do cânone literário, visto que este está ligado, entre outras questões, ao gênero dominante. Assim, embora as mulheres contassem com uma

produção abundante neste período, foram omitidas do cânone. (MUZART, 1995).

Em contrapartida, Silva relembra os conceitos importantes de Harold Bloom acerca do cânone literário, mais especificamente sobre os grupos feministas. Apesar de estabelecer críticas e atitudes consideradas preconceituosas em relação a algumas obras “que não se centrem na visão eurocêntrica ou nas traduções” (SILVA, 2013, p. 18), o autor considera o estudo de Bloom de extrema importância, visto que ele incluiu em seu cânone algumas escritoras, como Virgínia Woolf. Assim,

revelam-nos um certo preconceito no que diz respeito a estes movimentos socioculturais que reivindicam o seu lugar no corpus desse novo cânone em formação. Tudo isso veio à tona com a chamada guerra dos cânones, a qual teve origem nos direitos civís e no surgimento do movimento feminista nos anos 60, nos EUA. (SILVA, 2013, p. 17).

Então, o cânone demanda um processo de seleção, inclusão e exclusão que atribui valores às obras e às escritoras. Assim, grandes escritoras não puderam ter o reconhecimento adequado e fazer parte do cânone, embora tenham um certo grau de notoriedade. Essas barreiras estabelecidas por princípios de um ideal de literatura limitaram as mulheres durante décadas, por isso, é possível perceber o apagamento delas diante da dominação masculina. (SERRÃO, 2018). Por conseguinte, a força do corpo e da mente era sacrificada em prol dessas habilidades e da atenção demasiada à beleza feminina, porque o corpo feminino também era concebido como fator de origem da desigualdade, tendo em vista que a mulher deveria ter a obrigação de ser bela e este fato era priorizado em detrimento do desenvolvimento do pensamento crítico. Para Bourdieu (2005, p. 98), a dominação masculina pode ser concebida como:

(...) uma estrutura social estabelecida ao longo da história da humanidade e “naturalizada” de acordo com os interesses da ideologia dominante responsável por sua construção, na qual a figura masculina impõe seu desejo, suas regras, seu pensamento que, via de regra, submetem a mulher, desconsiderando-lhe a capacidade de discernimento acerca dos valores circundantes.

Dessa forma, ao longo da história, é possível perceber que a relação entre homem e mulher foi marcada pela dominação do primeiro sobre a segunda. Assim, notamos o apagamento da figura feminina, de forma que a sociedade fosse pensada e idealizada apenas por homens. Por essa razão, a memória da mulher que lutou pelo direito de se expressar e trabalhar é muitas vezes negada ou distorcida, sendo a figura feminina tantas e tantas vezes furtada da narrativa histórica por sua presença ser considerada irrelevante. Para Maia e Maia (2011, p. 480), “a história das mulheres é, na sua maior parte, marcada pelo silêncio, já que

durante muito tempo elas foram consideradas agentes secundários da História e, portanto, não tiveram oportunidades significativas para construí-la”.

Vivenciando a realidade de uma sociedade extremamente patriarcal e baseada na diferenciação entre os gêneros, as mulheres permaneciam afastadas das escolhas e decisões sociais e políticas. Marginalizadas e desmerecidas, permaneciam atuando e realizando diversas tarefas como suporte para que os homens pudessem alcançar cada vez mais conquistas.

Posto isto, era compreensível e fazia parte da constituição do período em questão o apagamento de uma parte da sociedade para que a outra se sobressaísse e permanecesse no centro das relações de poder. Para a escritora Virgínia Woolf (2014, p. 54), “as mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural”. Essa visão de papéis previamente definidos também era demarcada por algumas mulheres que concordavam com as atribuições a elas impostas. A mulher deveria executar uma missão social e doméstica.

Como mencionado, as mulheres eram consideradas fracas e incapazes de tomar decisões ou atitudes, por isso, deveriam ser “inteiramente subjugadas pelas faculdades superiores dos homens” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 46). Sendo assim, as mulheres estavam em segundo plano e, por esta razão, a educação a elas destinada era extremamente limitada.

Nesse sentido, a educação feminina começou a merecer mais atenção no século XIX, se comparada ao séculos anteriores. Wollstonecraft (2016, p. 28) apontava este fato desde o século XVIII ao dizer que: “contudo, as mulheres ainda são consideradas um sexo frívolo, ridicularizadas ou vistas como dignas de pena”. Isso levou à redução da presença de escritoras na história da literatura inglesa e brasileira, se comparada à quantidade de homens, pois o acesso à educação era possível prioritariamente para as classes sociais mais abastadas, o que era ainda mais acentuado se relacionado às mulheres. (MAIA; MAIA, 2011).

Em raras situações, algumas mulheres tornaram-se autodidatas e outras puderam instruir-se com as avós ou mães. (KEHL, 2016). Entretanto, uma educação formal era comumente considerada sem utilidade, pois eram necessários apenas os conhecimentos utilizados no cotidiano. Acreditava-se que as mulheres poderiam viver muitíssimo bem com a educação restrita e específica aprendida em casa ou em internatos. De acordo com Moraes (2016, p. 10):

O tempo histórico em que a mulher estava excluída da educação formal, das universidades e das possibilidades de uma carreira de nível superior. E em que o casamento a transformava numa dependente legal do marido, que não podia gerir os próprios bens nem trabalhar sem consentimento. É a eterna minoridade como destino das mulheres.



Destarte, compreender a razão histórica desta realidade é fundamental para o entendimento das consequências destas limitações que prosseguiram no século XIX e muitas vezes ocorrem na atualidade. Wollstonecraft já destacava em sua obra *Reivindicação dos direitos da mulher* (1792) que, enquanto esse padrão permanecesse, as mulheres desempenhariam papel semelhante ao vivido em um regime de escravidão, só que conveniente, pois estas eram quase propriedades de seus senhores. O trecho transcrito a seguir exemplifica a ideia em questão:

Se esse é, de fato, o destino das mulheres, os argumentos podem ser tirados da razão e, assim, magnificamente sustentados; quanto mais conhecimentos as mulheres adquirirem, mais elas se prenderão a seu dever – compreendendo-o, pois, a menos que o entendam, a menos que sua moral seja fixada no mesmo princípio imutável que a dos homens, nenhuma autoridade força-las a cumpri-lo de maneira virtuosa. Elas podem ser escravas convenientes, mas a escravidão terá seu efeito constante, degradando o senhor e o abjeto dependente. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 20).

Em sua análise da educação moralizante, Morais (2004) corrobora a ideia de separação entre os gêneros desde a era vitoriana, pois se esperava que as mulheres desempenhassem bem a maternidade, ou seja, elas deveriam ser “mães exemplares e esposas fiéis”. Logo, a prática do saber atrapalharia a vocação natural destas que vieram ao mundo com a finalidade de desempenhar funções preestabelecidas.

Como explica Zolin, a questão de espaço realmente demarcava os territórios, já que “os códigos sociais, portanto, ao alicerçarem-se sobre a dominação masculina, ratificam-na, entre outros fatores, por meio da divisão social/sexual do trabalho, da divisão social/sexual do espaço (rua/casa)” (ZOLIN, 2011, p. 98).

Assim era evidenciado o acentuado abismo que separava os gêneros e os destinava a funções específicas. Essas diferenças não eram naturais e, sim, fruto da cultura imposta (religião, ciência, política, etc.) de como as mulheres deveriam agir, se portar e quais funções necessitariam desempenhar. Isso se refere ao resgate da constituição do ser enquanto mulher e à manutenção/perpetuação do papel estereotipado. Em síntese, as chances de as mulheres serem inseridas na literatura eram muito baixas, pois a elas era reservado predominantemente as funções maternas e domésticas, “os homens criam, e as mulheres procriam” (ZINANI, 2014, p. 188). Ainda de acordo com Zinani (2014, p. 192):

A escrita passa inicialmente pela experiência de ser mulher, de pertencer ao segundo sexo, ou seja, é imprescindível estabelecer o resgate, ou talvez a constituição, do sujeito feminino, em suas dimensões históricas, políticas e culturais, subvertendo a representação desse sujeito condicionada pelo paradigma masculino e repleta de estereótipos.

A distorção do entendimento do gênero feminino se deu por conta da ilusão de que as mulheres do século XIX ansiavam inspirar amor, entretanto, deveriam ter a ambição de exigir respeito pelo que representavam, por suas capacidades e por suas virtudes. As mulheres aprendiam a ser obedientes e passivas para administrar a família, contribuindo, assim, para a felicidade do marido e para a disseminação, consolidação e perpetuação desse sistema.

Para Almeida (1926), se as mulheres possuíssem mais liberdade para ler e estudar o que quisessem, e não apenas temas considerados femininos, teriam a chance de encontrar uma educação satisfatória e, devidamente instruídas, não seriam mais consideradas inferiores. Esse fato está diretamente relacionado à desigualdade no sistema de aprendizagem. Diante disso, perguntamo-nos: como elas poderiam ser superiores ou equivalentes sendo discriminadas e desconsideradas enquanto cidadãs? Elas permaneceram sem acesso à educação de forma ampla, que envolvessem temas como política, por exemplo. Isso era considerado como tópico de domínio masculino e, conseqüentemente, elas ficavam sem opções de crescimento e evolução.

Podemos evidenciar esse fato no trecho seguinte, extraído da obra *O livro das noivas* (1896), de autoria de Júlia Lopes de Almeida. Nele, a autora posiciona-se a favor da instrução feminina. Era considerado um manual de conduta feminina, que contava com aconselhamentos e orientações às mulheres, sem, entretanto, fugir à norma e aos bons costumes da época, pois a escritora retrata a realidade do século XIX:

[...] se o pai as acostumassem aos bons livros; se, em vez de os apontar como nocivos, os buscasse como profícuos, escolhendo-os criteriosamente; se lhes fizesse compreender as mais brilhantes páginas da história, se guiasse o espírito indeciso das crianças pelo caminho honesto da verdade e da franqueza; se as fizesse estudar e meditar bons autores, apontando-lhes belezas ou defeitos, e criando-lhes uma educação perfeitamente sólida, elas não leriam por certo contos mal traduzidos nem pouco morais e fugiriam espontaneamente de gastar o seu tempo e de estragar o seu gosto. (ALMEIDA, 1926, p. 35).

Contudo, em apreciação mais recente, Morais (2004) afirma que o que de fato ocorria era a limitação no estudo feminino em razão de suas atribuições futuras, ou seja, todo e qualquer conhecimento considerado não essencial ao quadro de uma boa esposa ou mãe deveria ser excluído, visto que era julgado como irrelevante e distrativo. Para exemplificar, a autora retoma a fala de Louisa Garret Anderson, médica, política e feminista no século XIX:

Aprender aritmética não ajudará minha filha encontrar um marido' era um ponto de vista comum. Uma governanta em casa, por um curto período, era o destino usual das garotas. Seus irmãos deveriam ser enviados às escolas públicas e universidade, mas o lar era considerado o lugar certo para as meninas. Alguns pais enviavam suas filhas para escola, mas escolas boas para meninas não existiam. Seus professores eram mal-

treinados e pouco instruídos. Não havia exames públicos que aceitassem mulheres.

(...) havia poucas escolas para meninas e a educação oferecida era muito pobre, fazendo com que a maior parte delas fosse educada em casa por suas mães ou governantas; uma educação que não ultrapassava o necessário para torná-las boas esposas. (ANDERSON apud MORAIS, 2004, p. 65).

Nesse sentido, é pertinente ressaltar que o processo de aprendizagem feminino atrapalharia a vocação natural da mulher, que deveria estar voltada para as tarefas do lar. A sociedade dividida em gêneros rebaixou a mulher, condenando-a à inferioridade, e a supremacia social, então, foi destinada aos homens, através do sistema social e cultural vigorante na época, visto que todos os direitos e oportunidades eram a eles reservados. Portanto, a dependência é produto desse sistema responsável por causar profundas desigualdades, o que configurou, na sociedade, a ideia de inferioridade feminina. A respeito, Morais (2004, p. 64) traz como questionamento o discurso científico ao ponderar:

Num século em que se acreditava na inferioridade natural das mulheres, em que cientistas realizavam estudos de antropometria e craniometria para demonstrarem cientificamente essa condição de inferioridade intelectual, às mulheres cabia um tipo de instrução que reforçasse seu caráter frágil, de bordadeiras e organizadoras de tarefas do lar.

Por esta razão, Wollstonecraft (2016) reconhecia a existência da inferioridade intelectual das mulheres de seu tempo, e esta era compreendida como resultado das limitações estabelecidas (por exemplo, pela religião e pela ciência) e do preconceito sofrido por elas. Ademais, a escritora acreditava que a educação negada às mulheres era a grande causa de elas serem consideradas fracas ou infelizes. Então, no século XVIII, a autora discutia sobre a necessidade da busca pela autonomia, não só sentimental, mas também intelectual e financeira. Assim, ela alertava as mulheres para que estas conquistassem seu espaço em sociedade, crendo que isso ocorreria através da educação, ou seja, por meio da instrução, as mulheres poderiam reivindicar seus direitos. Esta realidade perdurou no século seguinte.

Portanto, para a historiadora Michelle Perrot<sup>3</sup>, a educação seria peça fundamental na resolução dessa trajetória no século XIX:

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe.

---

<sup>3</sup> Michelle Perrot é escritora, historiadora e professora, e tendo publicado títulos como: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (1988); *Mulheres ou os silêncios da história* (2005); *Minha história das mulheres* (2007), entre outros; demonstra sua fundamental contribuição para a luta do movimento feminino, evidenciando, assim, a importância desse trabalho histórico ao resgatar personagens por diversas vezes esquecidos ou apagados.

Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício ... que tecem a coroa das virtudes femininas. Esse conteúdo, comum a todas, varia segundo as épocas e os meios, assim como os métodos utilizados para ensiná-lo. (PERROT, 2017, p. 93).

Desde crianças, as mulheres burguesas, ainda que socialmente privilegiadas se comparadas às trabalhadoras livres, eram educadas para o casamento, para serem submissas aos maridos. Após o casamento, ficavam à mercê de seus companheiros, ou seja, suas vontades, desejos e sonhos eram reprimidos. Tendo suas vozes silenciadas pelo sistema patriarcal dominante na época, sabe-se que o potencial da mulher era constantemente subjugado.

Dessa forma, é evidente que a finalidade da educação destinada às mulheres era torná-las subservientes a seus futuros maridos. Então, não havia necessidade de que elas aprendessem mais do que iriam utilizar no matrimônio. A educação feminina deveria ser direcionada para torná-las agradáveis e restringir-se a esse requisito, o que limitava “o ingresso feminino ao campo do saber e ao domínio das habilidades de leitura e escrita, com a justificativa de que tais saberes eram necessidades e competências essencialmente masculinas” (MAIA; MAIA, 2011, p. 480).

Delimitando mais uma vez os espaços ou áreas de atuações dos gêneros, a educação de forma ampla e sem limitações é vista como algo imprescindível para romper as barreiras delimitadas às mulheres, para que elas pudessem ir mais além e desempenhassem funções maiores e mais ambiciosas do que os papéis destinados a elas, como de esposas e mães. Conseqüentemente, a educação poderia ser a maneira mais eficiente de conscientização dessa condição de inferiorização. Wollstonecraft (2016) já afirmava, em 1792, que a autonomia e a autossuficiência seriam grandes conquistas na vida das mulheres. Além disso, ela criticava a busca incessante por maridos como se esta fosse a única finalidade para o gênero feminino, e que o término da busca e o conseqüente feito, o casamento, seriam capazes de findar os sonhos e conquistas da mulher:

Se todas as faculdades da mente feminina não de ser cultivadas apenas na medida em que respeitem sua dependência em relação ao homem; se uma mulher, quando consegue um marido, considera que atingiu a meta e, com orgulho mesquinho, descansa realizada com tão insignificante coroa, deixemos que se rebaixe satisfeita, elevada um pouco acima do reino animal por sua ocupação (...) (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 54).

A propósito, Morais (2004) afirma que a mulher cumpre seu papel social casando-se e, assim, passa a fornecer ao marido o que era considerado o seu dever no século XIX:

(...) O matrimônio (...) – era “aquela condição insuperável de felicidade terrena” na qual a mulher podia cumprir seu “dever de divertir o marido e não aprender nada; jamais exercitar os poderes de sua mente, de modo que seu marido possa sentir o prazer requintado de saber mais do que sua esposa”. (GAY, 1989, p. 140 apud MORAIS, 2004, p. 65).

Sendo assim, predominou o distanciamento em relação à leitura, produção de textos e, conseqüentemente, à inserção e participação na vida pública. De acordo com Martineuau (1848 apud MORAIS, 2004, p. 64):

Ao buscar o conhecimento, as mulheres conseqüentemente negligenciam seus deveres e afazeres femininos. Por mais avançado que seja seu alcance em termos de conhecimento, jamais deixará de estar em grande desvantagem com relação ao dos homens. A natureza feminina é em essência feita para devaneios e qualquer esforço por modificá-la iria fazê-las (as mulheres) se esquecerem se seu estado da subordinação assegurada pela lei, natural e divina.

Isso se torna compreensível, pois fortalecer a mente das mulheres significava também expandi-las e pôr fim à “obediência cega” em relação aos homens (WOLLSTONECRAFT, 2016). Eles, “tiranos e sensuais”, buscavam deixar a mulher no escuro, silenciada e sem vez, já que as queriam como brinquedos. Dessa forma, o preconceito torna a mulher uma figura secundária e, sendo assim, muitas vezes ela acaba por tornar-se submissa. Entretanto, a luta contra esse padrão uma vez iniciada, permanece na busca por mais conquistas e, principalmente, igualdade.

Acreditava-se, de forma equivocada, que as mulheres possuíam pensamentos desenvolvidos com a finalidade de elucidar sentimentos e não o raciocínio lógico, logo, não poderiam contestar as injustiças que sofriam, tampouco ter oportunidades em sociedade. Em suma, as atividades por elas desenvolvidas tendiam a torná-las adeptas de sensações e emoções, negligenciando, assim, a sua posição em sociedade. Nas palavras de Wollstonecraft ainda no século XIX (2016, p. 58):

Mas, se ficar claro então que, como os animais, elas foram criadas principalmente para o uso do homem, ele deixará com paciência que elas mordam o freio, sem ridicularizá-las com elogios vazios; se a racionalidade delas for aprovada, ele não impedirá seu aperfeiçoamento apenas para satisfazer apetites sexuais. Ele não dará conselhos a elas, com toda a arte da retórica, para que submetam seu intelecto à autoridade do homem. Ele não afirmará, ao tratar da educação das mulheres, que elas não devem jamais possuir o livre uso da razão nem ousará recomendar astúcia e dissimulação para seres que estão adquirindo, do mesmo modo que ele, as virtudes da humanidade.

Nesse sentido, a ideia de feminilidade tradicional na atualidade possui uma história recente, que se constitui a partir da reorganização dos sujeitos modernos no final do século

XVIII e durante o século XIX. Sendo assim, também se torna significativo destacar a importância dos discursos que compuseram a feminilidade tradicional e estão inseridos no imaginário social moderno, “transmitido pela educação formal, pelas expectativas parentais, pelo senso comum, pela religião e pela grande produção científica e filosófica da época, que determinava o que cada mulher deveria ser para ser verdadeiramente uma mulher” (KEHL, 2016, p. 38).

Desse modo, o que pensamos sobre esse período é que o papel da mulher era de obediência à figura masculina. Sendo assim, a mulher não usufruía de direitos morais igualitários, era vista como “objeto” ou “propriedade” do homem, visto que era desprovida de direito à autonomia. Primeiramente, existia a subordinação ao pai e, depois do casamento, ao marido, ou seja, a figuras masculinas. Entretanto, de acordo com Fraisse e Perrot (1991, p. 9):

Seria, porém, errado pensar que essa época é apenas o tempo de uma longa dominação, de uma absoluta submissão das mulheres. De facto, esse século [XIX] assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento colectivo das mulheres na cena política.

Logo, é possível identificar que houve um número expressivo de mulheres que trabalhavam e, assim, exerciciam alguma atividade remunerada, com o intuito de ajudar a garantir a subsistência familiar. Isso evidencia o fato da mulher conseguir vencer o estado de submissão em que muitas vezes se encontrava, como adiante será demonstrado.

### 2.1.1 Mulheres: Operárias na Inglaterra e no Brasil

Na Inglaterra, a indústria surgiu no século XVIII e substituiu, de forma gradativa, o trabalho artesanal, feito de forma unitária pelos operários, por sistemas de máquinas de produção em série. Isso caracterizava a inserção de uma mão de obra menos especializada e assalariada. Então, a partir das inovações tecnológicas, surgiu o operário industrial.

Com isso, houve uma reformulação dos moldes de trabalho, que não contavam mais com a força muscular e mão de obra especializada. Assim, esta modificação nas relações de trabalho ocasionou um retorno desfavorável aos operários, pois estes perderam a importância que possuíam antes. Logo, o operário não sendo mais dono da matéria-prima nem das máquinas, como na época em que as pessoas viviam no campo, se vê obrigado a vender sua mão de obra por baixos salários. (RODRIGUES et al., 2015).

No Brasil, a industrialização iniciou de maneira tardia a partir da segunda metade do

século XIX, com a implantação de fábricas têxteis e de gêneros alimentícios, pois, no período anterior, o Brasil ainda era colônia de Portugal. Assim, o desenvolvimento da indústria ocorreu a partir do protecionismo econômico que estabelecia que os produtos que viessem de fora, principalmente os advindos da Inglaterra e de Portugal, sofreriam acréscimos, o que dificultaria a importação e favoreceria a economia no Brasil. Desse modo, o cenário agrícola foi modificado com a industrialização que estava crescendo cada vez mais. (RODRIGUES et al., 2015).

Além disso, na década de 1920, esse processo marcou a urbanização populacional, movimento em que as pessoas saíam do campo em busca de melhorias, entretanto, quando chegavam à cidade, encontravam péssimas condições de trabalho e baixos salários. Em um período posterior, que também foi conhecido como “República Velha”, o cenário era diferente. Para Rago (1997), o governo brasileiro buscou atrair imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras ou fazendas de café, e também nas fábricas que pouco a pouco foram substituindo a mão de obra escrava vigorante antes. Logo, o cenário era mais rural do que urbano e a concentração de terras estava em posse da minoria. Posteriormente, ocorreram investimentos no setor energético e também a abertura de multinacionais.

Diante disso, a indústria que iniciava precisava de mão de obra de baixo custo. Dessa forma, mulheres e crianças eram priorizadas nas indústrias e estas se sujeitavam a este tipo de trabalho, com a finalidade de complementação da renda familiar. De acordo com Perrot (2005), as operárias eram consideradas fáceis de manipular pelos patrões e, portanto, permaneciam resignadas e obedientes, pois não existia uma organização que defendesse seus direitos. As tentativas de modificar essa situação tinham pouca adesão até então.

Sabemos que mesmo sendo processos de industrialização completamente diferentes, tanto na Inglaterra quanto no Brasil existia um grande número de mulheres empregadas em fábricas têxteis, indústrias de fiação e tecelagem, sendo a quantidade de mulheres superior a de homens, em razão do valor da mão de obra feminina ser inferior e desvalorizado, e era o que a indústria, que iniciava, precisava. Assim, as mulheres trabalhavam, sim, nesse período para complementar a renda familiar quando esta não era suficiente. Além disso, a rotina de trabalho era muito pesada, as mulheres trabalhavam até 14 horas por dia e não possuíam muitos direitos. Por conta disso, passaram a lutar por melhores condições de trabalho, mesmo que essa atuação tenha sido de forma inexpressiva no início. O movimento operário foi criado no Brasil e, assim, iniciaram protestos contra a exploração do trabalho feminino e infantil. (RAGO, 1997). As dificuldades enfrentadas pelas mulheres eram muitas, como destaca Rago (1997, p. 581-582):

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram

sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação social à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como naturalmente masculino. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que a família encontrassem um bom partido para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões.

Ademais, a ideia de unidade familiar consistia na delimitação dos papéis entre homens e mulheres de forma bem definida, na qual a mulher era vista como alongamento do homem dentro do casamento e não como um outro indivíduo com anseios e vontades. (RODRIGUES et al., 2015). Nesse sentido, conforme mencionado, existia a ideia de que a mulher trabalharia em casa e o homem fora.

Rago (1997) destaca que o papel social da mulher passou a ser restringido por um discurso social que atribuía culpa à ideia de trabalho feminino além do doméstico:

Muito acreditavam [...] que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixavam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além de que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (RAGO, 1997, p. 585).

Esse foi um dos fatores responsáveis por reduzir o número de operárias nas fábricas têxteis e de gêneros alimentícios no Brasil nos séculos XIX e XX. Outro fator relevante para esta redução foi a ausência de um estado que garantisse creches e escolas para os filhos das trabalhadoras que eram mães (RODRIGUES et al., 2015), pois estas precisavam trabalhar e a industrialização incipiente criava postos de trabalho longe de casa, dificultando, assim, a continuidade de mulheres-mães no trabalho, conforme destaca Kehl (2016). Entretanto, houve um número significativo de mulheres que trabalhavam fora de casa, ou seja, que exerciam uma atividade profissional. Deve-se também ao fato de as mulheres operárias demonstrarem mais habilidades que os homens em diversos segmentos, como na administração de maquinários, por exemplo. Isso prova que as mãos delicadas de uma mulher, utilizadas unicamente para tarefas domésticas, poderiam lidar com outras atividades. (TELLES, 2004). Logo, o valor baixo e mão de obra qualificada justificariam o alto número de mulheres operárias tanto na Inglaterra quanto no Brasil.

Assim sendo, na industrialização oitocentista, quando o trabalho feminino começou a ser aceito, ele era limitado. Então, as mulheres deveriam se dedicar a atividades que não necessitavam do uso intelectual, da invenção ou originalidade. Essas artes ficaram conhecidas



como “artes menores” e, “ao longo deste período, as artes menores, quer praticadas de forma profissional, quer no interior dos lares, foram caracterizadas como ‘artes femininas’” (VICENTE, 2011, p. 26). Por isso, o fato de esse tipo de arte preencher um lugar de ordem inferior na hierarquia artística possibilitou a abertura para que as mulheres não fossem impedidas de praticá-la, entretanto, esse trabalho teve a tendência a ser desvalorizado e inferiorizado. (VICENTE, 2011).

Portanto, é possível perceber que mulheres, em períodos e espaços diferentes, foram atuantes no processo de industrialização, o que desencadeou o surgimento de uma nova consciência, que foi exercida através dos movimentos que reivindicavam melhores condições de trabalho e melhores salários, buscando, assim, a equiparação de direitos entre homens e mulheres. Assim, o papel social da mulher sofreu uma alteração sensível inicialmente e, a partir do século em questão, elas puderam atuar em outras áreas e, conseqüentemente, alcançar diferentes horizontes, tornando-se mais ativas na sociedade. Puderam ser não somente mães e esposas, mas também puderam atuar em outros segmentos, como escrita, magistério, trabalhar em fábricas etc., ainda assim com papéis e oportunidades limitadas se comparadas aos homens.

Compreende-se que não existia confiança no potencial feminino e esse fato também se deve à cultura social do século XIX. Se comparado aos dias atuais, as mudanças foram diversas e significativas, pois as mulheres obtiveram novos termos no padrão social, moldando e configurando independência pessoal e financeira, em outras palavras, distanciando-se cada vez mais da figura masculina.

Então, as mulheres passaram a ocupar cargos que antes eram de ordem exclusiva dos homens, e hoje conquistaram o direito de ser empresárias, políticas, presidentes, banqueiras, entre outras profissões. Mesmo que ainda exista preconceito e desvalorização, as mulheres têm alcançado êxito ao longo da história.

## **2. 2 Mulheres e Escritoras Oitocentistas: A Construção da Liberdade**

Sabe-se que a Revolução Industrial provocou inúmeras transformações econômicas e sociais que afetaram também a esfera domiciliar, tanto na Inglaterra quanto no Brasil, mesmo que esse processo tenha ocorrido de forma diferente nos países em questão. Segundo Watt (2010), a partir da transformação econômica sofrida pelos países europeus, o trabalho humano já não era a única forma de trabalho, pois surgiu a produção mecanizada e, desse modo, muitos artigos passaram a ser manufaturados.

A pesquisadora Sandra Vasconcelos publicou ensaios e artigos sobre a figura da mulher

na Inglaterra e no Brasil nos séculos XVIII e XIX, ressaltando a ascensão de uma nova sociedade que buscava uma reforma nas instituições de valores, áreas de atuação e casamento. Isso fornecia um novo papel às mulheres, o que possibilitou o nascimento de uma nova imagem da mulher. Vasconcelos (1995, p. 86) afirma que:

A ascensão do romance na Inglaterra do século XVIII trouxe para primeiro plano a figura da mulher como protagonista do novo gênero literário que, assim como muita da produção intelectual do período, demonstrou um interesse sem precedentes pela natureza e posição da mulher.

D'incao (2004) está em consonância com este pensamento e revela algumas das mudanças ocorridas também no Brasil ao citar a consolidação do capitalismo advinda da Revolução Industrial, pois havia necessidade de mão de obra em construções de pontes ou plantações, entretanto, esta era de origem escrava. Assim, deu-se a introdução da mecanização no Brasil, dado que algumas das máquinas utilizadas no plantio ou construções eram produzidas aqui, e isso impulsionou o desenvolvimento da indústria em São Paulo. Logo, essas mudanças foram percebidas ao longo do século XIX:

Durante o século XIX, a sociedade brasileira sofreu uma série de transformações: a consolidação do capitalismo; o incremento de uma vida urbana que oferecia novas alternativas de convivência social; a ascensão da burguesia e o surgimento de uma nova mentalidade – burguesa – reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor. (D'INCAO, 2004, p. 223).

E, para recuperarmos o papel desempenhado pelas mulheres ao longo da história, são necessários documentos e materiais de diversas ordens, porém, sabe-se que a presença destas fontes foi constantemente apagada, ou seja, muitos vestígios foram destruídos. A escassez de material dificulta o estudo sobre as mulheres, pois a mulher esteve por diversas vezes excluída da história. (PERROT, 2017).

A carência de fontes, dados e materiais que contenham informações relacionadas à figura da mulher acabou por constituir um eixo de apagamento ou ocultamento dessas figuras. Por outro lado, Woolf (2014) aponta que as rodas de conversas, reuniões, traduções de clássicos foram responsáveis por gerar uma intensa atividade intelectual entre as mulheres no fim do século XVIII. Isso revelou que elas poderiam ganhar dinheiro com sua escrita e serem estabelecidas enquanto profissionais em um campo antes exclusivamente masculino. Evidencia-se, portanto, a compreensão de gênero enquanto problemática complexa em sua totalidade histórica e permite, assim, considerá-la parte integrante dos processos sociais

estabelecidos como frutos da organização não somente social, mas também cultural, política e econômica.

De acordo com Zardini (2012), da mulher do século XIX esperava-se que seguisse as diversas regras de acordo com os padrões sociais. Wollstonecraft (2016) complementa essa discussão ao defender o direito feminino ao voto ainda no final do século XVIII, mostrando como as circunstâncias do período setecentista evidenciavam o fato de as mulheres serem tratadas como fracas ou degradadas. Embora Wollstonecraft tenha escrito *Reivindicações dos direitos da mulher* em 1792, suas contribuições se tornam complementares, pois os seus apontamentos, embora levantados no século XVIII, retratam muitas vezes a realidade vivenciada em diversos períodos históricos. Talvez, se às mulheres fossem destinados os mesmos direitos e oportunidades que aos homens, elas não precisariam resumir suas vidas à busca por um casamento, temática observada nos romances de Jane Austen e Júlia Lopes de Almeida, ambas no século XIX.

Já para Woolf (2014), ainda no século XX, as mulheres sempre apareciam como protagonistas ou elementos fundamentais em peças de teatro ou livros. Eram glorificadas na ficção, mas, na realidade, eram submetidas ao esquecimento. No mesmo sentido aponta Perrot (2017) ao dizer que as mulheres são idealizadas e representadas ao invés de serem descritas ou narradas. Partindo de um ponto de vista semelhante, a escritora Norma Telles (2004) declara que as mulheres são musas inspiradoras e criaturas ao invés de serem criadoras, ou seja, serviriam apenas de inspiração na criação de personagens para as grandes obras, jamais poderiam ser as autoras das histórias. Logo, elas estavam inseridas como elementos centrais nas narrativas de ficção, entretanto, na realidade, ocorria exatamente o oposto.

A partir de então, verifica-se o início de uma alteração sensível no que concerne ao papel da mulher em sociedade, suas limitações e necessidades. Perrot (2017) afirma que escrever e contar sobre a história das mulheres é uma forma de retirá-las do apagamento no qual estavam confinadas, pois resgatar essa memória de luta do gênero em questão configura um processo de reconhecimento da importância não só dessa luta por igualdade de direitos, mas também na busca por uma valorização justa e adequada para essas escritoras.

Um outro fator relevante a ser considerado nesse processo de apagamento das escritoras é o fato de elas próprias, muitas vezes, terem sido as responsáveis por destruir ou esconder seus cadernos de escrita, seus versos, suas obras. Isso ocorria porque elas não se sentiam capazes de realizar habilidosamente a tarefa da escrita, pois se consideravam inferiores e acreditavam que esses materiais seriam desinteressantes, como reconhece Perrot (2017, p. 17):

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso escrito à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito.

Além disso, podemos constatar que o retrocesso em relação aos mesmos direitos entre os gêneros é representado pela opressão patriarcal exercida no século XIX. Por isso, torna-se extremamente relevante conhecer os feitos femininos durante a luta não somente por equidade, mas também para distanciar as escritoras do esquecimento, possibilitando, assim, a divulgação de seus registros históricos, a fim de evidenciar a importância social da mulher.

Daí que, posteriormente à noção de valorização, a experiência feminina começa a se deslocar no sentido de buscar igualdade, visto que olhar com atenção para esses registros nos permite conhecer e cultivar a memória daquelas que foram à luta para alcançar o merecido reconhecimento. Para Zinani (2014, p. 193), no século XX, houve um avanço significativo, pois:

A conquista de um novo espaço começou a tornar-se viável, quando aquelas vozes silenciadas passaram a reivindicar educação, cidadania, expressão. Falando a partir de seu mundo, de suas experiências, as mulheres adentraram no fazer literário, tornando-se presença relevante, mas ainda com pouca densidade, uma vez que o reconhecimento e a validação acadêmica não estão consolidados.

Sendo assim, o que a mulher passou a construir na história, principalmente da literatura por ela produzida, não se mostrava mais baseada somente nos aspectos negativos que outra ocupação que não a doméstica poderia acarretar, mas sim no lado positivo do que ela pode edificar, considerando a ferramenta utilizada, a escrita. (MAIA; MAIA, 2011).

Dessa forma, muitas mulheres visualizaram a literatura como uma ferramenta de circulação social, que poderia reproduzir padrões de comportamento, ou seja, era um veículo no qual elas poderiam se apoiar para revelar e mostrar o que pensavam, o que buscavam a partir da escrita. E, a partir de então, foi possível identificar suas vozes tomando vez na sociedade, na tentativa de que as mulheres que lessem também pudessem ter consciência da desigualdade entre os gêneros.

Muitos dos romances escritos para o público feminino eram de autoria de outras mulheres, impulsionando o surgimento também de revistas femininas de forma rápida nos períodos entre 1860 e 1879, “criando os códigos burgueses do cultivo de si e do lar, compuseram o imaginário feminino sobre o casamento” (KEHL, 2016, p. 75) e, entre outros, elementos do cotidiano feminino relatados para este público, a partir dos romances publicados.

Por exemplo, para as escritoras inglesas, a falta de um público leitor nunca foi um problema, enfatizando, assim, a presença de um público leitor considerável no período em questão. (SHOWALTER, 1977).

Nesse sentido, embora as mulheres permanecessem impossibilitadas de muitas realizações, o avanço econômico e social foram responsáveis por promover uma alta circulação de romances, jornais e revistas no âmbito privado. Desse modo, entre as refeições, as visitas ou saídas e chegadas dos maridos, muitas mulheres conseguiam tempo para ler e sonhar com as histórias fictícias. (KEHL, 2016).

Essas histórias eram muitas vezes escritas por mulheres e tendo em vista que a escrita era uma atividade que estava atrelada a riscos, compreendemos os motivos pelos quais as mulheres, muitas vezes, precisavam permanecer no anonimato. Em síntese, fazem parte dessa literatura não apenas autobiografias, mas também poemas e romances, nos quais as escritoras revelavam um pouco da realidade feminina no século XIX. Com isso, entendemos que, embora a mulher não fosse encorajada a trilhar o caminho da arte, sendo muitas vezes repreendida, desprezada e até mesmo vítima de violência física, ela permaneceu resiliente e foi à luta em busca do direito de poder se expressar.

Inquestionavelmente, as mulheres burguesas sofreram preconceito e foram conseqüentemente subjugadas. Logo, a falta de apoio, aliada à falta de tempo, dificultou muito o caminho das letras, pois elas precisavam dar conta das atividades domésticas e, dessa forma, sobrava pouco tempo e amparo no desempenho da atividade de escrita. Fatos estes que contribuíram no esgotamento mental destas mulheres.

Nesse sentido, a mulher, convencida de que sua escrita era desprezível e desnecessária, e considerando as limitações existentes e predominantes, acabou por destruir seus papéis, textos e cadernos. (PERROT, 2017). Esta escrita constituída por poemas, romances, diários, entre outros, acabava muitas vezes sendo exterminada. Esse foi um fator relevante que contribuiu para a própria desvalorização e destruição de sua arte, apagando a memória feminina, desafiando a compreensão da realidade complexa existente no período em questão. Embora, no Brasil, tenha sido possível perceber algum reconhecimento para a literatura feminina apenas a partir do século XX, houve uma produção extensa no século XIX de obras feitas por escritoras. (MAIA; MAIA, 2011). A exemplo disso, temos uma das obras que serão analisadas no desenvolvimento dessa pesquisa, o romance de Júlia Lopes de Almeida. Portanto, essas escritoras deixaram um legado extenso de produção diversificada, incluindo poesia, romance, conto, diário, entre outras. As mulheres passaram a tornar público aquilo que era até então somente privado, transpassando, assim, as normas de conduta social que as impediam e as

limitavam de agir e pensar.

Elas também iniciaram seus processos de escrita com os denominados “cadernos-goiabada”, que eram cadernos nos quais moças escreviam seus pensamentos, seus estados de espírito, sendo assim considerados uma espécie de diário. Possuíam esse nome porque muitas vezes eram escritos na cozinha e, em meio a receitas, listas e orçamentos, apareciam intercaladas anotações pessoais das escritoras. Além disso, poderia existir a possibilidade de estarem manchados com algum tipo de ingrediente utilizado no preparo das refeições. (TELLES, 2004).

Além disso, os periódicos jornalísticos eram utilizados pelas mulheres para promover discussões sobre a causa feminina, possibilitando o hábito da leitura entre as mulheres e, conseqüentemente, o início da consciência dessa identidade silenciada. (MAIA; MAIA, 2011). Dessa forma, temas como “crítica ao casamento por interesse, negação do papel da escrava e propriedade do homem, defesa do divórcio e do sufrágio feminino (...)” (TAVARES, 2007, p. 3) foram alguns dos objetos de discussão de seus escritos. Aqui, contudo, pretendemos tratar somente o tema dos casamentos arranjados ou por interesse econômico, em detrimento dos sentimentos. Nesse sentido, estenderemos essa discussão no capítulo subsequente.

Voltando aos periódicos, uma razão para utilização destes escritos por mulheres no século XIX se deu a partir da necessidade de conquista por direitos. (MUZART, 2003). Dentre estes direitos, destacam-se: educação, profissão e, em um período posterior, o direito ao voto. Logo, os periódicos se tornaram famosos, pois simbolizavam e atuavam na luta pela garantia de igualdade de direitos. Conforme Muzart, ao analisar os periódicos femininos no Brasil do século XIX, era possível constatar que existia sororidade entre as mulheres e elas se mostravam unidas mesmo em estados diferentes.

Além de poemas, contos e crônicas, é na seção de cartas que se encontra esse diálogo entre elas. Embora segregadas da vida literária, da vida produtiva, refugiaram-se nessas atividades não respeitadas e encaradas com olhares condescendentes (...) (MUZART, 2003, p. 231).

As mulheres muitas vezes começaram o ofício da escrita através da poesia, pois dessa forma poderiam expressar seus sentimentos e, assim, utilizavam cadernos, diários. Todavia, foi por meio do gênero romance que as mulheres puderam ingressar na literatura de forma mais sólida. Os temas centrais e recorrentes nas obras dessas escritoras passaram a ser aqueles vivenciados por elas em seu cotidiano, como realização amorosa, casamento, família, habilidades domiciliares. Elas davam “preferência para temas do cotidiano, para retratar a vida

das mulheres de sua época e as condições por elas encontradas” (MUZART, 2014, p. 134). Então, esses temas antes considerados parte da esfera privada, começaram a transitar no espaço público e isso se deveu ao fato de as mulheres terem iniciado sua participação na literatura de modo mais atuante e, aos poucos, mais liberta.

Assim sendo, a partir desses deslocamentos entre as esferas pública e privada, as mulheres deixaram os antigos postos e afazeres, pois estes não estavam tão bem definidos no Antigo Regime como passaram a ser no século XIX, “e saíram às ruas, organizadas ou não, com tanta sede de participação cívica e desobediência revolucionária” (KEHL, 2016, p. 42). Então, podemos destacar a participação das mulheres não só na literatura, mas também em outras áreas de atuação, que foram reivindicadas por elas. Assim, existiu um grande número de mulheres escritoras no século XIX, tanto na Inglaterra quanto no Brasil, e elas atingiram diversos gêneros, tais como: cartas, diários, poemas, crônicas, contos, dramas, comédias, ensaios, críticas literárias, entre outros.<sup>4</sup>

A escrita das mulheres se constitui como uma forma de escape, visto que elas encontravam poucas alternativas profissionais, mas esta também era uma forma de inserção no setor público, antes exclusivamente masculino. Assim, tal ferramenta foi capaz de subverter os valores dominantes na época. Os diversos tipos de escritos, como cadernos, diários e periódicos, possuem um valor inestimável, pois revelam a afirmação de um “eu”, o feminino, isto é, é a partir desses elementos que se torna possível ouvir a voz das mulheres. Vozes ainda em um número reduzido, já que poucas mulheres tinham acesso à escrita, entretanto, esta atividade foi extremamente importante no desenvolvimento e continuidade da busca por igualdade.

Como vimos, com o avanço dos anos ao longo do século XIX, as mulheres ansiavam por conquistas, tanto em relação às suas vidas profissionais quanto ao desejo íntimo de redefinir os papéis em sociedade, nos quais foram representadas como submissas e subjugadas por muito tempo. Logo, buscam a construção de uma nova identidade para modificar esse padrão de dependência que foi enraizado, e isso leva ao questionamento de quais seriam as razões pelas quais as mulheres deveriam ser degradadas, destratadas, desmerecidas e subservientes aos homens.

Para Muzart, mais especificamente no contexto brasileiro, existiram várias mulheres

---

<sup>4</sup> Na Inglaterra, algumas das escritoras do século XIX são: Emily Bronte (1818-1848), Jane Austen (1775-1817), Mary Shelley (1797-1851) etc. No Brasil, destacam-se diversas escritoras no século XIX, tais como: Juana Paulo Manso (1819-1875), Violante de Bivar (1817-1875), Maria Josefa Barreto Pereira Pinto (1775-1837), Josephina Alvares de Azevedo (1851-1913), Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), Maria Inez Sabino Pinho Maia (1853-1911), entre outras. (RODRIGUES, 2016; MUZART, 2003).

antenas com a real situação do gênero e atuantes também em outras causas minoritárias:

No resgate das esquecidas, queremos demonstrar que também a mulher, no século XIX, no Brasil, mesmo em seu papel de sombra de um marido ou do pai, interessou-se pelas ideias de seu tempo e tentou participar da vida intelectual, criticando-as. Assim, na defesa das minorias, do índio e do negro, a voz feminina não esteve ausente. Leia-se, por exemplo, Maria Benedita de Bohrmann, Ana Luiza de Azevedo e Castro, Maria Firmina dos Reis, Ana Euridice Eufrosina de Barandas, Maria Angélica Ribeiro, entre outras. (MUZART, 1995, p. 89).

Já para Maia e Maia (2011), essa exclusão poderia justamente ser pensada como justificativa para a atribuição de personagens que contrariavam os padrões impostos pela sociedade patriarcal. As escritoras, então, utilizavam suas personagens como ferramentas para mostrar o não conformismo diante da realidade e, assim, forneciam subsídio para que reproduzissem o que era silenciado em seus cotidianos:

Examinadas em conjunto, desempenham o perfil da mulher brasileira em luta pela consciência e pela construção de sua própria identidade, ora mais ora menos atrelada a uma linha de tradição, ora mais ou menos compromissada com um campo renovador e, por vezes, desconstrutor de velhos estereótipos redutores. Eis, pois, um retrato da história da literatura feita pela mulher que se mostra não apenas negativamente, pelo que lhe falta, mas positivamente, pelo que consegue, apesar de tudo, ser e fazer, na escrita. Essas marcas da ação cultural estão patentes em gestos, esboços, interjeições, propostas, denúncias, que se materializam em linguagem literária e jornalística. (GOTLIB, 2004 apud MAIA; MAIA, 2011, p. 482).

Ademais, as mulheres apareciam como musas inspiradoras de pinturas, fotografias, quadros, romances, entre outros; contudo, não poderiam ser pintoras, fotógrafas e escritoras. Essa marginalização está relacionada a dois aspectos socioculturais: o primeiro refere-se à imagem feminina no âmbito artístico, em que as mulheres eram vistas apenas como temas e não como autoras, consideradas desprovidas da mesma capacidade artística dos homens; e o segundo diz respeito ao apagamento da figura da mulher na construção histórica do século XIX, uma vez que elas eram julgadas como seres de menor valor.

No Brasil, a mulher desempenhou durante muito tempo sobremaneira os papéis de leitora e personagem, todavia, vimos já que, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas pela maior parte das mulheres, existiram muitas escritoras e, portanto, torna-se de extrema importância visitar os trabalhos dessas mulheres que contribuíram muito com a literatura feminina. Assim, para Muzart (1995, p. 90):

É importante, para reverter o cânone, mostrar o que aconteceu, quando o objeto começou a falar. Para isso, além do resgate, da publicação dos textos, é preciso fazer



reviver essas mulheres trazendo seus textos de volta aos leitores, criticando-os, contextualizando-os, comparando-os, entre si ou com outros escritores homens, contribuindo para recolocá-las no seu lugar na História. Porém, na questão do resgate, devemos ter em mente que não se trata de uma substituição: os consagrados pelos esquecidos (...).

Segundo Vasconcelos (2002), houve um número grande de romances ingleses que circularam no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro. As mulheres ficaram bastante entusiasmadas com o novo gênero e, assim, passaram de leitoras a escritoras de folhetins e de romances. Dentre os temas presentes na escrita dessas autoras, era possível identificar conteúdos recorrentes discutidos por elas, como a educação feminina e o casamento. Entretanto, esse processo não foi tranquilo, pois as mulheres não tinham conquistado e consolidado espaço através da escrita. Então, o uso de pseudônimo, como artifício para cobrir a identidade feminina, fez-se muitas vezes necessário. Posteriormente, na metade do século XIX, isso marca o surgimento da escritora e “reflete um esforço para se livrar de – ou transformar – o patrimônio herdado, o peso da nomeação familiar, os nomes de poder e o poder das normas presentes em sua vida” (MAIA; MAIA, 2011, p. 489-490). Isto é: a sobrecarga de ser mulher, de carregar um nome feminino que não possuía a mesma força e direitos que o texto assinado por um homem evidenciava o vínculo às normas e conseqüente depreciação da literatura feminina.

Para Muzart (2014), o uso de pseudônimos refletia muitas vezes uma condição da própria mulher e evidenciava o medo proveniente do sistema patriarcal:

O medo da família, o medo dos maridos, o medo da comunidade em que viviam cortava-lhes as asas e impelia-as a, literariamente, repetir o estabelecido e bem aceito. É esse cerceamento, essa autocensura das próprias escritoras que se reflete no uso de pseudônimos e, em sua produção literária, nos permite analisar o resultado. (MUZART, 2014, p. 134).

As dificuldades encontradas eram muitas e de diversas ordens. Não era tarefa fácil ser escritora no Oitocentos, pois as mulheres precisavam ler e escrever escondidas, de forma inadequada, com pouca luz, entre outras situações impróprias para o desempenho da função. (GOMES, 2000). Woolf (2014) também discorre acerca das condições inadequadas de escrita, afirmando que ter um espaço próprio ou pelo menos silencioso era algo impossível, mesmo no início do século XX. Sendo assim, quando as mulheres conseguiam desempenhar a função da escrita, esta era restrita ao domínio privado. Então, seus trabalhos acabavam permanecendo guardados ou escondidos.

As escritoras também precisaram lutar contra a rejeição, uma vez que a sociedade julgava seus textos desnecessários. Se comparadas aos homens, eram consideradas incapazes

de escrever. Não eram incapazes, mas tinham muito menos oportunidades de instrução e instrumentalização, visto que raramente possuíam acesso à educação, as leituras eram limitadas e, se elas se atrevessem a rabiscar algo em um caderno qualquer, necessitariam esconder ou queimar, conforme mencionado. Nesse sentido, é realmente compreensível que a atividade literária feminina tenha sido tardia, pois, como pontua Woolf (2014, p. 63) acerca do abismo que separava a literatura entre os gêneros, mulher alguma jamais escreveu “palavra de uma literatura extraordinária quando todo homem, ao que parece, é capaz de uma canção ou de um soneto”.

Haja vista que os homens eram muitas vezes preparados e instruídos, era natural que possuíssem maior facilidade e habilidade no exercício da escrita. Em contrapartida, as mulheres eram muitas vezes proibidas de se dedicar à literatura e, quando resistiam e escreviam com o intuito de serem publicadas, muitas e tantas vezes eram desvalorizadas, pois conforme já afirmamos anteriormente, a educação formal recebida pela maior parte das mulheres tinha como uma das finalidades contribuir para a instrução de seus filhos.

Apesar de todas essas dificuldades, as escritoras ainda teriam que saber lidar com algo de ordem subjetiva, algo que era próprio da situação das mulheres daquela época. Elas precisariam expulsar o anjo do lar:

A vocação para a escrita requeria muita energia, força de vontade e uma genuína transcendência do gênero feminino. As mulheres na época não estavam acostumadas, nem haviam sido preparadas para escolher sua vocação, pois a feminilidade elaborada através das representações era a única vocação que parecia lhes convir (...) para a mulher, trabalho significava trabalhar para os outros, auto-sacrificar-se e passar despercebida. Portanto, trabalho no sentido de auto-desenvolvimento, de auto-definição, de prazer intelectual era algo que estava muito distante de seus horizontes e que entrava em conflito com a subordinação e repressão inerentes ao que se considerava ser feminino, ao ideal do anjo. (TELLES, 1987, p. 265).

Segundo a autora de *Um teto todo seu* (1929), a tarefa de matar o anjo do lar ainda existia e era algo que necessitava ser exterminado. A seguir, tem-se a narração de uma conversa entre Woolf e o anjo do lar:

(...) Quer dizer, na hora em que peguei a caneta para resenhar aquele romance de um homem famoso, ela logo apareceu atrás de mim e sussurrou: “Querida, você é uma moça. Está escrevendo sobre um livro que foi escrito por um homem. Seja afável; seja meiga; lisonjeie; engane; use todas as arte manhas de nosso sexo. Nunca deixe ninguém perceber que você tem opinião própria. E principalmente seja pura”. E ela fez que ia guiar a minha caneta (...). Fui pra cima dela e a agarrei-a pela garganta. Fiz de tudo para esganá-la (...) Se eu não a matasse, ela é que me mataria. Arrancaria o coração da minha escrita. Pois, na hora em que pus a caneta no papel, percebi que não dá pra fazer nem mesmo uma resenha sem ter opinião própria, sem dizer o que a gente pensa ser verdade nas relações humanas, na moral, no sexo. E, segundo o anjo do Lar,

as mulheres não podem tratar de nenhuma dessas questões com liberdade e franqueza; se querem se dar bem, elas precisam agradar, precisam conciliar, precisam – falando sem rodeios – mentir (...). (WOOLF, 2018, p. 12-13).

Para Gomes (2000, p. 56), era como se esse anjo representasse uma espécie “de anjo da morte ou anjo místico, que, de maneira distinta, continuava a manter um ideário de feminilidade que exaltava a passividade da mulher e sua tutela por pais, maridos ou irmãos homens”, exemplificando, assim, a dependência da mulher e concordando que o extermínio desse elemento era necessário. Logo, a mulher deveria aniquilar esse elemento com a finalidade de poder escrever sem impedimentos ou amarras.

De acordo com Telles (2004), para que a mulher pudesse se tornar escritora, esta deveria primeiramente matar o anjo do lar. Então, ela finalizaria a luta interna e desobedeceria a essa voz responsável por tentar domar as mulheres e fazê-las calar-se e se submeter às regras ditatoriais da sociedade.

Dessa forma, percebe-se que a luta das mulheres não era somente contra o sistema patriarcal dominante, mas também era uma luta interna com elas próprias para aceitar que eram capazes e poderiam ter voz e vez. Entretanto, a mulher não precisava ser depreciada e viver à sombra da figura masculina, detentora de quase tudo. As mulheres, então, travaram essa batalha contra o “anjo do lar”, que era responsável por aniquilar os desejos reprimidos dessas mulheres e fazer com que elas permanecessem sempre no esquecimento.

Embora as mulheres tenham enfrentado diversas barreiras na busca por um espaço de atuação e desempenho de atividades, elas conseguiram transpor a barreira da escrita e isso se deve a diversos fatores, quais sejam: mudanças nas leis, aumento de escolas destinadas às mulheres, atuação da imprensa que divulgava leituras para as mulheres e também textos de autoria feminina. Então, os séculos XIX e XX foram responsáveis por consolidar a literatura, sobretudo o gênero romance. De fato, ocorrem significativas transformações no final do século XIX e a mulher passa a exercer funções de modo mais autônomo e, assim, busca conquistar o território da escrita, alterando também a configuração inicial de “anjo do lar”, previamente descrita. (TELLES, 2004).

Tendo em vista que a grande conquista de vida da mulher deveria ser o casamento, ela possuía a incubência de estudar e se empenhar, delimitando, desse modo, suas expectativas na busca por um marido. Conforme Perrot (2017, p. 46), o “ápice do ‘estado de mulher’, o casamento é a condição normal da grande maioria das mulheres”, ou seja, era o que a sociedade esperava da mulher, pois o matrimônio seria um grande marco na vida delas. Gomes (2000, p. 55) acrescenta a essa discussão afirmando que:

Se o ideário de feminilidade oitocentista afirmava que a realização da mulher se dava somente pelo casamento e pela maternidade, se esta realização estava no sacrifício que a mulher deveria fazer para o bom desempenho destes papéis, e se era isso mesmo que a conduziria à santidade, a escrita feminina estava fora destas prescrições.

O casamento possuía um papel essencial na vida das mulheres burguesas, como manutenção da herança e da família. Portanto, elas eram treinadas desde cedo para se tornarem donas de casa e mães. Mas não só, de acordo com Vasconcelos (1995), estavam em jogo também interesses econômicos, pois o casamento era uma espécie de acordo financeiro entre as famílias dos noivos.

Assim, a subjugação da mulher e a discriminação sofrida em relação a sua figura como escritora dificultaram a visibilidade feminina enquanto profissional. Então, a busca para conquistar esse espaço limitado na época e tornar manifesto o poder da classe veio tomando força à medida em que possibilitava a abertura de um ambiente em descoberta. Não apenas, mas essa luta durou muito tempo. Por exemplo, a ideia de cânone é masculina e permaneceu por muito tempo, e até ainda hoje na academia.

A despeito do que se pensava, a superioridade intelectual da mulher não diminuiria de forma alguma a figura do homem, pelo contrário, poderia auxiliá-la. Mas o que se esperava e o que era natural na época: “escrever, ler e pensar eram ações que não competiam ao mundo feminino, sendo em variados casos nocivos à sua saúde mental, visto que se contrapunham as características estabelecidas como inatas ao seu universo” (TAVARES, 2007, p. 4).

Dessa forma, no século XIX, na Inglaterra, era possível que existisse a mulher ativa e participante na sociedade, que desempenhava, assim, diversas funções exteriores e não apenas as atividades domésticas, ou seja, as mulheres deveriam poder escolher o que queriam fazer e como queriam agir. Elas também puderam estudar e trabalhar fora do âmbito domiciliar. É importante ressaltar que este perfil não era o geral, mas sim a exceção, pois muitas mulheres não possuíam os mesmos direitos e oportunidades.

No Brasil, no século XIX e início do século XX, as mulheres brancas da burguesa e de classes sociais consideradas inferiores também poderiam ter acesso à educação para contribuir significativamente na criação dos filhos ou em afazeres, já que a mulher instruída pode ser melhor esposa e melhor mãe do que a desprovida de educação. Este é o caso da personagem Marta, no livro *Memórias de Marta*, pois ela, embora pobre, teve a oportunidade de estudar e passar em um concurso. Contudo, a situação no Brasil era diferente e complexa, uma vez que existia a herança colonial que demarcava a questão do trabalho escravo, e que vem sendo

lentamente desconstruída com o passar do tempo, entretanto, as injustiças raciais perduram até os dias de hoje. Sendo assim, no período em questão, esse cenário dificultava ainda mais o acesso ao estudo e trabalho dignos.

Nesse sentido, instituições artísticas passaram a aceitar mulheres, utilizaram as reformas políticas para formular a introdução de novas regras que não mais excluíssem a participação delas na sociedade. Então, quando o número de artistas começou a aumentar e, por conseguinte, deixou de ser considerado exceção, as instituições (academias literárias e instituições artísticas nas quais estas eram produtoras de conteúdo) iniciaram o processo de exclusão. (VICENTE, 2011).

Na era vitoriana, por exemplo, esperava-se que as mulheres pudessem refletir o padrão feminino exaltado naquele período, contudo, as romancistas puderam ultrapassar a limitação do papel feminino a partir da escrita de seus romances. (SHOWALTER, 1977). Portanto, o exercício de escrita para as mulheres no século XIX foi uma forma de romper com o padrão estratificado da sociedade, pois a área literária era exclusiva dos homens e as mulheres não eram bem vistas se envolvidas e engajadas nesse tipo de ação. A busca na tentativa de tomar o espaço feminino ocorreu de duas formas: uma estava relacionada à carência de educação e, a outra, à utilização da escrita a fim de retirar a voz feminina do anonimato, uma vez que as mulheres não tinham muita autonomia e, por isso, os homens respodiam por elas geralmente. Para Paixão (1991 apud TAVARES, 2007, p. 2):

O homem, no caso, pensa e elabora a fala da mulher segundo seu próprio ponto de vista, sendo, portanto, sujeito do discurso na medida que constrói a imagem feminina de acordo com a ideologia dominante em cada época, sempre sob a ótica masculina.

Muitas vezes, estereótipos femininos eram produzidos e reforçados em romances escritos por homens, assim, eles eram capazes de controlar o espaço e delimitar os papéis dos sexos em sociedade. A linguagem era utilizada como uma ferramenta de poder nas relações, e com a repetição, acabava por solidificar o padrão dominante em vigor na época. (TABAK; GUIMARÃES, 2011).

Foucault (1970) fala sobre o discurso como uma ferramenta não neutra e sim atuante em um lugar onde a sexualidade e a política, por exemplo, exercessem poder, ou seja, a finalidade do discurso é de extrema importância para revelar a ligação entre desejo e poder:

O discurso (...) não é simplesmente aquilo que manifesta o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação,

mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 1970, p. 10-11).

Dessa forma, a instrução e o posicionamento, utilizando como ferramenta a escrita, foram aliados extremamente necessários na luta das mulheres oitocentistas, posto que a escolarização foi o ponto de abertura dos caminhos para elas na construção da identidade feminina, que dava os primeiros sinais de formação: “com sua pena escreveram em verso, em prosa, em linguagem jornalística e participaram de campanhas reivindicatórias” (TAVARES, 2007, p. 2).

Era necessário que as mulheres injustiçadas utilizassem a pena para sair da esfera privada dos lares e passassem a atuar na esfera pública. O discurso ocupava um lugar de poder, como citado, onde os homens eram detentores e as mulheres precisavam conquistar e construir seu espaço. Outro fator era de ordem financeira, pois algumas editoras poderiam não aceitar os textos caso soubessem que se tratava de um texto de autoria feminina. Nesse sentido, Vicente discorre acerca da representação da figura feminina enquanto ausência, ou seja, algo vazio:

A questão da criatividade exemplifica também a maneira como, durante tantos séculos, a cultura vigente implicou a representação do feminino enquanto ausência, tabularia, vazio, negação ou silêncio: o modelo da “pena/pénis que escreve sobre a folha virgem participa numa longa tradição que identifica o autor como masculino, que é primário, e o feminino como sendo a sua criação passiva. (VICENTE, 2011, p. 19).

(...) Assim, nem o passado é feito apenas de ausências e limites à prática artística feminina, nem o presente do mundo ocidental, supostamente o mais igualitário, está isento de inúmeros entraves à participação plena das mulheres no mundo artístico e cultural e ao seu reconhecimento. (VICENTE, 2011, p. 24).

O simples fato de as mulheres terem acesso e utilizarem a escrita como ferramenta para alcançar poder de fala pode ser considerado uma forma de transgressão, se relacionado ao padrão social feminino enraizado no período oitocentista e à falta de direitos e oportunidades por elas enfrentados. (TABAK; GUIMARÃES, 2007). Portanto, as mulheres oscilavam entre a obediência e a transgressão, visto que se submetiam a regras, entretanto, lutaram na busca de um espaço de atuação.

Nota-se, na escrita das mulheres do século XIX, uma tendência à utilização de ironia em seus escritos. “Em retórica, ‘ironia’ consiste em dizer o oposto do que se pretende comunicar ou em possibilitar uma interpretação diferente do significado superficial das palavras” (LODGE, 2017, p. 186). Esse elemento era algo característico do período em questão, com a finalidade de obter a publicação e alcançar mais leitoras que pudessem também se identificar

com as histórias que, frequentemente, representavam situações do cotidiano da mulher desse século. A exemplo disso, tem-se a escritora Jane Austen, que fazia uso desta figura de linguagem. Dessa maneira, a ironia era uma ferramenta muitas vezes indispensável na busca por poder utilizando a linguagem. (DINKLER, 2004).

Por conseguinte, a utilização de uma linguagem moderada era a melhor alternativa para fazer com que as obras fossem lidas. Era, então, necessário abrandar a linguagem para garantir que as obras seriam publicadas, ou seja, dizer o que deveria ser dito, mas de forma moderada e utilizando-se de ironia. Sobre as estratégias do discurso:

Estratégia como procedimento que nasce de um cálculo das relações de força e que são empreendidas por um sujeito de poder e de querer para atingir objetivos previamente traçados. Já as táticas não demandam um lugar como a estratégia, não calculam, vigiam e captam no voo as possibilidades de ganho; é um ato que visa a aproveitar uma ocasião, não é necessariamente articulada discursivamente; é um gesto, breve efeito cuja força pode se desvanecer imediatamente, multiplicar as máscaras e as metáforas, desaparecer no próprio ato. (ALBUQUERQUE, 2007 apud TABAK; GUIMARÃES, 2011, p. 44).

Dessa forma, ao nos propormos analisar duas obras oitocentistas escritas por Jane Austen e Júlia Almeida, serão considerados todos esses aspectos contidos no contexto da sociedade desigual e estratificada, dominada pela maioria que delimitava o padrão de vida da mulher. Diante disso, existe, por parte dessas escritoras, uma preocupação relacionada à condição de subordinação da figura feminina à figura masculina no período oitocentista. Sendo assim, é possível encontrar em suas obras críticas que eram direcionadas à educação precária destinada às mulheres, ao casamento arranjado, às convenções da época, entre outros temas que perpassam seus trabalhos e buscam dar notoriedade à questão da mulher.

Ademais, verificamos a representação da sociedade inglesa na obra de Jane Austen e da sociedade carioca no trabalho de Júlia Lopes de Almeida. Essas obras representaram, portanto, os padrões e convenções sociais e as transições ocorridas, entre elas, transições políticas e econômicas que foram responsáveis por modificar a estratificação da sociedade: relações de poder, casamentos arranjados, entre outros.

Logo, percebemos como essas escritoras foram revolucionárias dentro da realidade na qual viviam, ultrapassando, dessa forma, limites delineados que não poderiam ser transpostos. Entretanto, cumpre salientar que elas receberam apoio e incentivo de suas famílias, que, por sua vez, pertenciam a uma classe detentora de alguns privilégios. Outro ponto relevante é que suas produções se tornaram propostas concretas na superação dos padrões de conduta determinados para as mulheres em Oitocentos e na virada do século. (LUCA, 1995). Então, suas ideias foram

responsáveis de alguma forma por contribuir para o pensar a figura da mulher como um ser igual e que merece alcançar os mesmos direitos que os homens, libertando-as dos padrões patriarcais e estabelecendo direitos equânimes.

Dessa forma, notamos a importância de revisitar as obras de autoras que tiveram um papel fundamental em revelar e criticar a sociedade no século XIX, possibilitando a relevância da temática na representação da mulher na literatura comparada entre a Inglaterra e o Brasil. Assim sendo, há a existência e comprovação de que houve um grupo significativo de mulheres, em épocas e lugares diferentes, as quais se dedicaram à literatura, conforme será apresentado brevemente no capítulo subsequente.

Logo, como previamente discutido, embora seja possível identificar a existência de uma quantidade considerável de mulheres buscando inserção na literatura, é compreensível que o processo de exclusão ou destruição desses materiais escritos por elas retrate o desaparecimento dessas escritoras. Para Zinani (2014, p. 192), isso “constitui um atestado de apagamento dessas figuras de cenário cultural, instituindo uma invisibilidade que cobriu boa parte da produção cultural realizada pelas figuras femininas”. Mesmo caindo muitas vezes no esquecimento, essas mulheres foram responsáveis de alguma forma por abrir o caminho para as próximas gerações de escritoras. Isso permitiu, portanto, que a literatura feminina produzida nos séculos anteriores e atualmente possa ser estudada e devidamente reconhecida:

Na história do romance de mulheres, depois do momento inicial em que umas, as pioneiras, com suas pequenas narrativas, se esforçavam no caminho da literatura, ocorre o aparecimento de outras, resultantes de empenho das antecessoras. (MUZART, 2014, p. 134).

Ainda que seja dificultoso o processo de encontrar muitos dos documentos e dos trabalhos produzidos por mulheres no século XIX, tem sido possível localizar obras literárias de autoria feminina graças à visibilidade que temos alcançado na sociedade como um todo e aos avanços que os estudos sobre a escrita de autoria feminina têm alcançado no universo da pesquisa acadêmica. Logo, compreendemos e refletimos como essas mulheres, consideradas pioneiras no fazer literário, tornaram-se grandes marcos na história, visto que possibilitaram a abertura de espaço para que muitas outras pudessem sair do anonimato posteriormente e perpetuar a escrita.

Considerando o longo período de limitações sofridas pelas mulheres, podemos assimilar que o reconhecimento como escritoras se tornava árduo, principalmente se considerado como uma profissão de fato, e, indubitavelmente, o acesso educacional restrito representava um



grande obstáculo. Então, uma educação consistente abriu as portas para que as mulheres começassem a ler, a escrever, a publicar e, conseqüentemente, reivindicar seus direitos e lutar por opção de escolhas. Nesse sentido, Showalter (1977) destaca que o século XIX foi a era das romancistas e cita, como exemplo de escritora, Jane Austen.

Ademais, para ouvir as vozes femininas, é necessário não somente ler livros, histórias e romances que falam sobre elas, mas também aqueles escritos por elas desde o século XVIII. Devemos apoiar suas carreiras, comprando seus livros, pesquisando e escrevendo sobre essas autoras que, muitas vezes, tendem a permanecer no esquecimento. Dessa forma, buscamos ultrapassar os obstáculos que, durante muito tempo, restringiram e impediram o acesso de leitores à escrita feminina. (PERROT, 2017).

Nesse contexto, a resistência se constituiu como um importante elemento na busca pela conquista de um espaço onde a literatura feminina pudesse se expressar, visto que, ao longo da história, houve a seleção do que era considerado importante e do que não era digno de registro, ou seja, o que poderia ser apagado. Em suma, tanto na Inglaterra quanto no Brasil, e em diversos outros países, as mulheres estiveram esquecidas ou foram menosprezadas. Logo, o caráter de literatura inferior ou desnecessária foi responsável por obstruir o acesso à parte dessa importante memória feminina que, em razão dos fatores aqui mencionados, foi recorrentemente apagada.

A presente dissertação busca, portanto, revisitar duas grandes escritoras que marcaram a sociedade utilizando a escrita como ferramenta para tornar possível a inserção feminina no campo literário e social. Nesse sentido, embora tenha sido uma jornada difícil de ser percorrida, escritoras como Jane Austen e Júlia Lopes de Almeida atuaram “quebrando amarras” nas sociedades em que viveram, como veremos na próxima seção.

### 3 AS ESCRITORAS EM FOCO

#### 3.1 Jane Austen

Jane Austen<sup>5</sup> nasceu em 16 de dezembro de 1775, em Steventon, onde morou com os pais e irmãos, sendo uma das duas filhas em uma família de oito. Cassandra, sua irmã mais velha, foi também sua melhor amiga, companheira e confidente. Ela ficou noiva do reverendo Tom Fowle, mas ele contraiu febre amarela e veio a falecer antes do casamento. Então, as irmãs estiveram próximas durante toda a vida de Jane Austen, até mesmo no seu falecimento (18 de julho de 1817). Assim, era uma família grande e amorosa; eles usufruíam de condições financeiras favoráveis e pertenciam à nobreza agrária. Austen foi a sétima filha do reverendo George Austen e Cassandra Leigh; existe pouca informação sobre sua mãe, sabemos apenas que ela gostava de escrever versos.

A escritora inglesa viveu de forma similar às heroínas por ela descritas. Enquanto seus irmãos estudavam matemática, história, entre outros tópicos, ela e sua irmã eram limitadas a aprender habilidades domésticas, consideradas essenciais para esposas. Embora a educação feminina fosse limitada, a família decidiu enviar Jane e sua irmã Cassandra para Oxford, onde seriam ensinadas por uma tutora, Senhora Cawley. Esse fato muito provavelmente deu-se em razão da necessidade de receber mais moradores em casa, já que a família Austen abrigava pensionistas, e seu pai era uma espécie de tutor e recebia alunos em casa. (BYRNE, 2018). Entretanto, as irmãs precisaram retornar, pois houve uma enfermidade contagiosa onde estavam. Pouco tempo depois, foram para um internato em Reading, esta foi a única educação fornecida à escritora fora do âmbito familiar.

De acordo com Zardini (2012), a autora teve educação limitada, contudo, ela lia bastante em casa e aprendeu muito na biblioteca de seu pai, pois sabemos que o reverendo Austen possuía uma extensa biblioteca em casa e a família toda gostava de ler romances. Seu pai apoiou o sonho da filha em tornar-se uma escritora de sucesso e a incentivou a ler e escrever. Ele também a presenteou com uma escrivantina e, em um período posterior, com uma caixa de escrever para que ela pudesse se dedicar à escrita da melhor forma possível.

A escritora iniciou sua carreira literária na adolescência em 1787. Ela permaneceu escrevendo contos, peças, narrativas, entre outros. O conjunto dessas obras está presente nos conhecidos cadernos de velino<sup>6</sup>. Posteriormente, Austen relatou seu arrependimento de ter

---

<sup>5</sup> Ver anexo A.

<sup>6</sup> Cadernos de notas pessoais que continham relatos, narrativas e ideias da escritora. “Há três deles. Cada um tem na capa uma inscrição em caligrafia cuidadosa, à imitação de um romance de três tomos ou um conjunto de obras

escrito demasiadamente tão nova (BYRNE, 2018), porém, esse legado literário deixado pela escritora, mesmo tanto tempo depois, permanece tão atual devido às temáticas por ela abordadas. Para Byrne (2018, p. 76), “a vida não tão secreta de Jane Austen entre onze e dezessete anos revela uma escritora de maravilhosa exuberância e autoconfiança. Ela também demonstra ser uma jovem mulher de opções firmes e fortes paixões”.

Austen escreveu não somente romances, mas também obras curtas, obras escritas na juventude, poemas e uma peça. Entre os romances publicados, têm-se: *Razão e Sensibilidade* (1811); *Orgulho e Preconceito* (1813); *Mansfield Park* (1814); *Emma* (1815); *A abadia de Northanger* (1818) e *Persuasão* (1818), sendo as duas últimas obras póstumas. Entre as obras curtas ou de transição: *Lady Susan* (1794-1795); *Os Watson* (séc. XIX); *Sanditon* (1817) – incompleta.

De acordo com o método de publicação da época, a obra *Razão e Sensibilidade* foi inserida em um sistema de comissão no qual o risco principal cabia ao escritor, pois este deveria pagar os custos iniciais de publicação e publicidade, que poderiam chegar até o valor de 50 libras. Logo, o lucro seria dividido entre a editora e a escritora. Os custos eram altos e, conseqüentemente, Jane Austen teve dificuldade em efetivar a publicação. Nesse sentido, Byrne (2018) aponta que a escritora recebeu ajuda da sra. Knight, mãe adotiva de seu irmão Edward. O livro chegou então à segunda edição e contou também com a ajuda de seu irmão, Henry Austen. Além do mais, se o título em questão não alcançasse boas vendas, a escritora seria responsável por arcar com os elevados custos de impressão.

*Razão e Sentimento*<sup>7</sup> foi publicado em outubro de 1811 por 15 xelins e as resenhas sobre a obra se deram de forma favorável, considerando-a “divertida”, “bem escrita”, “agradável”. O livro esgotou-se em 1813 e, depois do pagamento de todos os custos, o lucro obtido foi de 140 libras. (BYRNE, 2018). Tais adjetivos apontam para os motivos pelos quais sua obra, mesmo hoje, mais de 200 anos após a publicação, continua sendo um grande sucesso. No trecho a seguir, é possível identificar algumas das razões pelas quais a escritora se tornou renomada como romancista e estabeleceu seu lugar através do tempo:

O humor, o diálogo efervescente, os personagens inesquecíveis, a precisão de suas observações, suas tramas elegantes e satisfatórias, o uso que faz da língua, o modo como escreve sobre relacionamentos e como captura o que é estar apaixonado, sentir-se sozinho, provocado, errado, desapontado, fazer parte de uma família... a lista é interminável. (SMITH, 2017, p. 11).

---

completas: *Volume Primeiro, Volume Segundo, Volume Terceiro*” (BYRNE, 2018, p. 73).

<sup>7</sup> Título inicial do livro, posteriormente foi substituído por *Razão e Sensibilidade*, como é conhecido hoje.

A sagaz romancista captava as mudanças sociais que ocorriam na época e no campo literário, sendo capaz de representar ficcionalmente o que via acontecer ao seu redor. Um tema muito popular no período em questão, por exemplo, era o casamento e este não por acaso aparece em seus seis romances. Jane Austen dava seu toque às obras, claro, utilizando sua sutileza e doses de humor para representar aspectos de injustiça social que ocorriam no século XIX.

Portanto, a escritora foi além ao tratar das relações humanas, das injustiças sofridas pelas mulheres, e também criticar a instituição arranjada do casamento, muitas vezes realizado por interesse econômico. Dessa forma, ela acabava por conceber críticas à sociedade inglesa oitocentista. Logo, essa é uma característica muito presente em suas obras; para tanto, ela fornece um grau elevado de complexidade em seus personagens, que são responsáveis por contestar a estrutura social inglesa, aspecto que acabou por prender muito a atenção dos leitores.

Por volta de 1800, a família mudou-se para Bath e Jane Austen ou não gostava muito do lugar ou se mantinha contraditória em relação a isso. Porém, sabemos que, nesse local, a escritora escreveu dois de seus maiores sucessos e que seu pai veio a falecer. Após esse episódio, Jane Austen, Cassandra e sua mãe passaram a fazer longas estadias em casa de parentes ou se hospedavam em apartamentos baratos, e, posteriormente, mudaram-se para Southampton e foram morar com seu irmão Frank. (SMITH, 2017).

Sabemos que Jane Austen possuiu, sim, muitos pretendentes, porém, casamento não era prioridade para ela. Entretanto, quando sua irmã Cassandra ficou noiva de Tom Fowle, ela deve ter repensado o fato de ser deixada por sua irmã. Assim, em 1795, Jane Austen namorou um irlandês chamado Tom Lefroy, mas houve complicações nesse romance e, por isso, não houve continuidade. Possivelmente, Jane Austen e o cavalheiro Samuel Blackall se apaixonaram; eles se conheceram em Devonshire, onde a família passava férias. Blackall foi descrito por Cassandra como “digno de possuir e passível de conquistar o amor da irmã dela” (BYRNE, 2018, p. 218). Então, ele pediu permissão para encontrar a família novamente nas próximas férias, todavia, após isso, receberam uma carta informando seu falecimento.

Com o falecimento deste que seria o pretendente favorito e, conseqüentemente, o mais provável a casar-se com ela, as oportunidades se tornaram limitadas. Contudo, é possível perceber a existência de outros admiradores ou pretendentes através de suas cartas. Existem evidências de que Harris Bigg-Wither, um amigo da família, a pediu em casamento e ela aceitou, entretanto, rescindiu na manhã posterior. Uma possível explicação para a aceitação do pedido seria o descontentamento da escritora por estar residindo em Bath e por estar se recuperando da morte do namorado anterior. Sabemos que Bigg-Wither era mais novo que Jane

Austen e ela estava prestes a completar 27 anos, o que dificultava, assim, as chances de conseguir um bom casamento, mas ela não estava à disposição de qualquer cavalheiro que a propusesse. (BYRNE, 2018).

No que se refere ao tema amoroso, Jane Austen foi capaz de escrever sobre relacionamentos e sentimentos mesmo sem nunca ter se casado, evidenciando, assim, que a vida de uma mulher oitocentista na Inglaterra poderia ir além da busca por um marido. Austen se tornaria uma romancista renomada por mérito e empenho de seu trabalho, sem precisar recorrer a uma figura masculina para realizar tais conquistas. Segundo Byrne (2018, p. 228), “Jane verdadeiramente acreditava que o casamento podia sufocar a voz feminina. Esse era o destino ao qual ela não iria se submeter em sua própria vida”.

Ela não invejava a vida das mulheres casadas, submissas aos seus maridos e cuidadoras da casa e dos filhos, pois isso as tornava obedientes de forma desmedida e, sendo resignadas e pacientes, tornaram-se incapazes de compreender o que é certo ou errado, impossibilitando-as de lutar contra o padrão estabelecido. Essa era a descrição da figura feminina no século XIX, da qual Jane Austen destoava. Logo, a imagem de solteirona, amargurada e coitada por não possuir um casamento ou filhos estava sempre vinculada à imagem distorcida a ela atribuída.

Desta forma, em suas obras, criticou a maneira como muitas mulheres eram tratadas, dando voz a elas em uma sociedade extremamente patriarcal. Austen possuía um olhar atento às limitações literárias de seu tempo, especialmente no que concerne à figura da mulher. Por conseguinte, utilizava o meio literário como ferramenta para revelar a hipocrisia social pertencente ao século XIX.

Talvez sua própria experiência tenha contribuído para a autora, através de seus livros, criticar a sociedade inglesa e os padrões de comportamento da época, mostrando a busca da mulher pelo casamento perfeito como única forma de ascender socialmente. (SERRÃO, 2018). Logo, quando o encontravam, restringiam-se em agradar os maridos, fato esse que se dava como reflexo da educação por elas recebida. Nesse sentido, a autora utiliza ironia por meio do equilíbrio entre o silêncio e o discurso para descortinar as futilidades por trás dos códigos de conduta e das convenções sociais de seu tempo. (DINKLER, 2004). Byrne argumenta que a escritora se preocupava com a condição da mulher em sociedade desde a adolescência:

Mesmo na adolescência, a jovem Jane Austen já se preocupava com as dificuldades enfrentadas por mulheres reduzidas a um estado de absoluta dependência de parentes que se revelavam, com frequência, cruéis e insensíveis. Seu interesse pelo apuro das mulheres empobrecidas e pelas árduas realidades do mercado matrimonial georgiano nunca diminuiu. (BYRNE, 2018, p. 47-48).

Assim, compreendemos a condição de subordinação da mulher, que se tornou escravizada pelo preconceito já que necessitava conviver com as injustiças e, além disso, precisava se esforçar para manutenção do padrão feminino até então consolidado.

Nesse contexto, o entendimento feminino deveria ser ampliado e Jane Austen pôde ser considerada a porta-voz da figura feminina no século XIX, pois ela relatava situações do cotidiano, experiências familiares, divisão social, limitação de direitos e casamento. Contudo, ela foi além ao escrever sobre os problemas das mulheres e estabelecer críticas à sociedade burguesa. Mesmo escrevendo sobre a figura feminina, ela não pode ser classificada sob a ótica do feminismo<sup>8</sup>, que teve suas origens no século XIX; entretanto, pode ser enquadrada a partir dos estudos de gênero sobre o feminino ou profeminismo, ou seja, ela defendia valores feministas em uma época que este termo ainda era desconhecido. Estudos mais aprofundados acerca dessa temática podem ser encontrados nos escritores Kirkham<sup>9</sup> e Looser<sup>10</sup>.

Conforme Byrne (2018), a escritora possuía opiniões fortes relacionadas ao matrimônio e não conformismo dos ideais do século em questão. Isso pode ser evidenciado em seus escritos, porém, torna-se difícil saber de onde possivelmente vieram essas ideias. Fazer um mapeamento do seu histórico de leitura também se torna inviável, visto que ela realizava leituras a partir das bibliotecas de empréstimos e havia feito diversas viagens, tornando dificultosa a realização deste processo. Sabemos, todavia, que ela adorava Shakespeare e alegava que o escritor deveria estar incluído no gosto dos ingleses, em razão de sua significativa contribuição.

Outro fato de extrema relevância na compreensão desta pesquisa é a grande apreciação por mulheres que a escritora possuía, tinha várias amigas e valorizava nelas características como companheirismo e lealdade. Possuía grande admiração por Eliza, uma parente com ideologias fortes e que pode ter sido musa inspiradora na elaboração das protagonistas de Jane Austen, como Marianne em *Razão e Sensibilidade* e Elizabeth em *Orgulho e Preconceito*, por exemplo. Ela também tinha em Marta Lloyd uma amiga muito próxima, confidente e incentivadora de seu trabalho. Outra amiga fiel que podemos destacar era sua irmã Cassandra, que cuidava da casa e da maioria das obrigações para que Jane Austen pudesse se dedicar ao ofício da escrita. (SMITH, 2017). Nesse sentido, no trecho que segue, podemos evidenciar uma relação de valorização da figura feminina, que trata do forte laço entre irmãs, visto que Jane Austen mantinha uma relação de extrema proximidade com Cassandra:

---

<sup>8</sup> O movimento feminista busca igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, tendo surgido no século XIX. Disponível em: <https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/>. Acesso em: jan. 2020.

<sup>9</sup> KIRKHAM, Margaret. **Jane Austen Feminism and Fiction**, 1997.

<sup>10</sup> LOOSER, Devoney. **Jane Austen and discourses of feminism**, 1995.

É altamente significativo que tenha sido durante o noivado de Cassandra com Tom Fowle que Jane Austen começou a esboçar os textos que acabaram se transformando em seus dois primeiros romances publicados. Ambos tratavam de pares de irmãs. Um deles, sem dúvida – o outro, muito possivelmente – foi concebido sob a forma de cartas: “Elinor e Marianne” (...) (BYRNE, 2018, p. 129).

Jane Austen possuía uma grande admiração por mulheres<sup>11</sup>. Logo, em suas narrativas não poderia ser diferente. Para Byrne (2018), os romances da escritora em questão eram centrados na figura da heroína e a interferência dos pais ou tutores era muitas vezes inexpressiva. A heroína, ao invés de receber uma lição, aprende com seus próprios erros. Podemos evidenciar o aprendizado da personagem no trecho que segue:

Marianne Dashwood nascera para um destino extraordinário. Nascera para descobrir a falsidade de suas próprias opiniões e para contrariar, por sua conduta, suas máximas favoritas. Nascera para vencer um afeto que surgiu aos 17 anos, e, sem nenhum sentimento superior a um grande apreço e uma profunda amizade, voluntariamente dar a mão a outro! (AUSTEN, 2015, p. 493).

Sabemos que a escritora era detentora de uma personalidade forte, que falava o que pensava e agia muitas vezes contrariando as expectativas da sociedade. Sendo assim, ela costumava satirizar as personagens femininas que eram consideradas tontas e frequentemente sofriam desmaios ou ficavam doentes, e por estas razões eram consideradas jovens histéricas, fato esse comumente retratado nas obras da época.

Como previamente mencionado, a referida romancista utilizava ironia como elemento fundamental em seus trabalhos. Conforme destaca Rebecca Smith (2007, p. 171), “há ironia no tom da narração, ironia verbal, ironia nas situações dos personagens e ironia dramática”, ou seja, Jane Austen realmente não deixava esse elemento ficar de fora de seus romances. A utilização deste elemento se configura como um elo entre a escritora e seus leitores, pois ela lhes fornece indícios para que possam compreender o que está acontecendo, sem necessariamente revelar todos os fatos. Então, a escritora repassa uma importante missão ao leitor: ter um olhar mais atento e focado nos acontecimentos.

Todavia, um leitor desatento poderia não compreender o emprego de certos termos,

---

<sup>11</sup> Essa admiração por mulheres também foi muitas vezes questionada, pois existia a possibilidade da escritora ser lésbica, visto que ela nunca se casou e possuía amigas muito próximas. Lucy Worsley levanta essa possibilidade em seu livro *Jane Austen at home* (2017), argumentando que existiu uma grande possibilidade de Jane Austen ter mantido relações sexuais com outra mulher, dado que, naquela época, era comum que as mulheres dividissem as camas e a própria Jane Austen já afirmou ter dormido com uma amiga. Como muitos não acreditavam na probabilidade de envolvimento entre duas mulheres, a relação entre elas poderia se tornar bem próxima, o que deixa em aberto e sem evidências a orientação sexual da escritora aqui analisada. (THE GUARDIAN, 2017).

ironias ou piadas. O uso de tais elementos torna a leitura desafiadora e, conseqüentemente, amplia as opções de compreensão entre as situações e cenas que ocorrem, demandando seus leitores a decifrarem nas entrelinhas. No livro *Razão e Sensibilidade*, por exemplo, Austen alerta e direciona os leitores para que eles utilizem estratégias de leitura com a finalidade de aprimorar a interpretação, permitindo, dessa forma, que eles possam entender, durante a narrativa, o jogo de palavras por ela utilizado, como diria Dinkler (2004), “o jogo da manipulação”, no qual a escritora expõe fatos da sociedade sem criticá-la diretamente, porém, expondo a realidade das aparências e desigualdades.

Zardini (2011) esclarece que há a existência de um espaço maior de atuação por parte dos leitores, pois Jane Austen providencia ao seu leitor a tarefa de compreensão e reflexão relacionada aos temas polêmicos trabalhados em suas obras. Logo, a escritora fornece o benefício da dúvida. Esse fato poderia levar à falsa percepção de que existe leveza em sua escrita, utilizando o humor e a família como elementos importantes em suas obras, entretanto, como já dito, ecoam em suas narrativas questões pertinentes, como o tratamento destinado às mulheres. É sabido que elas eram submetidas às limitações desde o nascimento e isso conseqüentemente as tornava quase incapazes de contestar o sistema. Essa condição de subordinação levou à instauração da repetição de atitudes e pensamentos de forma mecânica por grande parte das mulheres no período. No entanto, Jane Austen não repetiu este padrão. Ela era irônica em sua escrita e considerava suas criações de ordem fictícia como figuras humanas, como pessoas, o que demonstra, assim, grandes semelhanças entre suas histórias e a realidade existente na época em questão.

Fato conhecido é que a escritora contemplava a vida humana de forma singular, através de suas janelas em Chawton Cottage. E, dessa forma, ela escreveu sobre o que via em suas viagens, sobre familiares etc. (BYRNE, 2018). A romancista atribuía tamanha importância às suas obras, que estas eram tratadas como filhos. Notamos este fato ao perceber o discurso da própria escritora ao se referir ao cuidado com *Emma*, uma de suas obras. Enquanto seus irmãos falavam de seus filhos, Austen falava do romance como se *Emma* fosse também uma filha, por exemplo. É como se os leitores pudessem perceber o que se passa na narrativa a partir dos olhos da escritora. Ao construir as cenas, ela tem o poder de nos transportar para aquele momento, como se fôssemos nós olhando através da janela e enxergando a vida das pessoas que por ali costumavam passar.

Não por acaso, os leitores frequentemente questionam, portanto, sobre os lugares que ela visualizava através das janelas de carruagens quando estava viajando, ou mesmo relatos provenientes de pessoas conhecidas. Às vezes, a escritora também utilizava um trabalho de



pesquisa ou imaginava lugares para suas histórias. Não à toa, talvez essa seja uma das razões pelas quais os leitores, reiteradamente, questionam se seus personagens eram pessoas reais e conhecidas por Jane Austen, entretanto, ela tinha a habilidade de disfarce e podia perfeitamente torná-los irreconhecíveis. (SMITH, 2017).

Por meio da leitura das cartas feitas por Smith (2017), acreditamos que Austen era uma leitora ávida, não somente pelos indícios em suas obras, mas também pela quantidade extensa de cartas trocadas entre ela e os membros da família, que incluíam fatos sobre pessoas específicas. Assim, as cartas são elementos importantes na compreensão da realidade e vida da escritora. Ela também fazia parte da Sociedade Literária de Chawton, que era uma espécie de clube de leitura. (SMITH, 2017).

A obra de Smith também revela que Austen estava sempre procurando ler, revisar e melhorar suas obras, tanto que ela fazia alterações até mesmo nos títulos, pois era extremamente perfeccionista e estava eternamente buscando aperfeiçoar seus trabalhos. Constatamos que passaram cerca de vinte anos desde quando a escritora começou a escrever na adolescência até a publicação de seu primeiro romance em 1811. Jane Austen realmente acreditava no seu trabalho, apesar de o reconhecimento ter sido tardio.

Logo no início de seu processo de escrita, Austen utilizava o pseudônimo “by a lady”, com o intuito de que seus livros pudessem ser publicados e, conseqüentemente, lidos, já que ela escrevia em um período em que as mulheres possuíam um espaço limitado em sociedade, principalmente no âmbito profissional. Outro complicador foi a ocupação de seu pai, que, por ser clérigo, não podia atrair muita atenção para a família, isso significava restrições, pois ela não podia lidar diretamente com os editores, deixando isso a cargo de seu pai e seu irmão Henry, visto que eram homens e este fator facilitaria as relações. Mais uma vez, percebemos o padrão de desigualdade existente e podemos até imaginar a frustração por ela sofrida.

Contudo, depois da publicação de *Mansfield Park* (1814), a escritora atingiu um outro patamar em sua carreira, alcançando a posição de uma escritora profissional, o que a deixou contente e animada, pois o ato da escrita era para ela uma atividade prazerosa. Então, gradativamente, a escritora foi ganhando seu espaço no cenário literário, mas isso não ocorreu de maneira facilitada.

Neste sentido, percebemos que Jane Austen valorizava e apreciava a vida humana, o que lhe rendia possíveis fontes de inspiração no processo de construção de suas obras. Ela escolheu um caminho difícil para trilhar, pois ser escritora no século XIX não era uma tarefa fácil e muito menos reconhecida. A autora inglesa dedicou uma vida inteira à execução de algo que lhe fazia extremamente bem, e isso pode levar a sociedade à visão distorcida de que ela

tenha desfrutado de uma vida de privações, já que não se casou e não teve filhos. Todavia, é importante ressaltar, para desconstruir tal interpretação, que Jane Austen amava seus sobrinhos e se dedicava a eles sempre que podia, bem como ela “adorava caminhar, dançar, anedotas, estar com as amigas e nadar no mar” (SMITH, 2017, p. 264).

Outra atividade prazerosa para a escritora era viajar. Ela não parou de viajar nem durante o período de sua doença, por isso, em 1816, encaminhou-se para a cidade Cheltenham à procura de uma possível cura. (BYRNE, 2018). Jane Austen sofria de uma doença chamada Addison<sup>12</sup>, e Cassandra, então, a levou para Winchester com a finalidade de tentar um tratamento médico melhor, mas ela veio a falecer algumas semanas depois na residência alugada, no dia 18 de julho de 1817.

Jane Austen deixou um importante legado ao lado de outras romancistas. Portanto, é possível perceber que alguns países, mais especificamente a Inglaterra, deixaram uma valiosa herança em se tratando de romancistas mulheres, tais como Virginia Woolf (1882- 1941); Mary Shelley (1797-1851); as irmãs Bronte – Charlote (1816-1855), Emily (1818-1848) e Anne (1820-1849), dentre outras.

A circulação de romancistas ingleses e inglesas ocorreu no Brasil em um período posterior, conforme afirma Pereira (2005):

Vários escritores ingleses com seus romances circularam pelas nossas bibliotecas e gabinete de leitura nos séculos XVIII e XIX despertando no público leitor brasileiro o interesse pela leitura dessa narrativa. Além do público leitor, nossos ficcionistas brasileiros também foram leitores desse novo gênero. Podemos observar que em alguns trechos de seus romances que o escritor lança mão da presença de personagens leitores para divulgar a leitura dessas obras inglesas, revelando assim, a significativa influência desse gênero na formação literária dos escritores brasileiros do século XIX. (PEREIRA, 2005, p. 50).

No Brasil, a presença de romancistas mulheres no século XIX é bastante tímida se comparada à Inglaterra, tendo se tornado mais ampla no século posterior, com nomes como Albertina Bertha (1880-1953), Narcisa Amália (1856-1924) e Julia Lopes de Almeida (1862-1934). Dentre elas, destacamos a escritora Júlia Lopes de Almeida, que foi considerada a escritora mulher mais importante da cena literária brasileira em finais do século XIX.

---

<sup>12</sup> Insuficiência adrenal primária, caracterizada pela não produção de hormônios em quantidade suficiente pelas glândulas adrenais.

### 3.2 Júlia Lopes de Almeida

*O belo rosto de D. Júlia aparece-me, agora que se festeja o seu centenário, com a maior nitidez com que me apareceu, certa manhã de verão, na Rua do Ouvidor. Fazia o maior calor, mas, na sua blusa branca, e com o seu claro sorriso, D. Júlia, com as têmporas úmidas, tinha uma frescura de flor orvalhada. Seus olhos possuíam uma inteligência tranquila e penetrante: pareciam mais científicos do que artísticos. A Arte, porém, estava em sua figura harmoniosa, em seu gesto e em sua palavra, na sua elegância natural, de uma dignidade que os tristes dias de hoje não fazem senão, por amargo contraste, ressaltar.*

Cecília Meireles

Júlia Valentina Silveira Lopes<sup>13</sup> nasceu no Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1862. Foi a quinta filha de Valentim José da Silveira Lopes, médico e pedagogo que veio de Portugal para o Brasil e se tornou Visconde S. Valentim, e de Antônia Adalina do Amaral Pereira, musicista e também portuguesa. O pai era compositor de peças e ensaios, a mãe tocava e cantava, portanto, era uma família ligada às artes.

A casa da família era frequentada por músicos e jornalistas, ou seja, era um espaço de convívio da intelectualidade local da época. Sendo assim, Júlia Lopes cresceu em um ambiente no qual havia grande ênfase no estímulo pelo estudo, leitura e escrita. (ENGEL, 2009).

Em sua infância, a escritora residia em Nova Friburgo e, aos seis anos, retornou ao Rio de Janeiro para estudar. Ela foi educada a partir do método Castilho<sup>14</sup>, sendo ensinada por sua mãe e também por sua irmã mais velha, Adalina. Posteriormente, seu pai assumiu a tarefa de ensiná-la, pois era pedagogo e dono de um colégio chamado Humanidades. Júlia Lopes de Almeida também recebeu ensinamento de alguns professores particulares de línguas estrangeiras, como inglês e francês, assim, tendo sempre recebido sua educação em casa.

A autora iniciou seu processo de escrita muito nova, quando ainda era uma menina. Desde cedo, sua forte inclinação para as letras pôde ser identificada, pois ela gostava de escrever versos e poemas. Logo, seu primeiro contato com a literatura estabeleceu-se dessa forma. Abaixo, transcrevemos um poema relativamente conhecido de Júlia Lopes de Almeida:

#### **A laranjeira**

Perfumada laranjeira, Linda assim dessa maneira, Sorrindo à luz do arrebol,  
Toda em flores, branca toda  
– Parece a noiva do Sol Preparada para a boda.

<sup>13</sup> Ver anexo B.

<sup>14</sup> Consiste em um método de ensino para crianças baseado em uma cartilha, ou seja, um livro didático destinado à alfabetização infantil.

E esposa do Sol, que a adora, Com que cuidados divinos Curva ela os ramos, agora!  
E entre as folhas abrigados, Seus filhos, frutos dourados, Parecem sois pequeninos.

Júlia Lopes de Almeida<sup>15</sup>

Mesmo já escrevendo desde cedo, ela esteve por muito tempo receosa do que viria a acontecer se fosse descoberta, pois, como vimos na seção anterior, dentre as atividades desempenhadas por mulheres, não era muito comum a da escrita literária ou jornalística, predominantemente desenvolvida por homens. No trecho a seguir, em entrevista a João do Rio, podemos perceber, através de suas próprias palavras, como a escritora era temerosa com relação à revelação de seus versos:

Pois eu em moça fazia versos. Ah! Não imagina com que encanto. Era como um prazer proibido! Sentia ao mesmo tempo a delícia de os compor e o medo de que acabassem por descobri-los. Fechava-me no quarto, bem fechada, abria a secretária, estendia pela alvura de papel uma porção de rimas (...) De repente, um susto. Alguém batia a porta. E eu, com a voz embargada, dando voltas à chave da secretária: já vai! Já vai! (RIO, 1994, p. 9).

Também por isso vale mencionar que seus versos foram descobertos por sua irmã e que Júlia Lopes pediu encarecidamente a ela que não contasse para seu pai que os descobriu, e, ao contrário do que pensava, ajudou e apoiou a filha incentivando sua carreira como jornalista. (TELLES, 2012). Abaixo, podemos identificar o trecho no qual a escritora descreve como foi descoberta por seu pai e sua reação diante deste fato:

Um dia, porém, eu estava muito entretida na composição de uma história, uma história em verso, com descrições e diálogos, quando senti por trás de mim uma voz alegre: - Peguei-te, menina! Estremeci, pus as duas mãos em cima do papel, num arranco de defesa, mas não me foi possível. Minha irmã, adejando triunfalmente a folha e rindo a perder, bradava: - Então a menina faz versos? Vou mostrá-los ao papá!... Na sala, o papá lia gravemente o *Jornal do Comércio*... Meu pai, muito sério, descansou o Jornal. Ah! Deus do céu, que emoção a minha! Tinha uma grande vontade de chorar, de pedir perdão, de dizer que nunca mais faria essas coisas feias, e ao mesmo tempo um vago desejo que o pai sorrisse e achasse bom. Ele, entretanto, severamente lia. Na sua face calma não havia traço de cólera ou de aprovação. Leu, tornou a ler. A folha branca crescia nas suas mãos... Então o que achas? O pai entregou os versos, pegou de novo o Jornal, sem uma palavra, e a casa voltou à quietude normal. (RIO, 1994, p. 9).

A despeito do silenciamento do pai nesse momento de descoberta do talento da filha, esta foi a ocasião adequada, pois, logo em seguida, Dr. Valentim a incumbiu de uma grande missão: fazer um artigo sobre a atriz Gemma Cuninbert. O pai lhe disse que era um artigo para

---

<sup>15</sup> Poema de autoria de Júlia Lopes de Almeida. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/literatura-infantil/a-laranjeira-julia-lobes-de-almeida>. Acesso em: jan. 2020.

o jornal que trabalhava; este seria seu primeiro trabalho público:

Que achas da Gemma? – Um grande talento imagina! O Castro pediu-me um artigo a respeito. Ando tão ocupado agora! Mas o homem insistiu, filha, insistiu tanto que não houve remédio. Disse-lhe: não faço eu, mas faz a Júlia (...) (RIO, 1994, p. 9).

Desta forma, em 1881, escreveu, com ajuda de seu pai, sua primeira crônica sobre *Gemma Cunibert*. Mesmo trêmula, como descreve no texto, a referida autora enfrentou o medo e iniciou sua carreira aos 19 anos no jornal *Gazeta de Campinas*. Adiante, descobriu que não se tratava de um artigo para o trabalho de seu pai, ao contrário, ele estava tentando ajudá-la em sua carreira, e de fato ajudou, pois, desta forma, pôde proporcionar a inserção de sua filha no sistema literário da época. Posteriormente, ela lança seu primeiro livro, *Contos Infantis* (1886), em parceria com sua irmã Adelina. (SILVA, 2014).

Nesse sentido, cabe frisar que a escritora possuía uma forte inclinação à literatura. Acreditamos, entretanto, que a notoriedade de seus trabalhos só se tornou possível com a ajuda do Dr. Valentim, que a ouviu em um momento no qual os pais privavam suas filhas de receber educação ou até participar de atividades de leitura, selecionando os livros que estas poderiam ler ou mesmo as proibindo de ter acesso a determinadas leituras.

Subsequentemente, a família mudou-se para Campinas e o período de 1880 foi muito produtivo para a escritora, pois foi o período no qual iniciou sua carreira como jornalista e escreveu contos, sendo um deles publicado em Portugal. Ela também escreveu dois romances, *Memórias de Marta* (1888) e *A Família Medeiros* (1892), que somente foram publicados em um período posterior. (TELLES, 2012).

*Memórias de Marta*, primeiro livro que escreveu, foi finalizado no ano de 1885, quando já havia dado início ao livro posterior. Entretanto, só foi publicado três anos depois. Pertinente frisar que inicialmente foi publicado em forma de folhetim, como descreve a pesquisadora Rosane Salomoni<sup>16</sup> (2005). O articulista, na época, anunciou que era um título que prometia e que, ao ler, encontravam-se muito mais elementos interessantes. Ele também resumiu a obra em poucas palavras, alegando que se tratava do relato das memórias infelizes de uma mulher, que, no caso, seria Marta.

A referida literata consolidou sua carreira efetivamente no jornal como cronista em *O*

---

<sup>16</sup> Rosane Saint Denis Salomoni desenvolveu diversas pesquisas relacionadas à figura feminina ou ao movimento feminista no século XIX, principalmente no que se refere à escritora Júlia Lopes de Almeida, elaborando, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), um projeto que teve como foco a escritora em questão. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/3981294/rosane-saint-denis-salomoni>. Acesso em: jan. 2020.

*Paiz*, considerado um dos mais importantes periódicos não só do Rio de Janeiro, mas também do Brasil, e sua coluna teve duração de mais de trinta anos. Era um espaço de discussão sobre assuntos variados, entretanto, destacavam-se aqueles relacionados à luta em defesa da mulher. Júlia Lopes também se destacou como articulista e autora de romances, esses que, por sua vez, eram publicados em folhetins de grande circulação. (ENGEL, 2009).

Sobre sua carreira, sabemos que começou a trabalhar aos 19 anos na *Gazeta de Campinas*, em uma época na qual a participação das mulheres no âmbito intelectual era bem rara. Assim, iniciou e criou diversos outros trabalhos, o que possibilitou que a escritora fosse reconhecida também fora do Brasil.

Além disso, estabeleceu relações com nomes expressivos relacionados à literatura do século XIX, o que contribuiu para que ela participasse das reuniões que antecederam a criação da Academia Brasileira de Letras em 1897. Seu nome estava incluso na lista prévia de participantes da instituição, entretanto, foi posteriormente substituído. Esse episódio está diretamente relacionado ao fato de a escritora ser mulher e, por conseguinte, ter um espaço limitado em sociedade. Nesse sentido, Engel (2009) reflete sobre o período contraditório em que as mulheres não possuíam muitos direitos e pondera especificamente sobre este episódio:

É preciso considerar a relevância da indicação de Júlia Lopes que, ao meu ver, revelava as divergências e as contradições em torno do reconhecimento da capacidade intelectual das mulheres presentes no campo literário da época. (ENGEL, 2009, p. 28).

Júlia Lopes teve uma carreira extensa que durou cerca de quarenta anos. Em suas obras, estão inclusos mais de quarenta títulos, entre eles: contos, crônicas, ensaios, romances, peças, entre outros. Além de jornalista, foi também palestrante e escritora de peças de teatro. Ainda assim, encontrou forte oposição por ser mulher, mas ela pôde adquirir renome com o passar do tempo. (TELLES, 2004). Como vimos, a autora teve uma grande participação enquanto jornalista, pois trabalhou como cronista em dois jornais, *O Paiz* e *Gazeta de Campinas*, e também publicou dois grandes romances em forma de folhetim, *A Família Medeiros* (1892) e *A Viúva Simões* (1897), na *Gazeta de Notícias*. (SILVA, 2014).

Sendo assim, Júlia Lopes de Almeida escreveu intensamente e deixou um vasto legado, especialmente por ter escrito sobre diversos assuntos polêmicos, algo que não era comum ao papel feminino naquele período. Ela também viajou bastante ao redor do país e, dessa experiência, surgiu um livro nomeado *Histórias de nossa Terra*, publicado em 1905. (TELLES, 2012). A escritora construiu uma imagem pública, que foi conhecida, admirada e respeitada, como é possível identificar na descrição a seguir feita por seu filho Afonso:

Durante os quarenta anos de sua carreira, Júlia Lopes de Almeida persistiu em seus ideais, em sua missão. Tímida, recatada, modesta, ela prosseguiu na profissão de escritora sem desânimos aparentes e conciliou-a com a imagem da boa mãe e dona-de-casa. (TELLES, 2012, p. 483).

Na edição de que dispomos de *Memórias de Marta*, temos a organização de suas obras de forma cronológica, que se dá da seguinte forma: *Memórias de Marta* (1889); *A Família Medeiros* (1892); *A viúva Simões* (1897), sendo os dois últimos previamente publicados sob a forma de folhetim; *A falência* (1901); *A intrusa* (1908); *Cruel amor* (1911); *Correio da roça* (1913); *A isca* (1922); *A Casa verde* (1932) e *Pássaro tonto* (1934).

É relevante, na compreensão e andamento desta pesquisa, destacar que a construção de sua imagem enquanto figura pública, mulher forte e mãe exemplar foi de extrema importância no decorrer de sua trajetória enquanto escritora, fato que pode ser evidenciado nas palavras de Telles (2003, p. 227): “Firmou a imagem da mulher que pôde vencer sem abrir mão de nada, embora saibamos o quanto isso é estressante e, praticamente, impossível na realidade”.

Ressalta-se que Júlia Lopes de Almeida consolidou a imagem de uma mulher exemplar, um modelo a ser seguido e isso é comprovado no alcance que ela teve enquanto escritora. Logo, fugindo do confronto direto e utilizando sua discordância com o sistema da época de forma implícita, ela conseguiu notoriedade e não o esquecimento. Para Muzart (2003, p. 227):

(...) O esquecimento de escritoras do século XIX é um esquecimento político. Pois não só porque mulheres escritoras são esquecidas; são esquecidas sobretudo as mais atuantes, as feministas, em uma palavra (...) Das que foram louvadas em sua época há um exemplo marcante: Júlia Lopes de Almeida, a Dona Júlia. Mulher de vida impecável, para quem a literatura ficava em segundo plano depois do atendimento ao marido e aos filhos, a casa, o jardim, foi muitíssimo respeitada e louvada em sua época. Todos a elogiavam como modelo de mãe, em primeiro lugar. Não foi uma feminista militante, embora em sua obra, nas entrelinhas, haja muita ideia ‘forte’ escondida.

Nesse sentido, como aponta Costruba (2011), a justificativa acima e alguns outros aspectos foram fundamentais na constituição de sua carreira, ao lhe abrir caminhos até então impedidos às mulheres, tais como pertencer a uma família de intelectuais, conviver nesse meio e ser casada com Filinto de Almeida, que a incentivava profissionalmente. A literata se casou com Filinto de Almeida no ano de 1887 em Portugal. Seu noivo de origem portuguesa foi radicado no Brasil, onde passou maior parte de sua vida, assim como sua esposa. O casal teve seis filhos, três casais. O primeiro foi Afonso Lopes de Almeida (1888 – 1953), posteriormente Júlia Lopes perdeu dois filhos, entretanto, um tempo depois, nasce Albano Lopes de Almeida (1894 – 1990), na sequência Margarida Lopes de Almeida (1897 - ?) e Lúcia Lopes de Almeida

(1899 - ?). Vale salientar que, dentre as ocupações dos filhos, podemos destacar que foram poetas, diplomatas, escultores, artistas plásticos, entre outras profissões, todas ligadas às artes de alguma forma, revelando, assim, o incentivo à educação fornecido por seus pais, mesma atitude que teve o pai de Júlia Lopes de Almeida com ela e seus irmãos.

Retornando a Filinto de Almeida, este foi reconhecido por ser poeta, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras. Júlia Lopes recebeu forte apoio dele, que também contribuiu para sua inserção no universo de escrita masculino. Na entrevista concedida a João do Rio<sup>17</sup> mencionada anteriormente, Filinto de Almeida afirma que sua esposa era quem deveria ocupar uma cadeira na Academia:

— Há muita gente que considera D. Júlia o primeiro romancista brasileiro. Filinto tem um movimento de alegria.

— Pois não é? Nunca disse isso a ninguém, mas há muito que o penso. Não era eu quem devia estar na Academia, era ela. (RIO, 1994, p. 10).

Outros intelectuais da época tinham a mesma opinião e concordavam que a talentosa escritora merecia um lugar maior de destaque. Sabemos, entretanto, que a literata supracitada não pôde ocupar um lugar na Academia Brasileira de Letras por ser mulher, e isto se deve ao sistema patriarcal consolidado na época, que era detentor do poder mesmo em grandes instituições. Portanto, segundo Nemo (2019), os fundadores decidiram manter a Academia com a participação exclusivamente masculina, assim como na Academia Francesa que lhes serviu de modelo. Logo, “a intelectualidade resolvera então, numa espécie de homenagem à ficcionista, eleger seu marido” (COSTRUBA, 2011, p. 84). Vale frisar a relação de respeito e admiração construída por ambos, enfatizando, assim, uma amizade expressiva, que podemos identificar nas palavras de João do Rio:

Esse sentimento de mútua admiração é um dos encantos daquele lar. Filinto esquece os seus versos e pensa nos romances da esposa. Leva-a a certos trechos da cidade para observar o meio onde se desenvolverão as cenas futuras, é o seu primeiro leitor, ajuda-a com um respeito forte e másculo. D. Júlia ama os versos do esposo, quer que ele continue a escrever, coordeno volume prestes a entrar no prelo. E ambos, nessa serena amizade, feita de amor e de respeito, envolvem os filhos numa suave atmosfera de

---

<sup>17</sup> João Paulo Alberto Coelho Barreto era o seu nome verdadeiro, mas foi com o pseudônimo de João do Rio Barreto que se tornou famoso. Ingressou no jornalismo ainda na juventude e era conhecido pela forma ágil de apresentar as informações e muitas vezes pela ousadia ao escrever sobre figuras públicas. João do Rio também foi romancista, teatrólogo, conferencista, contista e teve grande destaque como crônista. Ele foi considerado revolucionário ao dinamizar o processo de imprensa no Rio de Janeiro. O jornalista nasceu em 1881 e faleceu em 1921. GOMES, Danilo. João do Rio. **Revista Literária do Corpo Discente da UFMG**, ano XVI, n. 16, 1981. Disponível em: [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/literaria\\_corpo\\_discente/article/view/9453/8212](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/literaria_corpo_discente/article/view/9453/8212). Acesso em: jan. 2020.



bondade. (RIO, 1994, p. 10).

Com isso, podemos destacar que duas figuras contribuíram de forma significativa na longa jornada da escritora: primeiro seu pai Dr. Valentim e, posteriormente, seu marido, Filinto de Almeida; ambos incentivaram sua carreira, lendo seus trabalhos e ajudando-a inserir suas obras no ambiente literário do século XIX. A própria Júlia Lopes de Almeida reconhece a influência destes em sua carreira e faz a seguinte afirmação:

Tive duas criaturas que a fizeram, — meu pai e meu marido. Em solteira, meu pai dava-me livros portugueses, — o Camilo, o Júlio Diniz, Garrett, Herculano. Já publicara livros quando casei, e só depois de casada é que li, por conselho de meu marido, os modernos daquele tempo — Zola, Flaubert, Maupassant. (RIO, 1994, p. 10).

Quando questionada sobre o feminismo, a romancista se absteve e não entrou em discussão sobre o tema, talvez por conta da presença do seu marido. Podemos perceber tal afirmação no tom de sua resposta:

— E o feminismo, que pensa do feminismo?  
Parece-me ver nos olhos de D. Júlia um brilho de vaga ironia.  
— Sim, com efeito, há algumas senhoras que pensam nisso. No Brasil o movimento não é contudo grande. Acabo de receber um convite de Júlia Cortines para colaborar numa revista dedicada às mulheres. Descanse! Há uma seção de modas, é uma revista no gênero da *Femina*... (RIO, 1994, p. 11).

Para Silva (2014), ao longo de sua carreira, a escritora teve grande participação na luta por igualdades entre homens e mulheres. Ela participou do *Consejo Nacional de Mujeres de la Argentina* e do Congresso Feminista, ambos de 1922; a escritora ainda foi presidente honorária da Legião da Mulher Brasileira e também participou da Revista *A Mensageira*<sup>18</sup>. Ainda conforme Silva (2014), essas participações, aliadas à sua escrita, representam a importância da escritora, pois:

Elementos estes que fazem de Júlia Lopes de Almeida uma intelectual que apresenta ao seu público leitor uma visibilidade histórico-social da mulher brasileira. Seus manuais são considerados instrumentos capazes de capturar aspectos acerca da história da mulher e do seu significado, bem como a contribuição para a literatura brasileira e a sua importância intelectual na defesa dos interesses femininos. (SILVA, 2014, p. 25).

<sup>18</sup> Revista destinada a falar e enaltecer a figura da mulher; divulgando mulheres que representavam destaque a nível nacional e internacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/titulos-periodicos-literatura/a-mensageira-revista-literaria-dedicada-a-mulher-brasileira/>. Acesso em: jan. 2020.

Para Telles (2004), a escritora também se preocupou com questões relacionadas à urbanização da cidade e elementos do campo, e é por esta razão que ela enfrentou prefeitos e urbanistas. Engel (2009) está na mesma linha de pensamento quando afirma que Júlia Lopes de Almeida foi engajada em lutas políticas referentes ao período no qual viveu e integrou a geração dos anos 1870, da qual faziam parte intelectuais preocupados com a realidade do Brasil. (ENGEL, 2009).

Dentre os temas abordados pela escritora, podemos encontrar também a educação feminina, o divórcio, a abolição da escravatura, dentre outros. Para Silva (2014 apud BATISTA, 2012), o que se esperava ao ler seus trabalhos era identificar o conformismo diante da sociedade e do padrão de dominação masculino, já que era uma mãe exemplar e excelente esposa, entretanto, ela defendia os direitos das mulheres brasileiras à formação educacional. É possível perceber, ao termos contato com aspectos da vida e obra da escritora, a temática feminina no interior dos limites sociais estabelecidos naquela época.

Júlia Lopes de Almeida, além de utilizar intervenções pouco agressivas em seus livros, também escrevia de forma simples e criticava aqueles que faziam um uso muito rebuscado da linguagem, pois estes dificultavam o trabalho do leitor: “(...) A arte, para mim, é a simplicidade. Ser simples e sóbrio é um ideal. Eles (nefelibatas)<sup>19</sup>, ao contrário, confundem, torturam, torcem”.<sup>20</sup> A romancista faz uma crítica aos escritores que escreviam de forma rebuscada, utilizando uma linguagem científica, acreditando que esta seria a verdadeira literatura e, por conseguinte, dificultando a compreensão, a seu ver, dos possíveis leitores. Nesse sentido, utilizando uma linguagem mais transparente, a escritora possibilitava que suas obras pudessem ser lidas por um público maior e mais amplo.

Um fator relevante a ser mencionado é o de que o cenário literário brasileiro do final do século XIX viveu uma considerável expansão, visto que houve a alfabetização de um número maior de mulheres, majoritariamente burguesas, que se tornaram consumidoras de jornais ou revistas que haviam sido fundadas naquele período. Periódicos esses que possuíam, por sua vez, mulheres como editoras, fundadoras e colaboradoras. (SALOMONI, 2005).

Portanto, diretamente relacionada à circulação das obras, tem-se a presença de um público leitor significativo, responsável por estimular e consagrar grandes editoras e expandir a notoriedade de escritoras como Júlia Lopes de Almeida, por exemplo. Isso estava diretamente

---

<sup>19</sup> Escritor excêntrico, que foge ou se afasta das normas literárias comuns. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/nefelibata>. Acesso em: jan. 2020.

<sup>20</sup> RIO, João do. **Momento literário**, 1904. Júlia Lopes de Almeida forneceu informações sobre diversos aspectos da sua vida pessoal e profissional em entrevista concedida ao escritor João de Rio, da revista *Momento literário*.

relacionado à imagem por ela representada, pois “Júlia Lopes de Almeida passou sempre a imagem dessa união proposta na ficção, boa profissional, escritora incansável envolvida nas coisas públicas e boa dona-de-casa” (TELLES, 2012, p. 448). Outro fator relacionado a uma aceitação mais significativa está ligado à figura maternal, pois mulheres que eram mães tendiam a ser mais aceitas no ramo literário, “não porque vissem mérito na dupla jornada e na sobrecarga de trabalho, mas porque era tida como mais normal” (TELLES, 2012, p. 449). A escritora:

Opinou sobre questões contemporâneas, tentou conciliar, na vida e na obra, o modelo da Nova Mulher: companheirismo e organização, rebeldia e luta, com o papel “sagrado” de mãe e esposa. Ambiguidade e compromissos, avanços e acomodações transparecem seus escritos. (TELLES, 2004, p. 436).

Podemos evidenciar tais características na mesma entrevista a João do Rio citada anteriormente<sup>21</sup>, pois a literata fala sobre o tempo limitado que dedica à leitura, justamente por ser mãe e dona de casa e não ter muito tempo levando essa dupla jornada:

Sou de muito pouca leitura. Era capaz de passar a vida lendo, mas uma dona de casa não pode perder tanto tempo. E até fico nervosa quando vejo livros por abrir. Seria tão agradável gastar a existência lendo!... Quem entretanto cuidaria dos filhos, dos arranjos da casa? (RIO, 1994, p. 10).

Com relação às temáticas abordadas por Júlia Lopes de Almeida, uma vez que era destinada a mulheres brancas, alfabetizadas e provenientes da burguesia, “pregava reformas na educação e vida das mulheres, mas dentro do conjunto de valores burgueses (TELLES, 2012, p. 484). Por outro lado, podemos verificar seu comprometimento com diversas causas ao ler seus romances, principalmente em *Memórias de Marta* (1888), que narra a história de uma família que empobrece, passando por muitas dificuldades. Então, a partir dessas situações, a personagem principal Marta decide se dedicar aos estudos com a finalidade de proporcionar uma vida melhor a sua mãe.

A escritora obteve fama e acreditamos que tenha sido uma das poucas mulheres que ganhou dinheiro com sua atividade literária, pois, apesar de todos os obstáculos encontrados, Júlia Lopes de Almeida alcançou notoriedade no âmbito literário, conservou fama e foi responsável por abrir os caminhos na busca por igualdade entre homens e mulheres escritoras. Sabemos que muitas mulheres que a precederam não conseguiram lograr o mesmo êxito e ficaram apagadas pela historiografia literária, como Josephina Alvares de Azevedo (1851-

---

<sup>21</sup> RIO, João do. **Momento literário**, 1904.

1913); Maria Ignez Sabino Pinho Maia (1853-1911); Maria Firmina dos Reis (1822-1917); Maria Benedita Câmara Bormann (1853-1895), dentre outras. Estas foram de fundamental importância na luta da causa em questão, representando a resistência em diversos aspectos e setores. Júlia Lopes de Almeida, mesmo sendo de uma classe social e intelectual privilegiada,

rejeitou a passividade e a divisão de esferas de atividades, discutiu com prefeitos e urbanistas e tentou acrescentar companheirismo e organização à vida das mulheres, junto à desobediência e luta por alternativas e melhores condições. (TELLES, 2012, p. 449).

A referida escritora buscou mostrar, por meio das figuras femininas de sua obra literária, a capacidade das mulheres diante da superação da condição de subordinação em relação aos homens:

Mulher e escritora absolutamente sincronizada com seu tempo, ela captará os problemas da realidade que vivia, transcrevendo-os de forma a deixar gravado um determinado lugar, segmentos sociais diferenciados, os respectivos questionamentos e momentos marcantes da sociedade brasileira. (SALOMONI, 2005, p. 45-46).

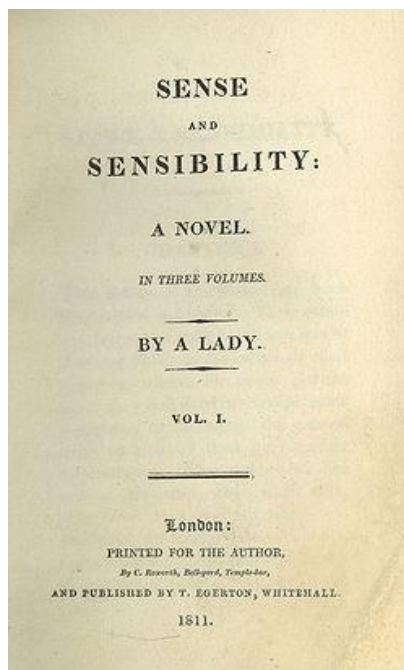
Júlia Lopes de Almeida faleceu no dia de 30 de maio de 1934, com 72 anos, após contrair malária em uma viagem realizada com o intuito de visitar sua filha na África. Postumamente, nesse mesmo ano, seu último trabalho *Pássaro Tonto* (1934) foi publicado. Muito embora consagrada e reconhecida por seus trabalhos e sua carreira extensa, observamos um esquecimento ao longo do tempo, principalmente no que concerne a suas obras, já que estas são muito difíceis de serem encontradas devido ao número reduzido ou nulo de reedições. Diferentemente do que afirma Telles (2012), Muzart (2008) declara que, no período em que escreveu, a romancista não teve o reconhecimento adequado, pois este poderia ter sido ainda maior, porém, atualmente existem diversos estudos acadêmicos revisitando e estudando suas obras.

É possível perceber que as escritoras do século XIX desempenharam um papel bastante relevante ao divulgar a figura da mulher como um ser capaz de possuir atribuições que antes eram exclusivamente masculinas, por exemplo, e a luta sobre a qual se debruçaram continua muito atual. Verificamos que tanto Jane Austen quanto Júlia de Almeida, mesmo distantes no tempo e no espaço, fincaram raízes como escritoras perspicazes, utilizando a escrita como ferramenta para modificar o padrão estratificado da sociedade e tentar persuadir os leitores.

### 3.3 Marianne Dashwood em *Razão e Sensibilidade*

*Razão e Sensibilidade* (figura 1) conta a história de duas irmãs que representam extremos opostos. Elinor é calma e racional, enquanto Marianne é emotiva e romântica. A partir de então, a obra aborda questões relacionadas ao casamento, à vida e aos costumes da sociedade inglesa no século XIX. Assim, o romance apresenta fatos do cotidiano e situações comuns ao período em questão, tais como: amor, casamento arranjado, classe burguesa e atividades como bailes e jogos de carta, dentre outros elementos.

**Figura 1** - Title page of the first edition of Jane Austen's 'Sense and Sensibility'.



**Fonte:** History today.

A narrativa é sobre a família Dashwood, constituída pelo senhor e senhora Dashwood e suas três filhas: Elinor, Marianne e Margareth. Eles moravam em Norland Park, no condado de Sussex, na propriedade do tio do senhor Dashwood que faleceu e, como não tinha herdeiros, deixou as terras para ele. Era uma casa grande, muito bonita e lotada de empregados. Sendo assim, a família possuía uma vida confortável, entretanto, o pai também ficou doente e acabou falecendo.

Então, de acordo com as leis do século XIX, a propriedade não poderia ficar para a senhora Dashwood, visto que as filhas eram todas mulheres. Logo, a propriedade deveria ficar para o filho de outro casamento, no caso, para John Dashwood. De acordo com Vasconcelos (1995), homens e mulheres não possuíam os mesmos direitos relacionados a propriedades e

herança. Portanto, antes de morrer, o senhor Dashwood pediu para que seu filho amparasse sua família e não deixasse nada faltar, contudo, não foi o que aconteceu, pois Fanny, a esposa de John, o convenceu a não ajudar a família. Em síntese, a obra é iniciada a partir da descrição do lugar onde viviam e dos componentes familiares, narrando o episódio do repasse do dinheiro para o filho homem e a não distribuição da herança de forma igualitária para a família. Para Lodge (2017, p. 15), “a abertura de Jane Austen é clássica: lúcida, comedida, objetiva, com implicaturas irônicas escondidas por baixo da elegante luva de veludo do estilo”.

Percebe-se a mudança no padrão de vida da família após a morte do responsável pela manutenção da renda, pois, conforme discutido na seção anterior, em muitas famílias era normal que o homem garantisse o sustento do lar. Sendo assim, a partir desta nova realidade, elas precisaram encontrar um novo lar. Um primo da senhora Dashwood, chamado John Middleton, quis ajudá-la e ofereceu uma casa para ela e suas filhas; ele era casado com a senhora Jennings, também chamada lady Middleton. E, assim, elas mudaram-se para Devonshire e perceberam a grande diferença existente entre a casa antiga e a nova, pois esta era simples. Logo, elas vivenciaram drástica reformulação no padrão de vida, visto que o mantenedor da casa havia falecido e elas não trabalhavam.

Um outro fator que dificultou a mudança foi o envolvimento de Elinor, a filha mais velha, com Edward Ferrars, por quem estava apaixonada. Ele era irmão de Fanny, a esposa de John, que acreditava na impossibilidade de o casamento ocorrer, pois Elinor não tinha muitas posses e, então, sua mãe não aprovaria esta relação, evidenciando, desse modo, os casamentos arranjados pelas famílias que, muitas vezes, priorizavam acordos econômicos. Embora seu envolvimento com Edward não fosse algo certo e definitivo, foi muito difícil para Elinor deixá-lo.

Marianne também sofreu ao deixar Norland Park, pois gostava muito de seu lar e, quando chegou em Barton cottage, logo despertou sentimentos no coronel Brandon, um homem muito elegante e educado, porém, mais velho, tinha por volta dos 35 anos. Então, Marianne o rejeita e se apaixona por Willoughby, que a salvou de um acidente em que ela machucou o pé. Ambos os pretendentes estavam interessados em Marianne e eles não se davam bem.

Embora o romance não seja diretamente narrado por Elinor, as cenas são descritas através da sua visão e, assim, podemos conhecer as facetas das personagens. Elinor e Marianne são completamente diferentes. Enquanto a primeira representa razão e comedimento, a irmã mais nova representa a emoção e impulsividade. No decorrer da narrativa, ambas as personagens aprendem como balancear seus sentimentos ao invés de ocuparem extremos opostos. Para Dinkler (2004), a mais preciosa lição de Austen está relacionada com a aprendizagem de

equilibrar nossos sentimentos.

Dessa forma, as diferenças existentes entre as irmãs são percebidas pelo leitor, mas não só: as próprias irmãs desaprovam as diferentes formas de lidar com as situações que acontecem diariamente. (PERINI, 2014). Marianne, por exemplo, não aprova a personalidade comedida de Elinor, em oposição a sua indiscriminada eloquência e expressividade, como verificamos no trecho a seguir:

- Verdadeiramente, Marianne, eu não tenho nada o que dizer.  
- Nem eu. – respondeu Marianne energicamente. – Nossa situação é bem parecida. Nenhuma de nós tem nada para dizer; você porque esconde tudo, e eu porque não escondo nada. (AUSTEN, 2015, p. 163).

Mais adiante, Marianne e Willoughby se aproximaram e estavam muito felizes na companhia um do outro, logo, o compromisso entre eles era certo. Entretanto, ele precisou viajar para atender um pedido de sua tia, o que deixa Marianne triste. Então, à Elinor e Margareth coube a missão de animar a irmã e, assim, as três saíram para passear e acabaram encontrando Edward, o que as deixou muito contentes; ele passou uma semana com a família e foi embora. Marianne percebeu que ele carregava um anel com uma mecha de cabelo e ela acreditou ser de sua irmã. Mais tarde, Elinor descobriu que ele estava comprometido secretamente com Lucy Steele. Ela sofreu muito, mas ficou em silêncio.

Um tempo depois, a senhora Jennings deu um baile e convidou as irmãs Dashwood. Lá, elas encontraram Willoughby, que foi extremamente frio com Marianne, ela sentiu-se constrangida e passou mal, Elinor ajudou-a. Tal fato causou estranhamento, pois boatos sobre o casamento deles estavam circulando. Na manhã seguinte, Marianne recebeu uma carta de Willoughby desculpando-se e desfazendo a ideia de um compromisso entre eles, alegando que era um mal entendido e que ele estava comprometido com outra moça.

Jane Austen retrata a sociedade inglesa do século XIX, aquela na qual viveu e experienciou diversos acontecimentos. É possível verificar cenas comuns na época, como bailes, jogos de cartas, viagens. Percebe-se também a existência de futilidades relacionadas ao período, vinculadas às vestimentas, aos comportamentos, entre outros. (LOPES, 2013).

Vale ressaltar que as regras de boa convivência eram muito bem vistas no século XIX e podemos constatar tal aspecto em diversas cenas da narrativa. Desempenhar tal conduta social era muito difícil para Marianne, visto que esta costumava falar e fazer tudo conforme suas convicções, sem se importar com opiniões alheias. A personagem mostrava transparência e honestidade em seus atos, entretanto, estas atitudes não eram bem vistas, sendo consideradas

fora do padrão. Assim, ela deixava a tarefa de polidez para sua irmã, que muitas vezes precisava mentir ou omitir algo em prol da aparência e das boas maneiras.

A sinceridade de Marianne, frequentemente, pode ser percebida como sarcasmo e este, por sua vez, pode parecer ironia, marca registrada da escritora, conforme já mencionamos nesse estudo. Assim, a ironia proveniente do sarcasmo de Marianne exemplifica a sinceridade ao expor seus sentimentos. Esse uso irracional da linguagem, carregada de emoções, indica que a protagonista geralmente traduz seus pensamentos em palavras, sem se utilizar de tempo para reflexões. (BONIN, 2015).

Portanto, a linguagem é considerada um importante elemento na construção de *Razão e Sensibilidade*, pois é um meio efetivo para colocar em prova as atitudes dos personagens através da expressão verbal, mostrando, desse modo, suas motivações mais profundas. Com isso, a escritora alerta seus leitores sobre os fundamentos por trás das ações, mostrando diferentes perspectivas sobre os fatos narrados. (BONIN, 2015).

Pois bem, após saber o verdadeiro motivo pelo qual Willoughby havia viajado, coronel Brandon decide contar a verdade para Elinor. Então, ele afirma que sua protegida, filha de um antigo relacionamento dele, teve um envolvimento com Willoughby e ele a abandonou quando descobriu que ela estava grávida. Sendo ela muito jovem, com apenas 15 anos, esteve desamparada. Assim, as irmãs Dashwood acreditaram que Willoughby não era uma pessoa que honrava seus compromissos.

Marianne e Elinor vão para casa da senhora Jennings, em Londres, passar o inverno e, assim, cada dia mais deprimida, Marianne vai ficando fraca e doente. Já não comia e nem dormia direito depois de descobrir a verdade sobre seu amado. Então, depois de algum tempo, Elinor decidiu retornar para casa. Carlote, filha da senhora Jennings e casada com Thomas Palmer, convidou as irmãs para visitar sua casa em Cleveland no caminho de Londres para Barton.

Completamente devastada pelo abandono de Willoughby, Marianne negligenciou sua saúde e ficou gravemente doente. Coronel Brandon esteve ao seu lado e ajudou a cuidar dela, pois ele realmente a amava. Sabendo da gravidade da doença, Willoughby procura Elinor e afirma amar realmente sua irmã, entretanto, depois do ocorrido com a senhorita Williams, ele resolveu investir em um relacionamento com uma moça rica, senhorita Grey. Elinor acreditou nele e já não o considerava mais uma pessoa tão má, mas relatou que nada justificava suas atitudes. Ela prometeu que contaria sobre a conversa para sua irmã.

Elinor transmitiu o recado a sua irmã e ela sofreu um pouco menos ao saber disso, e também do casamento de Willoughby. Ela reconheceu que sua doença ocorreu porque deixou



de se cuidar em virtude de um sofrimento profundo, e quando todos esperaram o pior, ela se recuperou e ambas voltaram para casa. Depois de algum tempo, Edward aparece e informa que não havia casado com Lucy e, sim, seu irmão Robert. E, assim, depois de quebrado o compromisso antigo, ele estava livre e pediu Elinor em casamento. Ele faz as pazes com sua mãe, que o ajuda financeiramente e, depois do casamento, eles se mudam para Delaford.

Nesse sentido, percebemos que Austen consegue expor dois tipos de relacionamentos. Temos Elinor e Edward, sempre guiados pela razão e se esforçando ao máximo para controlarem seus sentimentos de acordo com o padrão social vigente. Por outro lado, vemos Marianne e Willoughby, que se entregam completamente ao que sentem, sem se importarem com o que irão pensar sobre eles, e, assim, expressam livremente seus pensamentos, infringindo as regras de conduta social. (LOPES, 2013).

Por fim, Marianne reconheceu que coronel Brandon esteve ao seu lado desde o início, ajudando-a, e percebeu que seus sentimentos por ela eram verdadeiros. Assim, ela não mais o rejeitou e começou a nutrir sentimentos por ele também. Eles casaram-se e tiveram uma vida muito feliz, pois se completavam. Então, Marianne aparece como uma personagem exemplar ao final da narrativa, visto que ela pôde aprender através dos seus erros e, de tudo que viveu, aprendeu a equilibrar seus sentimentos. Assim passou a viver de uma forma melhor, mais tranquila, sem exageros e excessivas preocupações, que antes eram comuns a ela e sua família.

### **3.4 Marta em *Memórias de Marta***

*Memórias de Marta* é constituído a partir da narração das memórias de uma mulher, da personagem principal que se chama Marta, ou seja, a narrativa constitui-se através da elaboração do passado, que utiliza a memória para tais relatos. Logo, lembrar situações de um passado distante pode ser uma tarefa difícil, visto que o esquecimento caminha lado a lado com as lembranças. Assim, Stube (2011, p. 38) destaca:

a memória é ailinear, atemporal, não cronológica e totalmente associativa, isto é, realizada por associações múltiplas e simultâneas, de cunho inconsciente, através de traços constantemente (re)configurados. Há, então, uma ligação estreita entre memória e esquecimento. Esquecimento, aqui, está designando o que não foi sabido, mas toca o sujeito, um saber de cunho inconsciente.

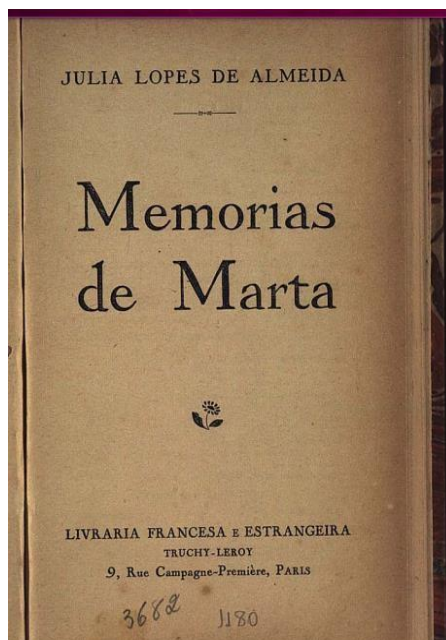
Destarte, uma Marta mais madura relembra as situações ocorridas em sua infância e juventude, e a narrativa vai construindo-se a partir das lembranças existentes e também da falta de algumas delas. Logo, esse processo de recontar sua história pode implicar em algumas falhas,

como a própria Marta alerta:

O mundo de cada um é limitado pelo que abrangem os raios da sua capacidade visual ou pelo que lhe sugere a sua imaginação. Esta em mim sempre foi de fôlego curto, assim como o meu círculo social muito restrito. Uma e outra coisa tornaram-me como que medrosa de mim mesma. Não tendo sabido viver; sinto entretanto um prazer confuso em reviver, em levantar os meus mortos, pôr-me a olhar para êles, e colher aqui e além, nos frangalhos da memória, a expressão fugidia de certas paisagens e de certos seres. (ALMEIDA, 2007, p. 17).

Ambientada no século XIX, as memórias de Marta constituem-se como importantes elementos na recomposição de acontecimentos da vida da personagem, permitindo, assim, que o leitor possa visualizar o panorama das relações de classe e de gênero correntes naquele período. Dessa forma, a protagonista da voz narrativa do livro (figura 2) destaca-se por proporcionar um papel de destaque à figura feminina, demonstrando, dessa forma, sua importância para a sociedade. Nesse sentido, o livro aborda temas relacionados aos estudos, profissão para mulheres e a possibilidade de estas fornecerem o sustento ao lar; casamento por amor ou a não aceitação do casamento também são elementos presentes nesta narrativa.

**Figura 2** – Primeira edição do livro *Memórias de Marta* (1888).



**Fonte:** Literatura brasileira (UFSC).

Conforme mencionado, o processo de evocar lembranças na obra em questão é realizado por uma mulher adulta. Marta é professora e esposa de Miranda, um homem por quem não tem amor, contudo, lhe é bom, agradável e respeitoso. Assim, a esta altura da vida, ela irá reconstruir

as cenas de suas experiências no cortiço junto à sua mãe, que também chama-se Marta.

O livro é organizado em treze capítulos e, no primeiro, começa o relato de suas memórias quando criança, após a morte de seu pai e o início da mudança na sua vida. Então, as lembranças passam a ser narradas quando ela e sua mãe precisam se mudar para um cortiço, pois, com a morte de seu pai, elas não teriam mais condições de manter a casa e os empregados. “Não posso acompanhar o movimento da transição da nossa vida na Cidade Nova, para a outra que iniciamos num modesto cortiço da rua de S. Cirstovam” (ALMEIDA, 2007, p. 45-52). A partir de então, a vida das duas Martas mudará completamente.

A mãe de Marta começa a trabalhar para que as duas possam sobreviver no novo cenário. Ela engoma roupas para alguns clientes e trabalha muito duro para poder cuidar de sua filha. A vida delas mudou drasticamente, pois saíram de um padrão de vida confortável e de um lar feliz para morar em um cortiço escuro e insalubre. Em um dia que a mãe precisava entregar roupas a uma cliente e não tinha com quem deixar a filha, precisou levá-la. Chegando lá, Marta encontra a filha da cliente e a comparação entre elas foi inevitável. Marta se sentiu muito inferior à menina, que tinha roupas e brinquedos caros. A mãe da cliente questionou o motivo de Marta não estudar e, a partir deste momento, foi estimulada a matricular a filha em uma escola pública.

Assim sendo, a vida de Marta mudaria completamente depois desse dia, pois, através dos estudos, ela alcançaria sua independência e buscaria uma melhoria de vida que sempre sonhou. Logo, este é um elemento muito importante na obra, visto que ela utiliza o estudo como uma ferramenta para mudar sua realidade, que estaria fadada ao fracasso, e consolidar seus desejos de oferecer uma vida melhor para sua mãe e poder se mudar do lugar onde viviam, visto que morar em um cortiço como aquele a incomodava muito. Então, sua inserção no ambiente escolar lhe traria a possibilidade de trilhar um caminho diferente de sua mãe, uma vida em que não precisasse trabalhar até a exaustão, cansando, assim, corpo e mente, a fim de garantir o mínimo para a sobrevivência da família.

A protagonista da narrativa foi salva através dos estudos, pois, sem a oportunidade de estar em uma escola, sem a ajuda que recebeu de sua professora (Dona Aninha), que foi uma das pessoas responsáveis pelo sucesso de Marta, talvez ela não tivesse chegado tão longe. E, se ela não tivesse se dedicado aos estudos, provavelmente teria o mesmo fim que sua mãe.. Por diversas vezes, sua mãe insistia que ela deveria demonstrar mais interesse nos afazeres domésticos, porque ela se preocupava com o que seria de sua filha quando morresse, vendo que esta não possuía aptidões para tais trabalhos. Tal falta demonstra uma ruptura com padrão esperado para a mulher desse período, que deveria saber cuidar do lar.

A protagonista da narrativa tinha uma grande meta: mudar-se do cortiço no qual morava com sua mãe, pois este era um lugar escuro, úmido e fétido. Seu desejo era abandonar a situação de humilhação e pobreza em que viviam e isso se torna possível com a ajuda de Dona Aninha, que a incentiva a estudar para a prova de um concurso. Dessa forma, ela foi aprovada e tornou-se professora, com muito esforço, conseguindo se mudar do cortiço para viver em um lugar melhor.

Ao rememorar as situações vividas no cortiço São Cristovão, ela também retrata a vida degradante da vizinhança: o alcoolismo do amigo, as necessidades que passavam e a diferença exorbitante entre sua realidade e de seus amigos no cortiço e a de clientes de sua mãe. E ela questiona-se: “Porque não teria eu igual direito a possuir tudo (...) sem pedir ou aceitar esmolas?” (ALMEIDA, 2007, p. 52). É possível imaginar que esta é uma situação desolante para uma criança de apenas oito anos.

A escritora fazia parte da classe burguesa, sendo assim, a pobreza estava bem distante de sua realidade, bem como o cortiço, que era descrito como um ambiente impróprio para viver. Entretanto, sua condição social não a impediu de escrever sobre este mundo. Certamente, Júlia Lopes de Almeida possuía um olhar atento às questões sociais existentes no século XIX. Logo, a busca de Marta por conquistas que significariam melhorias de vida para si e para mãe representam a força da personagem, como destaca:

Em uma nota anexada a seu exemplar *Memórias de Marta*, D. Júlia confessa ter se inspirado na adjunta Marta que ensinou as primeiras letras a sua irmã Adelina. professora Marta é o ideal escolhido pela autora para se misturar ao ficcional (...) (SOUZA, 2011, p. 7).

Nesse sentido, o cortiço se constitui com um importante elemento para que Marta lute para se profissionalizar e ter uma vida completamente diferente daquela. Assim, existe o estabelecimento da oposição entre o cortiço, um lugar escuro, úmido e indigno, e a escola, descrita como um lugar ensolarado e luminoso, onde ela se sentia bem e gostava de frequentar. A oposição aqui evidenciada possibilita a compreensão acerca da importância da educação na vida da personagem, pois somente através da luz dos estudos ela pôde distanciar-se do ambiente degradante que estaria confinada a viver até o fim de seus dias. (SOUZA, 2011).

Embora a personagem tenha se formado e melhorado sua situação de vida, o que a possibilitou mudar-se do cortiço, sua trajetória permanece sendo marcada por sofrimento e um sentimento de humilhação ainda não superado. “A minha nevrose, a minha dor de ser feia, de ser pobre, de ser triste, durou ainda muito tempo; e creio que não se extinguiu absolutamente” (ALMEIDA, 2007, p. 143). Um amor não correspondido foi uma fase dolorosa em sua vida,

mas a necessidade de superar a fez ter um destino diferente de sua mãe: “Esforcei-me por estudar matérias novas. Devia em breve decidir-se a minha sorte como professora; aproximava-se o tempo do concurso” (ALMEIDA, 2007, p. 135). Aqui é possível perceber o desejo de Marta em se tornar professora e ter um emprego, em oposição aos deveres preestabelecidos para as mulheres no período, tendo em vista que sua mãe, diversas vezes, tentou lhe ensinar os afazeres domésticos, porque se preocupava em como seria a vida de sua filha caso ela não estivesse mais aqui para auxiliá-la. Entretanto, Marta recusava-se, pois seu interesse estava nos estudos.

Em um período de férias que ela foi passar com a professora, apaixonou-se por Luís, primo de Dona Aninha. Porém, eles são extremos opostos, pois Luís é alegre e aventureiro e Marta, tímida e séria. Logo, tal sentimento não é correspondido e ela acredita ser em virtude de sua pobreza e fealdade. Enquanto ela estava distante, escrevia cartas para a mãe e esta mostrava para um cliente viúvo chamado Miranda, que ficava encantado com os dizeres que lia. Então, Miranda se apaixonou por Marta, não por sua aparência física, mas pelas coisas que ela escrevia, pela pessoa que era. Ela retorna do período de férias devastada pela decepção sofrida e passa a ter crises frequentes, ficando num estágio grave, o que deixa sua mãe muito preocupada. O tempo vai passando e a família recebe a notícia da nomeação como professora. A mãe de Marta fica muito feliz com a conquista da filha, embora ainda se preocupe com o fato de esta não pensar em casamento, pois, para a mãe, “a reputação da mulher é essencialmente melindrosa. Como o cristal puro, o mínimo sopro a enturva” (ALMEIDA, 2007, p. 150).

Logo, é possível constatar que, mesmo que a personagem tenha alcançado a independência financeira, existiam padrões sociais que eram requeridos no século XIX. Marta desejava esta liberdade, o que, no período em questão, era considerado improvável, mas para ela não seria necessário o casamento, já que não precisava de apoio financeiro. Ademais, depois da decepção amorosa sofrida, seu coração havia se fechado para o amor, mas o amor não era elemento essencial como a reputação.

Então, após a mãe de Marta ter contado sobre o pedido de casamento que Miranda havia lhe feito, ela não consegue compreender, já que o pretendente era bem mais velho que ela e não a conhecia de fato, e não existia amor de sua parte. Ela também alega o fato de trabalhar e receber seu próprio dinheiro, logo, não precisaria de um casamento. Sua mãe insiste ao mencionar que sua reputação não seria boa sem um matrimônio e conta que não ficaria tranquila em deixá-la só, pois sabia que não teria muito tempo de vida. E, assim, ela entendeu que, mesmo não concordando com a ideia, sua mãe estava certa nas afirmações, porque com o casamento conquistaria um espaço em sociedade. Ela ponderou: “meu casamento seria uma vingança para os ultrajes que a minha imaginação de moça recebera sempre” (ALMEIDA, 2007, p. 151).

Marta marca e desmarca a data do casamento por várias vezes até que, por fim, decide ir adiante. Uma semana após a celebração, sua mãe morre. Esta foi uma mulher extremamente forte, pois lutou com todas as suas forças para estender seu período de vida enquanto sua filha precisava dela. Como sua filha estava finalmente amparada, deixou-se descansar depois de muitos anos de trabalho pesado.

O casal tem uma filha depois de dois anos de casados e esta vem para alegrar os dias de Marta, que aprendeu a conviver com o marido, que cuidava tão bem dela e de sua família. Assim, pôde vivenciar uma nova vida, com uma condição melhor e uma família unida.

Nesse contexto, apresentamos alguns elementos importantes na narrativa de *Memórias de Marta*, como a preocupação da escritora acerca do lugar da mulher na sociedade; a educação como ferramenta indispensável na busca por igualdade e melhoria de vida; as transformações sociais e educacionais ocorridas a partir do final do século XIX, entre outros. Estes temas são pertinentes e alinhados com as próprias experiências vivenciadas pela escritora, referentes a um período marcado por desigualdades sociais e, como vimos, de gênero.

#### 4 CONFIGURAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PERSONAGENS MARIANNE DASHWOOD E MARTA

Como assinalado anteriormente, a proposta do presente trabalho consiste em fazer uma análise comparativa entre as protagonistas Marianne Dashwood e Marta, por meio do exame das obras *Razão e Sensibilidade* (1811) e *Memórias de Marta* (1888), respectivamente. Sendo assim, preparamos um quadro comparativo com os principais tópicos que pretendemos abordar, a fim de evidenciar as aproximações e distanciamentos entre essas personagens. Para tanto, serão elencados e analisados aspectos relacionados ao padrão social, amor, casamento, entre outros temas presentes em ambas as narrativas, conforme mostra o quadro a seguir:

**Quadro 1** – Aproximação e distanciamento entre as personagens Marianne e Marta.

Análise comparativa	Marianne	Marta
Aspectos físicos	Bela e atraente	Magra e tímida
Traços psicológicos	Sensível, impulsiva	Ambiciosa, impulsiva
Situação social	Queda no nível social	Pobreza
Relação amorosa	Paixão avassaladora	Paixão avassaladora
Decepção amorosa	Sufrimento amoroso	Sufrimento amoroso
Matrimônio	Casar por amor	Não casar
Escolarização	Dedicação da personagem aos estudos na etapa final da narrativa	Dedicação da personagem aos estudos a partir do meio da narrativa

#### 4.1 Aspectos físicos

Marianne é descrita como uma moça extremamente bela e encantadora, que costumava receber muitos elogios em razão de sua beleza física. Logo, Marianne se encaixava em um dos estereótipos femininos ideais em consonância com o período em questão, pois possuía o corpo mais avantajado, como é possível perceber nos trechos a seguir:

Sua pele era morena, mas devido a sua transparência, era invulgarmente brilhante; suas feições eram todas belas; seu sorriso doce e atraente; e em seus olhos, que eram negros, havia uma vida, um espírito, uma vivacidade, que não poderiam ser contemplados sem prazer. (AUSTEN, 2015, p. 65).

(...) Marianne era ainda mais bela. Sua silhueta, embora não tão perfeita quanto à da irmã, em função da vantagem de altura, era mais impressionante; e seu rosto era tão adorável que, ao lhe dirigirem elogios, chamando-a de linda garota, era menos violentamente ultrajado pela verdade do que usualmente acontece. (AUSTEN, 2015, p. 65).

Assim, constatamos que outros personagens comumente a elogiavam por seus atributos físicos e pela ternura e docilidade que transmitia. Willoughby, com quem quase firmou um noivado, falava sobre ela como um ser divino, como se tudo nela fosse fascinante, enquanto descrevia a cena do último encontro que tiveram no baile para sua irmã Elinor.

Bem, finalmente, como não é necessário que o diga, nós nos encontramos; e que doce imagem encontrei! Que noite de agonia foi aquela ! De um lado, Marianne bonita como um anjo, dizendo meu nome do modo mais doce possível! Ó, Deus! Estendendo-me a mão, exigindo uma explicação, com seus belos olhos fixos em mim com tão expressiva solicitude (...) (AUSTEN, 2015, p. 427).

A personagem é jovem, ainda não completou 17 anos, e isso pode estar diretamente relacionado com sua forma de tentar realizar e controlar tudo baseando-se em suas convicções. No trecho abaixo, é possível visualizar uma cena na qual Marianne e sua mãe conversam sobre casamento e sentimentos:

Lembre-se, meu amor, que não tem nem 17 anos. Ainda é muito cedo para desistir da felicidade. Por que teria menos sorte que sua mãe: apenas uma circunstância, minha Marianne, possa o seu destino ser diferente do meu. (AUSTEN, 2015, p. 25).

Sobre a personagem Marta, não encontramos descrições específicas que caracterizem a cor dos olhos ou dos cabelos, como encontramos na descrição da personagem Marianne, pois o romance *Memórias de Marta* se constitui a partir dos relatos da própria personagem: “o mundo



de cada um é limitado pelo que abrangem os raios da sua capacidade visual ou pelo que lhe sugere a sua imaginação” (ALMEIDA, 2007, p. 41). Ela narra as memórias de sua infância até a fase adulta, fazendo menções a algumas idades, como cinco, treze, dezessete ou vinte e quatro anos, por exemplo. Entretanto, encontramos alguns relatos de sua aparência que serão aqui apresentados a seguir.

Por fazer parte de uma família pobre e a quem falta boa alimentação, Marta é muito magra. Quando saía à rua para brincar, “voltava oprimida pela superioridade das outras (crianças), muito mais fortes do que eu (...) chamavam-me lesma! mole, palerma! E riam-se das minhas quedas, da minha magreza e da minha timidez” (ALMEIDA, 2007, p. 47).

Em outro episódio, temos uma descrição física mais completa e que ocorre quando Marta acompanha sua mãe para fazer uma entrega, pois esta lavava e engomava roupas para clientes. Nesse dia, Marta foi brincar com a filha de uma dessas clientes que, depois de mostrar sua grande coleção de roupas e brinquedos, a conduziu para a frente de um espelho. Ao se olhar, a personagem passa a fazer comparações entre sua aparência e vestimenta em relação à outra garota. De acordo com Lodge (2017), as roupas são elementos fundamentais para designar a classe social e o caráter de um personagem. Marta relata esta descoberta:

Compreendi a minha fealdade pela primeira vez. Que diferença entre nós duas! Ela, muito corada, olhos brilhantes de alegria e de orgulho, o vestido claro, curto, as meias esticadas por cima dos joelhos...Eu, pálida, o cabelo muito liso, feito em uma trança apertada, as pernas magras, as meias de algodão engilhadas, o vestido de lã cor de havana, comprido e esgarçado, os sapatos cambaios... (ALMEIDA, 2007, p. 51).

Para Perrot (2017a), a beleza se constituía como um elemento essencial para as mulheres, logo, o padrão consolidado no século XIX era extremamente rígido e as mulheres que divergiam dos moldes estabelecidos eram excluídas e sofriam por não se sentirem dignas de serem amadas. Nesse sentido, a desigualdade social se constitui como um importante elemento para compreensão do sofrimento de Marta.

Segundo Vasconcelos (2006), o romance sentimental representava um ideal que se repetia constantemente, o da beleza, pois as heroínas desse gênero eram geralmente possuidoras de beleza física. Tal fato está relacionado às narrativas aqui estudadas, à exceção de que a personagem Marta não representava esse ideal de heroína extremamente bela.

Assim, podemos perceber que a caracterização do aspecto físico se constitui de forma diferente nas narrativas aqui analisadas. A primeira era uma moça muito bonita, que possivelmente teria muitos pretendentes; a segunda, por sua vez, era descrita como magra e sem vida. Quando se questionou o que seu futuro marido vira nela, chegou à conclusão de que havia

amado o seu espírito, pois ela acreditava não ser digna de ser amada por acreditar não ser bonita.

## 4.2 Traços Psicológicos

Nesta seção, abordaremos as características subjetivas das personagens, fazendo oposição ao padrão feminino consolidado no século XIX, conforme destacado na seção 1 desta pesquisa.

Com relação a Marianne, esta representa a sensibilidade, ela é romântica, impulsiva e defende que as decisões e atitudes devem ser baseadas na emoção, no sentimento em detrimento da racionalidade. “Era uma moça sensata e inteligente; mas ansiosa em tudo: suas angústias e alegrias não tinham moderação. Era generosa, amigável, interessante: era tudo, menos prudente” (AUSTEN, 2015, p. 11).

Essa descrição da personalidade de Marianne se dá nas primeiras páginas da narrativa, logo, é possível perceber a falta de controle emocional da personagem. Esta descrição inicial seria uma boa alternativa para apresentar a protagonista ao leitor, fazendo assim com que a voz da personagem fosse ouvida e o leitor a pudesse identificar desde o início. Nesse sentido, as falas da personagem seriam bem demarcadas, tendo em vista sua forma sensível e impulsiva de lidar com as situações. Smith (2017) destaca que, desta forma, os leitores de Jane Austen poderiam distinguir os personagens a partir da forma como se expressam:

Seus leitores deveriam ser capazes de distingui-los por seu vocabulário, pelo ritmo de sua fala, pelas piadas que fazem, pela maneira como interrompem outras pessoas, por suas atividades, pelas palavras que usam errado, por sua gíria e seus palavrões (ou pela ausência deles) e pelo modo como usam palavras para intimidar, bajular, cativar ou se defender. (SMITH, 2017, p. 131).

Ainda de acordo com Smith (2017), a personagem Marianne utiliza entusiasmo para se expressar. Para exemplificar um pouco as opiniões fortes que ela possui, apresentaremos a seguir um diálogo entre ela e sua irmã sobre a relação entre dinheiro e felicidade. Para a protagonista, não há ligação entre ambos, já que, de acordo com ela, para ser feliz não é necessário possuir bens materiais, ou seja, podemos ver seu valor e suas atitudes relacionadas ao dinheiro:

O que a riqueza tem ou a grandeza têm a ver com a felicidade? (...) o dinheiro só pode trazer felicidade quando uma pessoa não tem mais nada para ser feliz. Além do bem-estar, não pode dar real satisfação, pelo menos no que se refere ao nosso íntimo. (AUSTEN, 2015, p. 125-127).

Marianne também pondera que, se a renda familiar for baixa e a vida não tão confortável, a mulher pode, sim, trabalhar fora para complementar essa renda, o que, na época, não era visto como algo comum na classe burguesa. Logo, vemos a ruptura da personagem com o padrão consolidado de limitações às mulheres. Foi isto que afirmou em uma conversa com Mrs. Jennings, mãe de Lady Middleton, acerca da idade certa para o casamento e da renda do casal: “(...) se sua casa não for confortável, ou sua fortuna for pequena, suponho que pudesse se submeter ao ofício de enfermeira, em troca de segurança financeira como esposa” (AUSTEN, 2015, p. 53).

Marianne também apresenta uma outra característica: não pensa muito antes de falar, pois a ela interessa mais a expressão de suas ideias do que a manutenção das regras de etiqueta em sociedade. Assim sendo, muitas vezes ela exprime sua opinião não se importando se irá magoar alguém. Compreendemos que, para ela, viver escondendo ou disfarçando opiniões e sentimentos seria como viver em uma prisão. De acordo com Fisher (2010), o ponto de vista de Marianne se dá de forma sempre crítica. No episódio a seguir, Marianne é convidada para jogar cartas e recusa o convite na frente de outras pessoas, pois ela não queria fazer algo que não lhe agradava apenas para agradar outra pessoa:

Lady Middleton propôs às outras rubber of cassino. Ninguém fez qualquer objeção, com exceção de Marianne, que com sua habitual falta de atenção às normas gerais de civilidade, exclamou “Sua senhoria tenha a bondade de desculpar-me; bem sabe que eu detesto cartas. Irei ao pianoforte; não toco nele desde que foi afinado.” E sem mais cerimônias, virou-se e caminhou até o instrumento. (AUSTEN, 2015, p. 193).

Assim, percebe-se que a polidez é um artifício utilizado com o intuito de esconder ou camuflar algo eera esperado, que, respeitando a regra da polidez, a personagem aceitasse o convite em nome da civilidade e, assim, esta não pareceria rude, entretanto, estaria fazendo algo que não lhe agradava em nome dessas regras impostas pela sociedade. Como indica Sponville (2017), a polidez pode ser vista como o oposto da autenticidade, pois o respeito às normas seria mais importante do que a essência e a natureza humana de cada ser. Assim, as pessoas se tornariam prisioneiras destas regras e a polidez revelaria o uso da educação como algo necessário e desculpável à medida que não violasse tais normas.

Vale a pena observarmos a mesma cena descrita sob um outro ângulo: a pouca idade da personagem. Ao nos depararmos com sua reação, torna-se completamente compreensível se considerarmos que ela era apenas uma adolescente e, sendo assim, não pensava muito antes de agir, fator que acabava também sendo de certa forma desculpado pela sociedade da época. (SMITH, 2017). Para Sponville (2017), a ausência da polidez é própria da fase adolescente,

pois esta não se preocupa com as regras de civilidade e, sim, valoriza a verdade.

Outra maneira de interpretar a atitude de Marianne encontra-se na forma individualizada de agir, pois, conforme Cassab (2011), a partir do século XVIII, identifica-se a juventude como um período no qual os indivíduos possuíam uma forma própria de sentir e agir, e estas eram características específicas dessa faixa, dado que era considerado um momento de transição entre a maturidade biológica e a social. No século XIX, a juventude passou a ser associada a um período de instabilidade emocional. Nesse sentido, devemos entender a juventude como uma categoria social dinâmica.

Sobre Marta, sabemos que esta tinha uma personalidade forte e não seguia as regras ou convenções impostas pela sociedade do século XIX. Ela representa a força e a resiliência, por não ter desistido de alcançar suas metas ao longo do caminho que percorreu, estudando e sendo vítima de preconceitos em virtude de sua pobreza, e por não se abalar diante de todas as dificuldades enfrentadas. Foi à luta para conseguir um emprego e mudar sua realidade, pois era ambiciosa desde pequena e, dessa forma, esforçou-se muito para alcançar seus objetivos. Quando se comparava às crianças da mesma idade, ela questionava o motivo de não ter as mesmas oportunidades que elas: “Por que não teria eu igual direito a possuir tudo, como a Lucinda, sem pedir ou aceitar esmolas?” (ALMEIDA, 2007, p. 52). Entretanto, depois da fase de questionamentos, passou para a fase da ação e, assim, movimentou-se no sentido de concretizar os seus desejos, possuindo um comportamento que lhe guiaria para alcançar o objetivo almejado.

Assim, estas eram constatações dolorosas para uma criança de sua idade e retratavam as diferenças entre as classes sociais no espaço, que passaram a fazer parte da consciência da narradora a partir de então. (SALOMONI, 2005). Sendo assim, Marta encontra diversos desafios não somente por ser mulher, mas também por sua condição social, que era inferior e causava muitas mágoas na personagem. Este fato não está presente na situação social de Marianne, já que esta possuía uma condição razoável, mesmo depois da morte de seu pai.

No que se refere a Marta, abaixo podemos constatar que, desde pequena, não acreditava em tudo que lhe diziam. Vejamos:

Foi nesse prédio da rua de Sta. Ana que meu pai morreu de febre amarela (...) E atribuíram a morte de meu pai ao fato de ter ele comido duas mangas num armazém da Alfândega, onde trabalhava. O terror pela fruta inocente ficou por amor disso implantado na família (...) Todo o mal atribuído às frutas: meu pai pelas mangas; a menina em frente por ter chupado cajus quentes do sol... (ALMEIDA, 2007, p. 42-43).

Relacionado a esse mesmo episódio, temos outra evidência de que suas opiniões e crenças não estavam em afinidade com o que era esperado para o comportamento da época, pois a protagonista da narrativa não podia agir de acordo com tais preceitos. Para ela enquanto criança, era inaceitável beijar alguém que estivesse morto, por exemplo, e por esta razão, ela luta contra esta imposição. Aliado a este fato, Marta não possuía uma relação de proximidade com seu pai, visto que ele estava sempre viajando a trabalho e eles pouco se viam. Logo, a personagem não possuía o mesmo amor pelo pai como pela mãe:

A hora da saída do corpo arrastaram-me à força para a última despedida, queria que eu beijasse o cadáver. Debati-me, mordi os dedos que me seguravam e num arranco fugi para o quintal a refugiar-me sob a árvore protetora. (ALMEIDA, 2007, p. 43).

As personagens demonstraram, nas narrativas aqui estudadas, extrema autenticidade, bem como a força de suas crenças, ideais e convicções. Nesse sentido, é possível verificar que ambas as personagens eram revolucionárias, se compararmos as personalidades e atitudes de Marianne e Marta. Elas agiam em oposição ao que a sociedade do século XIX ditava como padrão e, por isso, tornaram-se figuras importantes no tocante à liberdade de expressão.

### **4.3 Situação Social**

Logo no início da narrativa, Mr. Dashwood, pai de Marianne, fica muito doente e falece, não havendo indícios sobre o motivo de sua morte. Com isso, a rotina da família muda, pois o pai havia recebido a herança de um tio e administrava esse dinheiro para sua família. Com sua morte, apenas o seu único filho homem de outro casamento poderia ficar com a herança, obedecendo, assim, às leis inglesas. De acordo com Smith (2017), a família Dashwood nunca entendeu de fato o motivo de terem sido destituídas de sua herança, entretanto, precisava lidar com a nova vida. Conforme discutido na seção 1 desta pesquisa, as mulheres eram dependentes dos homens, sobretudo financeiramente, portanto, elas não poderiam administrar o patrimônio da família, pois as leis não lhes eram favoráveis e foi exatamente isto que ocorreu com a família Dashwood.

A família precisou se mudar para um chalé muito diferente da mansão com a qual estava acostumada, mas, como foi oferecido de forma muito gentil por um parente distante, conhecido por Sir John, resolveram aceitar, mesmo sofrendo muito com a partida:

Muitas foram as lágrimas derramadas na hora de dizer o último adeus ao lugar que

tanto tinham amado. “Minha querida Norland!”, disse Marianne, enquanto caminhava sozinha pela frente da casa, na última tarde que passaram lá; “quando deixarei de ter saudades? Quando aprenderei chamar outro lugar de lar? Ó doce lar, se pudesse imaginar o quanto sofro agora que lhe observo deste lugar, do qual talvez jamais volte a vê-lo! (AUSTEN, 2015, p. 37).

Dessa forma, a família precisava se adaptar à nova realidade, com uma casa menor e menos dinheiro para a renda familiar. No entanto, já pensava em fazer alterações, pois a comparação entre o novo e o antigo lar pareceu inevitável. Entretanto, considerando que as personagens não dispunham do valor para as reformas, optaram por deixar a casa como a encontraram:

Como residência, Barton Cottage, embora pequeno, era confortável e compacto; mas como um cottage deixava a desejar, pois a construção era comum, com teto de telhas; as venezianas das janelas não eram pintadas de verde, nem as paredes cobertas de madressilvas. (...) não tinha sido construída há muitos anos e estava em boas condições. Em comparação com Norland, era pequena e pobre! (AUSTEN, 2015, p. 39).

Nesse meio tempo, até que todas estas alterações pudessem ser feitas a partir das economias de uma renda de 500 libras por ano de uma mulher que nunca economizara em sua vida, elas foram bastante sábias em se contentarem com a casa do jeito que estava (...) (AUSTEN, 2015, p. 41).

Segundo Byrne (2018), esses processos foram de fundamental importância na vida das personagens, porque, a partir deles, elas puderam modificar o desfecho que teriam, remodelando a forma de pensar e agir.

Conforme constatamos, a família Dashwood foi da riqueza à pobreza rápida e bruscamente. Para Smith (2017), a escritora Jane Austen era excelente em criar situações com consequências e desfechos bem fundamentados, ou seja, a partir de certos acontecimentos ruins, as personagens passam por uma reviravolta que irá ajudá-las a amadurecer: “A maneira como eles caem em desgraça é sempre completamente plausível” (SMITH, 2017, p. 64). Isso está relacionado com o fato da personagem e sua família saírem de sua casa, de sua zona de conforto, o que seria um estímulo para o crescimento e evolução da personagem em questão. Como afirma a pesquisadora:

Frequentemente vemos os personagens de Jane Austen em trânsito. Em geral, quando são arrancados do ambiente em que se desenvolvem, eles aprendem e mudam. Estar em um local que não lhes é familiar e estar fora da sua “zona de conforto” significa que os personagens experimentam coisas de diferentes maneiras, veem o mundo com olhos frescos e se tornam mais vulneráveis ao enamoramento, à sedução ou ao mau comportamento. (SMITH, 2017, p. 190).

Com relação à Marta, seu pai também falece logo no início da narrativa em decorrência da febre amarela. Ela não sofre, pois a convivência era pouca, já que ele passava muito tempo fora de casa, trabalhando. Ela e sua mãe precisam mudar de casa também, e esta sofre muito com a mudança: “Não posso acompanhar o movimento de transição da nossa vida na Cidade Nova, para a outra que iniciamos num modesto cortiço da rua de S. Cristóvão” (ALMEIDA, 2015, p. 45). A personagem relata que não gostava do cortiço, tampouco de ver sua mãe trabalhando até a exaustão: “Cresci vagarosamente, como se não me bastasse para o desenvolvimento o espaço estreito daquela alcova, em que de verão e de inverno, ela trabalhava, vestida com o pobre traje de viúva, já velho e russo” (ALMEIDA, 2007, p. 46).

Talvez as condições de um ambiente sujo, triste e cheio de bichos como o cortiço, a falta de convivência com outras crianças e a alimentação precária tenham contribuído para a doença de Marta. Nesse sentido, evidenciamos, a seguir, a constatação da doença por parte da protagonista: “Enfraqueci; mirrei, encheu-se-me o pescoço de caroços linfáticos” (ALMEIDA, 2007, p. 47). Mais adiante, na narrativa, há a comprovação de que ela contraiu difteria e que a doença se alastrava pelo cortiço.

Emagreci durante o tempo de férias; faltava-me o passeio obrigado, a convivência alegre das condiscípulas, as correrias do recreio, o barulho, a vida, a luz! Tornei-me ainda mais linfática, tinha o pescoço cheio de caroços e os beijos esbranquiçados; veio o fastio, o sono e a doença. (ALMEIDA, 2007, p. 60).

Ademais, a mudança ocorreu em diversos aspectos, já que sua mãe começou a trabalhar para poder sustentar a casa; o dinheiro era pouco e Marta sofria bastante por viver na pobreza. Percebe-se que a família, antes possuidora de um padrão elevado de vida, com uma casa grande e muitos empregados, passou a viver na miséria e a protagonista não aceitava a condição na qual vivia.

Aí já minha mãe não tinha consigo nem mesmo a velhinha que nos acompanhava outrora e que partiu não sei para onde, nem com quem. Lembro-me de que vivíamos nós duas sós; minha mãe engomando para fora, desde manhã até à noite, sem resignação, arrancando suspiros do peito magro, mostrando continuamente as queimaduras das mãos e a aspereza da pele dos braços, estragada pelo sabão. Custou-lhe afazer-se aos maus tratos da miséria. Mas que resignação, depois! (ALMEIDA, 2007, p. 45).

Em *Memórias de Marta*, bem como ocorre com a família Dashwood em *Razão e Sensibilidade*, também existe a ideia de que é necessário perder tudo ou que haja a ocorrência de uma mudança brusca na vida da personagem para que esta possa experimentar um recomeço

e melhorar como indivíduo, mesmo que sejam contextos sociais diferentes, visto que Marianne viveu na era georgiana e Marta, na era escravocata. Dessa forma, para Telles (2012, p. 482):

As personagens perdem sua fortuna, as mães as filhas queridas, as filhas as mães amadas e assim por diante. É como se, para que alguma melhoria pudesse ocorrer, ela percebesse, em algum lugar recôndito, que teria que ser num mundo diferente.

Assim sendo, depois que começou a estudar por instrução de uma cliente, Marta pensava em ter uma vida melhor. No início, ela tinha muita dificuldade, porque era tudo novo e ela não contava com suporte em casa, visto que sua mãe trabalhava bastante. Entretanto, ela se empenhou ao máximo para mudar sua condição, porque não aceitava a vida que levava. Foi sua ambição que a levou longe.

Sonhando agora em ser mestra, eu não imaginava o descanso, o repouso ameno que eu lhe daria como recompensa dos grandes sacrifícios feitos por ela (a mãe) para meu bem estar; eu não pensava em ser útil, em tornar-me necessária, imprescindível: eu queria ser mestra para não morar em um cortiço mal alumiado, infecto, úmido, nesta terra onde há tantas flores, tanta luz e tantas alegrias! (ALMEIDA, 2007, p. 72-73).

As mulheres eram vítimas do sistema social do século XIX e, assim, eram menosprezadas e permaneciam sem direitos. (WOLLSTONECRAFT, 2016). Portanto, constatamos que houve uma mudança drástica no padrão social das famílias após a morte de seus mantenedores. Após a ocorrência deste fato, as famílias precisam se adaptar à nova vida menos luxuosa e confortável: a família de Marianne vai para um chalé e a de Marta, para um cortiço. Isso representaria o início de uma série de acontecimentos que as tornariam protagonistas fortes e não mocinhas indefesas, uma vez que lograram vencer as dificuldades e modificar seus desfechos que poderiam ter sido trágicos.

#### **4.4 Relação Amorosa**

Em um dia alegre, Marianne e sua irmã mais nova, Margaret, saem para passear, mas uma chuva forte se aproxima, fazendo com que elas precisem voltar para casa. As irmãs decidem correr, descendo a colina que dava acesso à casa. Marianne, que estava à frente, tropeça e cai. Por sorte, é salva por um cavalheiro que vê a cena:

Um cavalheiro carregando uma arma, com dois cães de caça brincando em torno dele, estava passando pela colina e a alguns metros de Marianne, quando o acidente ocorreu. Deixou sua arma no chão e correu para auxiliá-la. Ela se levantou do chão,



mas seu pé havia se torcido com a queda, e mal podia se manter de pé. O cavalheiro ofereceu sua ajuda; e percebendo que, por modéstia, ela recusava o que a situação exigia como necessária, tomou-a em seus braços sem mais delongas, e carregou-a colina abaixo. Então, atravessando pelo jardim cujo portão fora deixado aberto por Margaret, avançou diretamente para dentro da casa, para onde Margaret acabara de chegar, e não deixou de carregá-la até que a sentasse em uma poltrona da sala de estar. (AUSTEN, 2015, p. 59).

As irmãs e a mãe ficaram preocupadas e queriam saber mais sobre o rapaz. Ele disse que se chamava Willoughby e todas ficaram admiradas com sua beleza. Uma cena na qual Marianne conhece o príncipe que a salva de uma situação de perigo e, a partir desse momento, eles se apaixonam. Logo, ela se apressou em saber mais sobre ele e descobriu que era um bom partido e que possuía uma propriedade longe da região. Sir John, um parente afastado da família, que gentilmente cedeu seu chalé para a família Dashwood, falou sobre um baile em que o jovem dançou a noite toda, e Marianne respondeu: “É disso que eu gosto; é assim que deve se portar um jovem. Quaisquer que sejam seus ideais, deve buscá-los sem, e sem demonstrar nenhum cansaço” (AUSTEN, 2015, p. 63). Isso evidencia que sua personalidade era forte e seu desejo era encontrar alguém que compartilhasse da sua intensidade em viver a vida.

Willoughby passou a visitá-la sempre para saber sobre seu estado de saúde. Ele “era perfeito para conquistar o coração de Marianne, pois a tudo isso se somava não só uma grande aparência cativante, mas um fervor natural da mente, que agora despertara e crescia” (AUSTEN, 2015, p. 67). Então, eles ficaram muito próximos e faziam quase tudo juntos: liam, cantavam, conversavam. E Marianne acreditava que ele poderia satisfazer seus ideais de pretendente “perfeito”. Eles se completavam e todos já comentavam sobre esse futuro noivado. Dessa forma, o compromisso era quase certo, porém, havia algo que os impedia de ficar juntos como veremos adiante

Já com relação à Marta, esta realizou uma viagem a Palmeiras a convite de sua professora, D. Aninha, para passar o período de férias. Numa tarde, enquanto caminhavam por um bosque, decidiram parar e se sentar para apreciar a paisagem. Foi nesse momento que o primo de D. Aninha, que também estava passando férias lá, a reconheceu e foi conversar com ela. Depois de lhe ouvir falar, Marta ficou encantada e continuou a observar: “foi a primeira vez que senti uma simpatia súbita por alguém. Estava como que fascinada pela expressão daquele rapaz de olhos maliciosos eternos, cabelos castanhos (...)” (ALMEIDA, 2007, p. 113).

D. Aninha o convidou para almoçar no dia seguinte, ele aceitou e partiu. Marta esteve atenta escutando as histórias sobre ele que a prima contava. No dia seguinte, durante a conversa entre eles, Marta percebeu que Luis a estava encarando e que perguntou algo a seu respeito para o marido de D. Aninha. A partir desse momento, eles ficaram muito próximos e ele a

presenteava com flores todos os dias e, depois, a levava para passear; ela ficava observando a paisagem enquanto ele lia versos para ela. Marta se sentia segura em sua companhia, era uma sensação nova nunca antes experienciada: “Eu acreditava naquilo e sentia em verdade o que não experimentara nunca: muita facilidade em expressar-me e uma alegria saudável, nova, que me invadia toda” (ALMEIDA, 2007, p. 121).

Luis era assíduo. Levava-me todos os dias flores colhidas nas suas excursões de que tinha sempre a contar um caso pitoresco. Desapareceu-me a tosse e a febre; tornei-me mais gorda e corada, logo de manhã cedo saía, encontrava quase sempre Luis, que caminhava a meu lado, falando e fazendo-me falar, rindo-se descuidosamente e afirmando que eu tinha espírito de homens. (ALMEIDA, 2007, p. 121).

Em uma dessas tardes em que passeavam, deu-se início uma tempestade e eles precisaram correr para se abrigar, mas Marta acabou se sentindo mal no percurso e Luis a carregou nos braços e insistiu em levá-la, contudo, ela disse que havia se recuperado e já não tinha necessidade de ser carregada. Assim, Marta pôde caminhar com o auxílio dele. No dia seguinte, a lembrança que ela tinha era a dos braços de Luis a segurando. Logo, ela estava apaixonada e idealizava um futuro como sua esposa a partir das projeções do amado.

Luis relatou seus planos, levando-nos a crer que a ambição material não era uma de suas pretensões, portanto, gostaria de levar uma vida simples ao lado da pessoa amada. Ele falou sobre suas convicções e sobre o cenário que vinha à sua mente ao projetar seu futuro. Marta, por sua vez, idealizava viver esse futuro ao lado de Luis e, desse modo, ela imaginava e construía as cenas mentalmente com base em tudo que lhe era contado.

Disse-me ser estudante de medicina, que o seu ideal não era a riqueza nem a ostentação, nem os falsos e efêmeros prazeres, mas sim um lar iluminado pelo olhar doce de uma esposa honesta...um coração sincero e terno, onde sepultasse toda a sua vida...Eu ouvia-o, comovida. E desde esse instante idealizei o meu futuro...Seria eu essa esposa, que lhe desse ventura. A nossa casa havia de ser um ninho dentro de um jardimzinho muito fresco! Eu plantaria trepadeiras a emoldurar a janela: umas rosinhas delicadas que se desfolhassem sobre as nossas cabeças, quando enlaçados e amantes nos debruçássemos no peitoral, segregando mil ternuras de amor! Minha mãe presenciaria aquele quadro num embevecimento e assim realizaríamos o mais formoso e o mais querido dos sonhos. Luis olhava-me com persistência, sorria-me, distinguiame com os pequeninos nadas de um pretendente apaixonado. Entreguei-me feliz ao meu amor nascente, cheia de confiança. (ALMEIDA, 2007, p. 118-119).

De acordo com Vasconcelos (2006), para as mulheres, o gênero romance era, muitas vezes, a única forma de acesso à leitura e educação. E os romancistas desejavam atingir esse público específico, isto é, muitos romances eram escritos com a finalidade de que fossem lidos por mulheres. Elas eram o público alvo em muitos dos títulos do gênero em questão, ou seja,

estes romances apresentavam elementos associados à vida cotidiana no século XIX, como as representações do amor, a vida matrimonial, os sentimentos exacerbados, assim, ditavam condutas a serem seguidas na vida real, especificamente para as mulheres.

Dessa forma, ainda que brevemente, verificamos a presença da temática “paixão”, que está relacionada a sentimentos comumente abordados nos romances no século XIX, os quais mostram uma jovem perdida de amores e extremamente sensível e delicada, que acreditava nas promessas de um cavalheiro misterioso e que acabava por fazer planos e idealizar uma história de amor seguida por casamento. Observamos que este fato teve ocorrência nas duas narrativas aqui estudadas: ambas personagens se apaixonam e desejam ser correspondidas e casar por amor. Entretanto, o que predominava neste período era o casamento arranjado, com a finalidade de manter os costumes e os interesses econômicos.

#### **4.5 Decepção Amorosa**

Sobre o romance entre Willoughby e Marianne, tudo corria muito bem e o futuro compromisso era quase certo, até que aquele precisou viajar para atender a um pedido de sua tia, deixando Marianne em um profundo sofrimento com sua ausência. Logo, a missão de animá-la ficou por conta de suas irmãs Elinor e Margaret.

Um tempo depois, em um baile oferecido por Lady Middleton (esposa de Sir John), Marianne encontrou o cavalheiro que não via há bastante tempo e de quem sentia muita falta. Entretanto, ela ficou extremamente surpresa, pois ele a tratou de forma fria e indiferente. Tal fato a deixou confusa, já que eles mantinham uma relação de proximidade intensa.

Esse episódio deixou a protagonista demasiadamente triste, já que o possível pretendente lhe causou um grande constrangimento. Marianne escreveu cartas para ele que não foram respondidas e, depois da cena do baile, caiu em um sofrimento profundo, decidindo estar a maior parte do tempo sozinha. Ela também não conseguia dormir ou se alimentar devidamente, resultando em um enfraquecimento físico.

Posteriormente, ela recebeu uma carta na qual constava um pedido de desculpas de Willoughby por seu comportamento na noite anterior em que se encontraram, e também um rompimento de qualquer vínculo que eles possuísem, desfazendo, assim, a ilusão de um compromisso que Marianne havia idealizado. Ele se desculpou se a levou a crer em algum momento que existia um relacionamento entre eles e afirmou, ainda, que estava comprometido com outra moça há bastante tempo. Nesse sentido, Marianne havia romantizado um

compromisso que, de fato, existia apenas em sua cabeça, que sonhava com esta realização. Nesse momento, ela ficou paralisada, sem conseguir dizer uma palavra. Sua irmã entrou no quarto:

(...) onde encontrou Marianne tentando se levantar da cama, e a alcançou justo a tempo de evitar que caísse no chão, desmaiada e atordoada pela prolongada falta de repouso e alimentação, pois se passara muitos dias sem que ela tivesse apetite para comer, e há muitas noites não dormia. Agora que sua mente não mais se apoiava na febre da expectativa, a consequência de tudo aquilo era sentida na cabeça dolorida, no estômago debilitado e no estado geral de fraqueza. (AUSTEN, 2015, p. 247).

Marianne depois descobriu que ele havia tido um outro relacionamento e havia engravidado e abandonado uma moça. A partir de então, não havia esperança: ela estava profundamente magoada e infeliz, sua irmã implorava para que ela se esforçasse para melhorar ou acabaria matando a todos que a amavam de angústia por vê-la sofrer.

Sentia mais dor por ter perdido a imagem que fizera de Willoughby do que por ter perdido seu coração; ele seduzira e abandonara Miss Williams, o sofrimento dessa pobre menina e a dúvida sobre quais teriam sido seus propósitos em relação a ela (...) e, ruminando sobre suas dores em silêncio, fazia sua irmã sofrer mais do que se tivesse aberto o coração e confessado seus sentimentos. (AUSTEN, 2015, p. 283).

Marianne recebeu a notícia do casamento de Willoughby com compostura, chorou posteriormente, e caiu profundamente doente, demorando bastante tempo para se curar. Então, a jovem passou por um longo processo de amadurecimento e obteve ajuda de sua família e do coronel Brandon, um amigo da família que nutria um sentimento profundo pela protagonista de *Razão e Sensibilidade*, passando, assim, a enxergar positivamente tudo o que este fez por ela.

A trajetória de Marta não seguiu um caminho tão diferente de Marianne, pois ela pôde perceber, algum tempo depois, que os sentimentos de Luis para com ela não eram verdadeiros como ela imaginava ser. Tal descoberta causou-lhe um sofrimento demasiado e a fez desacreditar no amor.

Na passagem descrita na seção anterior, na qual ocorre uma tempestade e Luis ajuda Marta guiando-a para um lugar seguro, enquanto aguardavam, eles observaram uma hóspede do hotel, muito bonita, passar por lá, acompanhada por seu cachorro. E mesmo Marta estando tão nervosa com a chuva, foi impossível não perceber que ele ficou impressionado ao ver a moça:

Ia escurecendo cada vez mais. Em frente à porta aberta olhávamos para a paisagem erma, quando vimos uma figura de mulher atravessar a estrada.

Era uma jovem hóspede do hotel, rapariga nova, alta, bonita, rosto cor de leite e rosas, duma frescura encantadora, emoldurado pelos anéis sedosos do cabelo loiro; filha de um parálítico norte-americano, que não saía nunca e estava a ares no campo. (...) começou a chuva. Apesar de toda a minha aflição, percebi que aquela rapariga singular e romântica produzira em Luis uma profunda impressão. Ele curvara-se para fora e saiu a acompanhá-la com a vista, não obstante os ralhos da prima. (ALMEIDA, 2007, p. 123).

No dia seguinte, Marta esperava pelo jovem por quem estava apaixonada, pois era véspera do dia do seu retorno para casa. “Nesse dia esperamos em vão Luis. Eu ia à janela, voltava para o interior e descia ao jardim, sem que nenhuma das vezes lhe tivesse lóbrgado a sombra” (ALMEIDA, 2007, p. 124). Nesta noite, Marta tampouco conseguiu dormir e, no dia seguinte, decidiu dar uma última volta no lugar antes de partir. Ela estava à procura dele:

Nunca o sol me pareceu tão claro, tão luminoso e belo. Dizia-me não sei que voz íntima que encontraria Luis pela última vez, nessa solidão perfumada e tão digna do nosso amor! O adeus, imaginava eu, quebrará o encanto, e ouvirei enfim dos seus lábios a suprema palavra, o amo-te, que nos ligará por toda a vida... (ALMEIDA, 2007, p. 125).

Então, ela seguiu caminhando e pensando na vida, no amor, no seu futuro, apreciando a natureza, a paisagem no percurso, e, ao se aproximar do hotel, deparou-se com uma cena que a deixou congelada e surpresa negativamente. Marta avistou Luis, mas não da forma como imaginara; ele não estava esperando por ela para se declarar:

Sentada num banco do jardim, muito perto do gradil da estrada, a filha do parálítico, com a cabecinha brilhando no sol, e os pés mergulhados no pelo farto do seu grande Terra Nova (seu cachorro), dialogava amorosamente com Luis! Ele rodeava-lhe a cintura com o braço, numa intimidade que me encheu de espanto. Ouvi-lhes as vozes unidas (...) (ALMEIDA, 2007, p. 126).

A personagem presenciava essa cena tendo a certeza de que pareciam um casal apaixonado a partir do tom de suas vozes e as expressões meigas que carregavam em seus rostos. “Segurei-me aos varais de ferro para não cair, senti uma vertigem; respirava alto, escutando-lhes sem as entender mas adivinhando-as claramente” (ALMEIDA, 2007, p. 126). Ela não entendia muito sobre a língua inglesa, mas D. Aninha a havia ensinado algumas poucas coisas com boa vontade. E, de tudo que disseram durante a conversa, ela pôde gravar em sua mente apenas duas frases:

– Do you love me? perguntava ele, a envolvê-la com um olhar úmido, untuoso. Oh yes, yes..with all my heart! Respondia-lhe ela, languidamente, coando por entre as pestanas cerradas a luz dos olhos rasgados”. (ALMEIDA, 2007, p. 127).

Depois de ver esta cena, Marta ficou trêmula e decidiu voltar para casa, não conseguia respirar e nem parar de pensar no que havia acabado de presenciar. D. Aninha estava muito preocupada e, então, como estava na hora de irem embora, seguiram para a estação. No caminho, ela perguntou o significado daquelas palavras que havia escutado com a finalidade de comprovar suas suspeitas:

– Que quer dizer: Do you love me?  
 Amas-me? Repondeu-lhe ela, sorrindo maliciosamente, e depois: Por quê? Algum inglês disse-lhe hoje?  
 Qual! Mas ouvi um inglês dizê-lo a uma inglesa!  
 Sim? E ela ficou silenciosa, baixou os olhos...corou...não é verdade?  
 Não... ela replicou muito firme: yes..yes..with all my heart. E que significam as últimas palavras?  
 Sim, sim, de todo meu coração. Ora a Marta como pôs sentido na conversa! Mas que gente era essa?  
 Eu sei lá... uns ingleses...” (ALMEIDA, 2007, p. 129).

E, assim, a viagem seguiu. Quando Marta chegou em casa e reencontrou sua mãe, evitou falar sobre Luis, mas ela sofria muito após o ocorrido, estava se sentindo revoltada, enganada, sentia que aquilo havia sido uma injustiça. E as consequências dessa dor foram severas para a protagonista desta narrativa, pois ela se tornou uma pessoa extremamente nervosa, silenciosa, impaciente:

Sim, agora era a paixão, uma paixão horrível, obstinada, a que se unia uma revolta dolorosíssima, contra a minha situação, a minha fealdade, e a injustiça de Deus. Compreendia Luis. Como poderia ele amar uma rapariga sem graça, sem nome e pobre como eu, havendo criatura como a filha do paralítico, tão ricas e formosas? Entretanto esperava... esperava sempre o milagre, a realização daquelas promessas feitas indiretamente, através de frases vagas e de versos, em que eu tão louca, tinha acreditado. (ALMEIDA, 2007, p. 131).

A personagem adoeceu, pois havia exaurido as forças de sua alma. Ela sabia que jamais algum outro amor a deixaria em um estado extremamente doloroso como o que ficou e permaneceu por tanto tempo. Ela acabou enfraquecendo por conta de ataques de medo que tinha constantemente durante as noites, o que deixava sua mãe preocupada e a fez recorrer a um médico, que lhe indicou distrações para melhorar. Entretanto, Marta se tornou obcecada e não conseguia seguir sua vida: “Luis era minha obsessão, era meu desespero. Não o via nunca. D. Aninha, talvez por desconfiada, jamais aludia ao seu nome e eu tinha um acanhamento louco de perguntar por ele” (ALMEIDA, 2007, p. 132).

Depois de um tempo, ela recebeu a notícia de que Luis iria se casar com a sobrinha de D. Aninha. Marta ficou pálida e a todo custo fez o possível para não sentir nada, pois sabia que

era o melhor a se fazer. Então, a partir daí, começou a estudar muito e se dedicar para passar em um concurso e se tornar professora.

Para Vasconcelos (2006), o romance sentimental, a partir do século XVIII, representava um ideal constante, pois, conforme mencionado, as heroínas desse gênero geralmente eram delicadas e profundamente sensíveis, o que as levava a ter frequentes desmaios e crises de choro. Tal fato está muito bem relacionado às narrativas aqui estudadas. Dessa forma, em consonância com esse pensamento, percebemos que as protagonistas em questão eram personagens demasiadamente sensíveis e que demonstraram sofrimento quase infindável quando seus sentimentos não foram correspondidos, o que as levou à doença e quase à morte, demonstrando assim seus sofrimentos exacerbados. Logo, a emotividade se constituiu como um importante elemento ao verificar as consequências do sofrimento gerado a partir da desilusão amorosa ocorrida nas duas narrativas.

Portanto, percebemos o doloroso processo de desilusão amorosa sofrido pelas protagonistas, que as deixou doentes e impedidas de seguirem suas vidas por um período. Contudo, tal sofrimento acaba se configurando como um meio de aprendizagem e amadurecimento, mesmo que doloroso, fazendo com que as personagens pudessem evoluir e alcançar um destino superior.

#### **4.6 Matrimônio**

O casamento de personagens femininas pode ser interpretado de várias formas. Obviamente, sempre existiu uma preocupação exacerbada com relação à manutenção do patrimônio familiar e à proteção desses bens, logo, o casamento era um bem necessário. (CASSAB, 2011). Outro fato está associado à contenção e controle, pois a juventude era uma fase instável e os jovens precisavam ser disciplinados, estar sob vigilância, o que estaria relacionado ao casamento de personagens femininas ainda jovens. Nesse sentido, o casamento foi considerado uma ferramenta para conter a instabilidade emocional na juventude. (CASSAB, 2011).

No romance de Jane Austen em tela, vale dizer que dia após dia, Marianne ficava pior e todos começaram a pensar que pudesse morrer. Gravemente doente, com uma febre infecciosa, somente conseguiu se reerguer após o período doloroso pelo qual passou, graças a sua família que esteve muito presente, ajudando-a, e a um amigo, o coronel Brandon, que se tornou muito próximo e dedicou todos os seus dias para que ela melhorasse.

Perto de sua mãe, Marianne começou a se recuperar de forma esperançosa e todos ficaram felizes ao ver como estava contente e serena. Mrs. Dashwood conversou com Elinor sobre os sentimentos de Coronel Brandon em relação à Marianne: “Ele abriu seu coração ontem enquanto viajávamos (...) dando vazão a sentimentos irresistíveis, Elinor, desde o primeiro momento em que a viu” (AUSTEN, 2015, p. 439). Nessa conversa, falavam sobre os sentimentos dele e sobre sua ausência de coragem para tentar confessar o que sentia à amada Marianne:

Não. Ele acredita que a afeição de Marianne está demasiadamente arraigada para que possa sofrer alguma mudança por um longo tempo; e mesmo supondo que o coração dela esteja novamente livre, ele não confia o suficiente em si para pensar que, com tanta diferença de idade e temperamento, ele possa atraí-la. Nisso ele está bastante equivocado. A diferença de idades é uma vantagem, pois fortalece seu caráter e princípios; e quanto ao seu jeito de ser, estou convencida que é exatamente quem fará sua irmã feliz. E a sua pessoa, suas maneiras, também estão a favor dele, mas, ao mesmo tempo, há algo muito mais agradável em seu semblante (...) (AUSTEN, 2015, p. 441).

Em *The feminism in Sense and Sensibility: The contrast between the main female characters in Jane Austen's book* (2018) argumentamos que, neste ponto da narrativa, a protagonista pôde ver tudo de uma forma mais clara em relação ao seu destino. Finalmente, compreendeu que sua doença foi consequência de sua negligência consigo mesma em decorrência de seus sentimentos, sendo possível, depois de algum tempo, perceber que, mesmo após o sofrimento exarcebado que parecia interminável, era possível superar sua história com Willoughby:

Minha doença me fez pensar... deu-me tempo e calma para uma séria meditação (...) Pensei sobre o passado: tudo o que vi em meu próprio comportamento, desde o início de nossa amizade com ele no outono passado, foi uma série de imprudências contra mim e de falta de gentileza com os demais. Vi que meus próprios sentimentos prepararam meus sofrimentos, e que minha falta de força para enfrentá-los quase me levou ao túmulo. Minha doença, bem sei, foi inteiramente provocada por mim mesma, com tal negligência para com minha saúde, que mesmo naquela ocasião sentia estar errada. Tivesse morrido, seria autodestruição. Não soube do perigo até que esse perigo desapareceu; mas com os sentimentos que essas reflexões me trouxeram, admirava-me de minha recuperação e da mesma intensidade da minha ânsia de viver, para ter tempo de me arrepender diante de Deus e de todas vocês, não me tivesse matado de imediato (...) (AUSTEN, 2015, p. 449).

Dessa forma, percebemos que a doença, que quase levou a personagem ao destino trágico da morte, também serviu como experiência para que esta compreendesse seus equívocos ao longo do processo. Assim sendo, Mrs. Dashwood realmente queria que sua filha se casasse com o coronel Brandon, entretanto, Marianne nunca gostou dele, vendo-o de início como um



homem velho e doente e, por esta razão, tentava manter distância dele: “Ela nada sentia a não ser pesar e desilusão ao vê-lo” (AUSTEN, 2015, p. 219).

Contudo, ela amadurece muito após sua doença e deixa de enxergá-lo negativamente, pois “a heroína deve fazer suas próprias escolhas, julgamentos e erros antes de atingir a maturidade e encontrar uma alma gêmea digna de virar seu cônjuge” (BYRNE, 2018, p. 41). Fato é que os dois já haviam passado por grandes desilusões amorosas e isso os tornou fortes e capazes de continuar suas jornadas. Ademais, ela foi capaz de reconhecer todo o cuidado e atenção dedicados pelo coronel Brandon em sua recuperação e, assim, gradativamente, foi se afeiçoando a ele:

Marianne Dashwood nascera para um destino extraordinário. Nascera para descobrir a falsidade de suas próprias opiniões e para contrariar, por sua conduta, suas máximas favoritas. Nascera para vencer um afeto que surgiu já aos 17 anos, e, sem nenhum sentimento superior a um grande apreço e uma profunda amizade, voluntariamente dar a mão a outro! E aquele outro era um homem que havia sofrido não menos que ela por causa de seu antigo afeto, e a quem, dois anos antes, havia considerado velho demais para se casar, e ainda por cima procurava proteger a saúde usando coletes de flanela! (AUSTEN, 2015, p. 493).

Era como se, depois de tudo que sofreram, cada um a seu modo, eles se completassem e, juntos, fossem capazes de alcançar a felicidade merecida e que antes parecia tão distante, por vezes, inexistente ou impossível. Nesse sentido, Byrne (2018) pondera a respeito da capacidade de mudança do ser humano a partir das experiências pelas quais passam, sendo o gênero romance aquele que é capaz de acompanhar e representar tal fato em detalhes, por meio das experiências vividas pelas personagens em suas mais diversas narrativas.

Para a intensa Marianne, seria impossível amar pela metade. Entretanto, com o passar do tempo e recebendo todo o amor de seu esposo, ela pôde se doar inteiramente, como acreditou antes que jamais seria possível novamente. Logo, coronel Brandon estava felicíssimo, seu final feliz foi merecido, visto todo seu sofrimento ao longo da narrativa. E a jovialidade de Marianne foi capaz de retornar a alegria perdida em sua vida:

Coronel Brandon agora estava tão feliz como todos os que amavam acreditavam que ele merecia; encontrava em Marianne o consolo para todas as aflições passadas, seu afeto e sua companhia reanimaram seu espírito e devolveram-lhe o bom humor; e que Marianne encontrasse a sua própria felicidade em ser o objeto da felicidade dele, era a certeza e o prazer de cada um de seus amigos. Marianne não poderia amar pela metade, e, com o tempo, ela entregou inteiramente o seu coração ao esposo, como havia uma vez antes com Willoughby. (AUSTEN, 2015, p. 493).

Dessa maneira, o casamento de Marianne é a prova do seu amadurecimento ao longo da

narrativa, pois ele é baseado no senso comum e não em atitudes passionais e impulsivas. Portanto, não existem somente sentimentos impulsivos na protagonista, pois ela aprende a controlar seus atos e aprimorar seu temperamento. Então, vemos que ela aprende com suas experiências e seu matrimônio é a comprovação disso. (SERRÃO, 2018).

Marta, por sua vez, seguiu estudando para o concurso. Ela recebeu a nomeação do concurso no mesmo dia que Luís se casou com Leonor, prima de D. Aninha, e sua mãe ficou extremamente contente com a sua conquista e a abraçou mesmo sem entender sua visível tristeza. Ela foi para o quarto, pois precisava ficar só e pensar:

Eu pensava na tarde da tempestade; na filha do paralítico e no abraço de Luis; nos seus madrigais, nos seus sorrisos e na sua falsidade; pensava ao mesmo tempo em tudo que me impressionara no campo, em tudo que me dera alegria, e em tudo que me dera desgosto! (ALMEIDA, 2007, p. 148).

Quando retornou à sala, sua mãe estava radiante e lhe informou que o Miranda, um antigo freguês e agora vizinho, pediu sua mão em casamento. Marta ficou surpresa e sem resposta, sua mãe, então, deu prosseguimento ao que dizia: “O Miranda é homem de quarenta e tantos anos, muito sério e bondoso” (ALMEIDA, 2007, p. 148). Logo, Marta argumentou que não o conhecia e que somente o avistava de longe.

– Ele apaixonou-se por ti na leitura das cartas que me escreveste de Palmeiras.  
– E por que lhe mostrou as minhas cartas?  
– Porque ele perguntava-me sempre por ti...e...porque, filha, escrevias-me coisas tão bonitas, e delicadas, que o meu orgulho de mãe aconselhava-me aquela indiscrição. Eu sabia de há muito que qualidade de homem é o Miranda: trabalho para ele há dez anos, bem vês... nunca me pagou mal, nunca fez reclamações nem queixas, foi sempre cavalheiro (...) (ALMEIDA, 2007, p. 148-149).

Assim como coronel Brandon, Miranda não tinha coragem de se declarar, portanto, contentava-se em olhar sua amada de longe. Este decidiu se declarar no momento em que pensou perdê-la para sempre. A seguir, verificamos na fala da personagem Marta (mãe) que ele havia demonstrado interesse em casar-se com a protagonista da narrativa em questão: “agora, porém, que há de ir morar para fora, e não podendo calar-se mais tempo, revelou-me a sua afeição” (ALMEIDA, 2007, p. 149).

Depois de sua mãe ter argumentado em favor do pretendente, ela responde que não desejava se casar, pois havia conquistado a posição que desejara e não precisava de um casamento, visto que era independente financeiramente. Sua mãe insiste que não deseja partir sem ver sua filha casada e que Miranda seria um ótimo marido: honesto e cuidaria dela para que

não ficasse sozinha no mundo. Outro argumento utilizado por sua mãe era a importância de manter a boa reputação de uma mulher, e isso somente seria conquistado com a constituição de uma família:

Mas de mim, quem se ocuparia em falar? Passaria sempre despercebida, mesmo pela vista dos mais curiosos. Viriam os cabelos brancos, viria a velhice e eu ficaria sozinha com meus sonhos pueris, as minhas raivas surdas, a mesma desconfiança pela humanidade que parecia repudiar-me. (ALMEIDA, 2007, p. 150).

Nesse sentido, Morais (2004) explica que a mulher do período em questão exclusivamente consagraria seu papel social após o casamento, pois, desta forma, ela cumpriria seu dever, que seria cuidar do lar, do marido e dos filhos. No entanto, Marta deseja contrariar as expectativas não só de sua mãe, mas também da sociedade, quando se mostra resistente ao casamento sem amor, tendo em vista que ela tampouco conhecia o pretendente em questão. Contudo, talvez por estar inserida em um sistema patriarcal que a impele, inclusive, a agradar sua mãe, Marta acaba mudando de ideia, o que demonstra a supremacia dos casamentos burgueses que eram arranjados.

Para Salomoni (2005), não era apenas a vontade de defender sua autonomia que faz com que ela, em um primeiro momento, não queira se casar, mas a crença de que não seria capaz de despertar sentimentos em uma pessoa por conta do seu tipo físico, que estava longe de ser o estereótipo de beleza da mulher brasileira daquele período. A personagem passa a se interrogar o que ele amaria nela e constata que seria seu espírito, pois ela não se via atraente fisicamente.

Dessa forma, depois de muito refletir, Marta decide aceitar o pedido de Miranda, mesmo sem conhecê-lo: “Recebi-o com toda a calma, sem amabilidade, friamente; sorria com esforço, e procurava em vão sacudir de mim a antipatia que o casamento naquelas condições me inspirava” (ALMEIDA, 2007, p. 153). A ideia não lhe agradava, não estava feliz, porém, ele lhe transmitia lealdade, confiança e isso a tranquilizava.

É possível perceber a desconstrução do esquema romântico do casamento na narrativa aqui apresentada, entretanto, a personagem sucumbe diante do conformismo em relação às regras de convivência em sociedade. Seu noivo e sua mãe estavam ansiosos para que fosse marcada a data do casamento, porém, Marta marcou e desmarcou várias vezes até por fim decidir uma data para a realização deste evento. Casaram-se no verão em uma cerimônia simples, com poucos convidados. Miranda era um bom marido, contudo, ela não o amava:

Passamos uma semana feliz; meu marido consagrava-me uma afeição serena; era delicado e bom. Nunca no meu lar soaram as alegres e sonoras frases dos noivos

apaixonados, nem tampouco até hoje houve um arrufo. (ALMEIDA, 2007, p. 161).

Pouco tempo depois de seu casamento, sua mãe adoeceu e, em momento no qual todos estavam juntos, ela passou mal e caiu no chão. Seu marido carregou Marta (mãe) para o quarto e chamou um médico que afirmou se tratar de uma lesão antiga, e era inacreditável que ela ainda estivesse viva. Logo depois, ela faleceu; era como se sua missão houvesse sido cumprida: cuidara de sua filha com todo amor e, após ter certeza de que ela continuaria a ser bem cuidada e amparada pelo marido, poderia ir em paz.

Singular organização a sua! Enquanto dependi do seu trabalho, da sua vida, da sua proteção, movia-se sempre ativa, (...) agora que não se julgava precisa, deixou cair os seus braços e confessou-se exausta! (ALMEIDA, 2007, p. 162).

Meu marido, meu bom marido, entrara atrás de mim e amparou-me nos braços; tive ataques violentos toda a tarde, rasgando o vestido, mordendo-me, batendo com a cabeça na cabeceira da cama e nas paredes, cerrando os dentes a todos os remédios e alimentos, num desespero atrozíssimo e indomável. (ALMEIDA, 2007, p. 164).

Podemos notar o quanto a personagem sofreu com a perda da mãe, era como se recebesse mais um golpe, porém, a dor foi cedendo espaço para a superação e alegria, pois, após dois anos, Marta teve uma filha, Cecília, que iluminou sua casa e sua família, julgando-a muito parecida com sua mãe: “– Quem sabe se neste corpinho adorado, pequenino e tenro, não estará aquela grande alma imaculada da santa que foi embora?” (ALMEIDA, 2007, p. 165).

Verificamos que, ao final da narrativa, a protagonista parece ter desenvolvido sentimentos por Miranda, que antes pareciam impossíveis. Logo, eles se tornaram uma família unida e feliz, vivendo em um lar harmonioso. Um final muito diferente do qual a própria personagem imaginara para si: “O pai a adorava, ela adorava o pai, e vivemos os três na mais doce harmonia: eu resignada, meu marido afetuoso, e a nossa adorada Cecília, sempre alegre!” (ALMEIDA, 2007, p. 166).

Para Perrot (2017b), o século XIX foi responsável por fixar uma divisão e delimitar funções em sociedade. A divisão entre a esfera pública, na qual atuam os homens, e a privada, pertencente às mulheres, torna-se nítida e revela a formulação social baseada entre os gêneros.

Então, as mulheres eram treinadas desde cedo para a vida matrimonial e a função a elas designada seria cuidar do lar e dos filhos. Wollstonecraft (2016) mostra que a busca por um marido era o objeto de conquista de uma mulher, assim, seus projetos e sonhos seriam finalizados após o casamento. Era como se sua vida fosse resumida em buscar um marido, casar-se, manter o casamento e gerar filhos.

Contudo, compreendemos que as personagens romperam com o padrão solidificado do

período no qual viveram ao desejar um casamento por amor no lugar de um casamento arranjado pela família, com interesses econômicos em jogo, ou a decisão de não se casar tendo em vista já terem alcançado estabilidade e autonomia, logo, não precisariam de um marido. Elas também quebram esse modelo consolidado quando não devotam suas vidas somente aos afazeres domésticos, mas também a outras finalidades, como a dedicação aos estudos, por exemplo.

#### **4.7 Escolarização**

Após toda a reviravolta ocorrida na vida da personagem Marianne, esta decide compreender o ocorrido como um momento que lhe proporcionou reflexão. Nesse sentido, vimos anteriormente como ela pôde se conhecer melhor e aprender a balancear seus sentimentos e atitudes. Então, ela começou a planejar e traçar planos para o futuro: “O futuro deve ser minha prova. Já elaborei meu plano, e se for capaz de cumpri-lo chegarei ao domínio dos meus sentimentos e melhorarei meu temperamento (AUSTEN, 2015, p. 451). Dessa forma, notamos que a personagem aprendeu a exercer seu autocontrole com a finalidade de conter seus impulsos. À vista disso, a personagem acabou modificando seu destino em diversos aspectos:

Mas assim foi. Em vez de sacrificar-se a uma paixão irresistível, como uma vez ela tinha orgulhosamente esperado fazer – ao invés de permanecer para sempre com a mãe, tendo a reclusão e os estudos como seus únicos prazeres, como mais tarde, com o juízo mais calmo e sóbrio, decidira – aos 19 anos viu-se entregue a novos afetos, aceitando novos deveres, instalada em outra casa, uma esposa, uma dona de casa e senhora de um povoado. (AUSTEN, 2015, p. 493).

Marianne decidiu, então, dedicar-se aos estudos e ir além da biblioteca de sua casa, ou seja, seu desejo era aprender mais do que era destinado às mulheres no século XIX, buscando, dessa forma, expandir seus conhecimentos e, conseqüentemente, quebrar com a expectativa de como uma mulher do período em questão deveria ser, pensar ou agir:

Tenho feito planos, e estou decidida a dedicar-me seriamente aos estudos. Já conheço suficientemente nossa biblioteca para saber que ali só há leituras de passatempo. Mas em Barton Park há muitos livros que vale a pena ler, e sei que há outros mais recentes, que poderei obter emprestados do coronel Brandon. Lendo apenas seis horas por dia, ganharei no espaço de um ano, boa parte da instrução que sei faltar-me agora. (AUSTEN, 20115, p. 447).

Assim sendo, Jane Austen atribuiu à sua personagem redenção e evolução, utilizando como uma das ferramentas o estudo, pois a educação recebida por elas era limitada e o acesso à leitura era vigiado, geralmente por seus pais. Logo, estas limitações tornaram tardia a visão

de mundo de uma educação irrestrita, com o acesso feminino à educação. (LOPES, 2013).

Júlia Lopes de Almeida também utiliza os mesmos elementos como forma de rompimento com o sistema patriarcal, o que marca o início de um novo momento, no qual as mulheres iniciariam no trabalho externo, fora do lar. O magistério foi uma oportunidade inicial para romper com a dependência econômica e cultural da figura masculina, como vimos na primeira seção.

Tal ocupação, que antes era exclusivamente direcionada aos homens, passou também a ser desempenhada por mulheres, pois a estas era atribuído o dom de educar, cuidar, logo, lecionar, dentre outros aspectos. Foi assim que as mulheres passaram a ocupar cargos que antes eram apenas destinados à figura masculina. Contudo, como afirma Mendonça (2003), a atividade docente não poderia atrapalhar o destino esperado para uma mulher: o casamento. Assim, o magistério era visto como uma atividade transitória enquanto se esperava por um marido.

Foi assim também que a personagem, desde que entrou na escola, viu a possibilidade de mudar seu destino e de sua mãe através dos estudos. Sabia que não esperavam nada dela, pois era uma estudante medíocre, entretanto, a partir daí, instaurou-se nela um espírito de mudança. Dessa forma, começou uma luta incansável para alcançar seu objetivo principal: mudar-se do cortiço no qual moravam. “Eu queria ser mestra para não morar em um cortiço mal alumado, infecto, úmido, nesta terra onde há tantas flores, tanta luz e tantas alegrias!” (ALMEIDA, 2007, p. 72- 73).

Nessa trajetória, a protagonista contou com uma ajuda imprescindível, sua professora D. Aninha, que representava uma incentivadora, uma pessoa boa que a ajudaria em diversos momentos. É importante ressaltar a ideia de espelho entre estas duas personagens, pois Marta, ao ver D. Aninha, via que era possível, sim, se tornar professora, aquela foi de extrema importância na escolha de Marta ao seguir a mesma carreira: “Eu era uma coisa. Foi ao seu impulso que me tornei – gente” (ALMEIDA, 2007, p. 73). Ou seja, a partir da ajuda de sua professora é que ela pôde conquistar seus objetivos.

A valorização do estudo como meio para atingir o crescimento interior e financeiro está presente na narrativa, tendo em vista que, dessa maneira, uma moça pobre poderia sair da situação de extrema pobreza e propiciar o sustento de sua família: “Era dentro daquelas paredes que eu tiraria o sustento e a independência para minha mãe...” (ALMEIDA, 2007, p. 91).

Depois de nomeada professora, Marta não desejava se casar, pois havia atingido independência. Logo, o privilégio do estudo e do trabalho mostra a ascensão em uma sociedade patriarcal que não proporcionava oportunidades às mulheres. Entretanto, esta situação

degradante poderia ser revertida através do acesso ao conhecimento. O que a leva a optar pelo casamento é muito mais o desejo de sua própria mãe que, ainda presa a um modelo conservador, via como necessário que as mulheres almejassem matrimônio como passo fundamental para a aceitação e inclusão social.

Para Salomoni (2005), o romance em questão ressalta a ideia de que as mulheres não conseguiriam vencer as barreiras de ordem social que lhes eram impostas. Contudo, a escritora mostra que existe, sim, a possibilidade de reverter esse destino de pobreza e exclusão, uma vez que a personagem se torna professora e acaba optando pelo casamento não por necessidade econômica, mas por força social: “se o magistério foi uma das primeiras oportunidades, principalmente para as feias, pobres e solteironas a verdade é que teve o mérito de permitir-lhes acesso ao espaço público sem que sobre elas se articulassem críticas muito severas” (SALOMONI, 2005, p. 141).

Dessa forma, Júlia Lopes de Almeida, consciente das desvantagens e preconceitos sofridos pelo gênero feminino dentro de uma sociedade machista e patriarcal, mostra, através de sua personagem, a luta na busca de igualdade e oportunidades, com a finalidade de não haver dependência da figura masculina.

É importante salientar que a escritora destaca a figura da mulher como indivíduo que é passível de enfrentar momentos difíceis e que, sem instrução, não estaria preparada para lidar e enfrentar tais circunstâncias. Júlia Lopes de Almeida retrata essa realidade sem renegar o papel de mãe, visto que ela própria conseguia conciliar a sua carreira e sua vida domiciliar: “(...) é sob a perspectiva da mãe, tão valorizada pela sociedade burguesa do século XIX, que ela reivindica a instrução para a mulher: a mãe instruída pode melhor orientar os filhos” (MENDONÇA, 2003, p. 282).

Então, como visto na seção 3, a personagem Marta rompeu com o sistema patriarcal instaurado no século XIX e com o qual as mulheres já haviam se conformado, tendo em vista que esta deixou para segundo plano a importância do casamento, visando primeiro sua autonomia. Quer dizer, suas prioridades não estavam relacionadas ao matrimônio e, sim, à educação, ao trabalho e à independência financeira. Logo, vemos que a escritora reivindica a instrução para as mulheres. Nesse sentido, Wollstonecraft (2016) justificava a inferioridade intelectual das mulheres oitocentistas como consequência dos limites educacionais a elas impostos. Assim, a educação se constituiu como ferramenta imprescindível para que as mulheres pudessem desempenhar funções superiores, bem como pudessem ambicionar a busca pela execução de novos papéis sociais.

Portanto, podemos evidenciar nas obras em questão a presença do estudo como

mecanismo para compreensão da necessidade de um nível maior de instrução para as mulheres, em detrimento dos conhecimentos limitados por elas recebido e que seriam utilizados apenas no âmbito domiciliar. Almeida (1926) pondera que, se a mulher possuísse mais liberdade no âmbito educacional, teria a chance de obter uma educação satisfatória e instruída, não sendo mais considerada inferior. Então, em um século que defendia a inferioridade feminina, as protagonistas desempenharam um papel de discordância em relação ao sistema e uma luta sensível ao buscar estabelecer igualdade de oportunidades entre os gêneros.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou alcançar o objetivo principal desta pesquisa, o de fornecer uma leitura comparativa entre as personagens Marianne e Marta, através da análise dos livros *Razão e Sensibilidade* (1811) e *Memórias de Marta* (1888), respectivamente. O desenvolvimento deste trabalho nos permitiu uma compreensão específica da condição feminina no século XIX e da importância das obras aqui estudadas que puderam dar visibilidade à figura da mulher.

O papel da mulher em uma sociedade patriarcal foi um elemento importante que nos ajudou a compreender as funções e limitações do gênero no século XIX, na Inglaterra e no Brasil, tendo em que vista que tal sociedade refletia o machismo em que a mulher era propriedade do homem, pai ou esposo, e deveria, portanto, ser responsável pela administração da casa e dos filhos, desempenhando, assim, função de dama do lar e não indivíduo atuante em sociedade. Então, é a partir da apropriação da realidade sexual que o machismo estabelece uma relação de poder, através de papéis e estereótipos determinados, assim ocorre a dominação do homem sobre a mulher.

Dessa forma, as mulheres não poderiam opinar, trabalhar ou votar, logo, não possuíam direitos e oportunidades iguais aos homens, pois elas deveriam ser subservientes à figura masculina. Isso constituía uma situação de omissão social e fragilizava a condição feminina. A visão estereotipada da inferioridade da mulher e o preconceito da sociedade masculina do século XIX contribuíram para a disseminação desta triste realidade, que ainda traz consequências mesmo nos dias atuais.

A construção social em torno dos gêneros e a delimitação do que deveria ser realizado pelo sexo feminino e pelo masculino estratificaram a sociedade e determinaram o contexto em sociedade. As limitações relacionadas à figura da mulher envolviam, entre outras questões, a educação restringida e direcionada às habilidades que seriam utilizadas no âmbito domiciliar, e isso dificultou o processo das realizações femininas em diversos segmentos.

Todas essas limitações vivenciadas pelas mulheres em seus cotidianos as impediam de realizar muitas tarefas. Entretanto, foi no século XIX que o debate acerca do papel social das mulheres começou a ser contestado e a busca por igualdade de direitos começa a ganhar força. Esse foi um período de grande importância na tentativa de modificar o cenário até então vigente, que incentivava a segregação entre tarefas masculinas e femininas.

Nesse panorama, muitas mulheres, na Europa e Inglaterra, começaram a escrever e publicar seus artigos, poemas, periódicos, entre outros. No Brasil, esse processo se deu

lentamente, contudo, o país já experienciava as transformações sociais, políticas e culturais ocorridas no mundo, alicerçadas na Revolução Industrial.

É importante ressaltar que as escritoras Jane Austen e Júlia Lopes de Almeida destacaram-se nesse período, pois elas observavam o comportamento das pessoas e escreviam sobre esses tópicos em suas obras. As autoras aqui estudadas também vivenciaram injustiças de diversas ordens por serem do sexo feminino. Dessa forma, elas possuíam um olhar em alerta à figura da mulher, evidenciando as discordâncias com os padrões sociais da época. Por essas razões, essas autoras são consideradas mulheres revolucionárias, uma vez que consolidaram, no papel, a condição de subordinação das mulheres no período em questão e puderam também levantar suas vozes contra o padrão dominante, rompendo, assim, os limites entre os espaços públicos e privados.

Certamente as escritoras aqui estudadas foram responsáveis por abrir os caminhos para outras mulheres, não só na literatura, mas também em outros segmentos. No século XIX, despontou o movimento feminista, que tinha por objetivo garantir às mulheres as mesmas prerrogativas que os homens possuíam, assegurando direitos sociais, políticos, econômicos etc. Logo, como ele surgiu em um período posterior ao período no qual as escritoras viveram, estas não podem ser consideradas feministas, entretanto, podem ser inseridas no profeminismo, pois defendiam os direitos das mulheres mesmo antes de o movimento ser reconhecido.

Então, o século XIX foi responsável por ocasionar grandes mudanças em diversos âmbitos da sociedade. O sistema capitalista causou transformações significativas para as mulheres, já que ocorreram implementações de fábricas e as mulheres passaram a trabalhar no interior delas, entretanto, em condições degradantes e com remuneração inferior a dos homens. Assim, elas passaram a reivindicar melhores condições de trabalho e igualdade de direitos.

Ademais, as mudanças da condição feminina ocorridas ao longo do tempo mostram a superação da posição de subordinação experienciada pelo gênero feminino à busca por igualdade. As personagens analisadas nesta pesquisa demonstram a não aceitação diante da realidade de limitações e privações pelas quais as mulheres deveriam submeter-se. Sendo assim, elas destacam-se por representar a ruptura com o estereótipo feminino do século XIX.

De forma geral, analisando as descobertas, podemos perceber que as personagens Marianne e Marta possuem uma aproximação considerável em se tratando de personalidade, atitudes, escolhas, decepções etc., pois elas evidenciam uma visão de não aceitação e não conformismo diante da situação da mulher no século XIX. Desse modo, estas procuraram quebrar com o estereótipo da mulher desta época, que buscava o casamento como única finalidade na vida, não possuía voz ou desejos e, muitas vezes, não podia estudar ou trabalhar.

Outro ponto a ser destacado é o distanciamento entre as personagens em alguns momentos das narrativas. Verificou-se que Marianne buscava o casamento por amor, enquanto Marta acreditava não haver razão para casar-se, visto que esta era independente financeiramente. Então, neste ponto, as protagonistas se afastam, entretanto, ambas mostram a não concordância com o casamento arranjado entre as famílias, o que era uma prática muito comum na época.

Marianne buscava casar-se por amor, mas acabou apaixonando-se por alguém que muito lhe fez sofrer. Depois de aprender com seus atos impulsivos e preconceituosos, ela terminou aceitando casar-se com o Coronel Brandon, que era um homem bem mais velho, alguém que não amava a princípio, mas por quem acabou construindo um sentimento a partir da convivência e todo o carinho que ela recebia dele.

Marta também sofreu uma decepção amorosa e não desejava mais se abrir para o amor, primeiro porque ela acreditava que seria impossível sentir esse sentimento novamente, segundo porque ela não se achava digna de ser amada, pois não era bonita e atraente, e, por fim, ela era independente financeiramente, ou seja, ela não dependeria de uma figura masculina para prover o sustento do lar. Entretanto, ela aceita casar-se com o Miranda por insistência de sua mãe, que estava muito doente e preocupada com seu futuro. Sendo assim, depois de algum tempo, ela cria um laço de carinho com seu marido.

Nessa parte da narrativa, é possível perceber que as personagens, de certa forma, acabaram cedendo ao sistema social imposto no período, pois estes casamentos podem ser considerados arranjados. Então, as protagonistas demonstraram suas opiniões em discordância com tais elementos, contudo, no fim, elas acabaram aceitando este desfecho. Uma possível resposta para esta situação seria o aprendizado experienciado por elas no decorrer da narrativa, tendo em vista que elas puderam escolher, não foi nada imposto e determinado. Outra explicação seria a opinião e preocupação das mães sobre a reputação e futuro das filhas como elemento fundamental na decisão.

Sendo assim, mesmo com essa quebra de expectativas ao final das narrativas, as personagens Marianne e Marta podem ser vistas como mulheres que romperam com o padrão da mulher do século XIX, porque puderam, ainda que de forma discreta, contestar o sistema patriarcal e demonstrar a revolta diante das limitações por elas experienciadas. Logo, a partir do processo de transformação e conscientização da mulher, foi possível modificar o cenário existente nesse período, ainda que a busca por igualdade de direitos esteja longe do fim.

Então, um elemento central nessa luta foi a inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado, porque esta estremeceu a legalidade do sistema patriarcal, que mantinha o homem

em uma posição de dominação enquanto provedor da família. Uma das vias possíveis foi a literatura, pois, ao invés de esconder ou exterminar seus escritos, as mulheres passaram a publicar e ganhar dinheiro trabalhando em algo que lhes dava prazer. Foi através da escrita que essas mulheres puderam criticar o sistema social operante naquela época, mesmo que de forma implícita ou velada.

Assim, acreditamos que o sucesso das obras referidas nesta pesquisa está diretamente relacionado com a escrita branda das escritoras. Estas, sabiamente, utilizaram a literatura como ferramenta para mostrar que existia uma parte das mulheres que não aceitava todas aquelas imposições e queria ir à luta em busca de mudança, entretanto, elas fizeram isso de uma forma cuidadosa, para que seus livros não fossem impedidos de circular e, conseqüentemente, de serem lidos.

Jane Austen se apropriou de uma linguagem implícita e muitas vezes irônica para atingir a finalidade do seu discurso e contestar o casamento arranjado, a limitação educacional, a injustiça sofrida pela figura feminina, que não poderia administrar a herança da família, o julgamento da sociedade inglesa para com aqueles que divergiam do estereótipo social requerido para a época, entre outros. Então, a escritora utilizava sua persuasão através das personagens para dar voz à mulher e, assim, criar discussões acerca desses temas em diversos momentos da narrativa.

Em contrapartida, Júlia Lopes de Almeida propôs à mulher uma melhora no desenvolvimento de sua função, ou seja, não ir contra as regras impostas pela sociedade, e sim propor uma maior independência em relação ao homem, utilizando o estudo como ferramenta para alcançar tal finalidade. Sendo assim, a escritora era defensora da garantia do direito à formação educacional para as mulheres brasileiras e isso fica evidenciado na narrativa aqui estudada, visto que a protagonista só se torna capaz de alcançar seu sonho através dos estudos.

Nesse sentido, torna-se de extrema importância revisitar as obras destas grandes escritoras, que tiveram coragem de desafiar o sistema dominante ao escrever sobre injustiças e limitações sofridas pelo gênero feminino no século XIX, na Inglaterra e no Brasil. Dessa forma, inspiraram e inspiram não somente as mulheres do período, mas as mulheres da atualidade, que viram nestas um grande comprometimento na tentativa de quebrar as barreiras impostas e abrir caminho para a mulher ter voz na literatura e na sociedade.

Esta pesquisa possui intenções pretensiosas de compreender a relação de aproximação entre as personagens femininas Marianne Dashwood e Marta, nas obras de escritoras que se aproximam nas representações sociais e se distanciam no espaço e no tempo. E, após isso, tentar acrescentar contribuições relevantes aos estudos sobre tópicos do gênero feminino e sobre as

escritoras Jane Austen e Júlia Almeida.

Portanto, a partir do que foi exposto, pode-se entender a situação de subordinação vivenciada por muitas mulheres no século XIX, bem como a busca por igualdade, representada através das escritoras e das personagens que retratam as vozes de muitas mulheres nesse período e nos dias que correm. Modernamente, estamos recuperando nossa história, conquistando espaços em diversas áreas, como: literatura, artes, política, esporte, ciência, entre outras. E com a expansão do alcance feminino é possível resgatar a auto-estima e mostrar que a capacidade da mulher equipara-se a do homem.

Entretanto, faz-se necessária a proposição de um questionamento acerca dos tempos atuais: será que hoje as mulheres conseguiram ultrapassar a barreira da desigualdade entre os gêneros? Mesmo que um longo caminho já tenha sido percorrido na busca por essa conquista, muito ainda precisa ser feito. Na contemporaneidade, a realidade do século XIX ainda continua muitas vezes a ser repetida. Nesse sentido, estudar mulheres fortifica e contribui para solidificar e legitimar essa luta, que é constante e diária.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia et al. **Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Caminhos do romance; FASESP, 2005.
- AUSTEN, Jane. **Razão e Sensibilidade**. São Paulo: Landmark, 2015.
- ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Livro das noivas**. Rio de Janeiro: Editora. Francisco Alves e Cia., 4ª edição, 1926.
- \_\_\_\_\_. **Memórias de Marta**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.
- BARROS, José. A revisão bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. **R. Est. Pesq. Educ.**, Juiz de Fora, v.11, n 2, p. 1044-106, 2009.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.
- BYRNE, Paula. **A verdadeira Jane Austen: Uma biografia íntima**. Tradução Rodrigo Breunig. 1º ed. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- BONIN, Ashley. **In Defense of Marianne Dashwood: A Categorization of Language into Principles of Sense and Sensibility**. The Oswald Review: An International Journal of Undergraduate Research and Criticism in the Discipline of English. Vol. 17, article 4. Lee university, Tennessee. 2015.
- BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- RODRIGUES, Bruno. **5 grandes escritoras do século XVII e XIX que você precisa conhecer**. 2016. Barbo house. Disponível em: <https://barbohouse.com.br/5-grandes-escritoras-dos-seculos-xviii-e-xix-que-voce-precisa-conhecer/>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- CARVALHAL, Tânia. **Literatura comparada**. 4.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ática, 2006.
- CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Revista de história**, Juiz de Fora, v.17, n.02, p. 145-159, 2011.
- COSTRUBA, Deivid Aparecido. **“CONSELHO ÀS MINHAS AMIGAS”**: Os manuais de ciências domésticas de Júlia Lopes de Almeida (1806 a 1906). 2011. 175f. Dissertação de mestrado – UNESP. São Paulo.
- D’ INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- DINKLER, Michal. Speaking of silence: Speech and silence as subversive means of power in Jane Austen’s Sense in Sensibility. **Jane Austen society of North America**, v. 25, n. 1, p.1-6, 2004.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado**. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **A history of women in the west: III Renaissance and Englishment Paradoxes**. Massachusetts: London, England. The Belknap Press of Harvard University Press, 1993.

ENGEL, Magali. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher for a de seu tempo? **La manzana de la discórdia**, vol.8, p. 25-32, 2009.

FENSKE, Elfi Kürten. **Júlia Lopes de Almeida - a escritora a belle époque tropical**. Templo Cultural Delfos, maio/2014. Disponível em: <http://www.elfikurten.com.br/2014/05/julia-lobes-de-almeida.html>. Acesso em: 27 set. 2018.

FISHER, Matt. “Love” and “Connoisseurship” in Jane Austen’s sense and sensibility. **The Explicator**, v. 68, n. 4, p. 216-218, 2010.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 4: O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Paris: Gallimard, 1971.

GOMES, Ana. Auta de Souza e a escrita feminina no oitocentos. **Cronos**, Natal-RN, v.1, n.2. p.49-60, jul./dez. 2000.

GOMES, Danilo. João do Rio. **Revista Literária do Corpo Discente da UFMG**, Ano XVI, n. 16, 1981. Disponível em: [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/literaria\\_corpo\\_discente/article/view/9453/8212](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/literaria_corpo_discente/article/view/9453/8212). Acesso em: 20 abr. 2020.

HOBBSAWN, Eric J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. Padrão de vida. In: \_\_\_\_\_. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1979, p. 143-159.

HUGHES, Kathryn. **Gender roles in the 19<sup>th</sup> century**. Discovering Literature: Romantics and Victorians. British Library, Web. 29 nov. 2014.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LODGE, David. **A arte da ficção**. Trad. Guilherme da Silva Braga. Porto Alegre: L&PM. 2017.

LOPES, Francilene Alves. **A figura feminina no século XIX no contexto social da obra Razão e Sensibilidade de Jane Austen**. 2013. 84f. Monografia – FAPAM, Pará de Minas, 2013.

LUCA, Leonora de. O “feminismo possível” de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). **Cadernos Pagu**, n.12, p. 275-299, 1999.

MAIA, Renata; MAIA, Claudia. Ser mulher e escritora no oitocentos: uma contribuição às letras e à história. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia/MG, v. 24, n. 2, p. 479-496, 2011.

MENDONÇA, Cátia Toledo. Júlia Lopes de Almeida: A busca da liberação feminina pela palavra. **Revista Letras**, Curitiba, n. 60, p. 275-296. 2003. Editora UFPR.

MORAIS, Flávia. **Literatura vitoriana e educação moralizante**. São Paulo: Alínea, 2004.

MOREIRA, Nadilza. Júlia Lopes de Almeida: o lugar do feminino na imprensa oitocentista brasileira. **Letra viva**, vol. 9, n. 1. p. 147-160, 2008.

MUZART, Zahidé. A questão do cânone. **Anuário de literatura** 3, 1995, pp. 85-94.

\_\_\_\_\_. Sob o signo gótico: o romance feminino no Brasil, século XIX. **Veredas** 10, 2008. p. 295-308.

\_\_\_\_\_. Um romance emblemático de Júlia Lopes de Almeida: crise e queda de um Sistema. **Navegações**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 134-141, jul./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos feministas**, Florianópolis, vol.11, n.1, pp.225-233, 2003.

NEMO, Augusto. **Romancistas essenciais: Júlia Lopes de Almeida**. Tracet books, 2019.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada**. São Paulo: Edusp, 1997.

NOLASCO, Edgar. Literatura comparada hoje: estudar literatura brasileira é estudar literatura comparada?. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 1, n. 2, p. 49-72, 2009.

OUTEIRINHO, Maria de F. Mulheres oitocentistas: George Sand vista por Maria Amália Vaz de Carvalho. In: **Estudos em homenagem ao Professor Doutor Antonio Ferreira de Brito**. Porto: Universidade do Porto, s/d, p. 299-304, 2004. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4394.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PEREIRA, Rosamaria. **A presença inglesa no Brasil e sua influência nas obras de escritores brasileiros do século XIX**. 2005. 100f. Dissertação de Mestrado – UFPA, Pará, 2005.

PERINI, Aline da Rocha. **Razão ou senibilidade?** A educação que orientou a composição de personagens femininas em obras de Jane Austen. 2014. 74f. Dissertação de mestrado – Rio de Janeiro, 2014.

PERROT, Michelle. **As mulheres e o silêncio da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Côrrea. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. 8º ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017b.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, M. Del (Org.) **História das mulheres**



no **Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

RIO, João do. **O momento literário**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep.Nacional do Livro, 1994.

RODRIGUES, Paulo Jorge. ET al. **O trabalho feminino durante a revolução industrial**. XII semana da mulher. São Paulo, 2015. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino\\_paulo-jorge-rodrigues.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiisemanadamulher11189/o-trabalho-feminino_paulo-jorge-rodrigues.pdf)>. Acesso em: 30 agosto de 2020.

SALOMONI, Rosane Saint-Denis. **A escritora/ os críticos/ a escritura**: O lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira. 2005. 231f. Tese de doutorado – UFRGS. 2005.

SERRÃO, Rebecca. **The sense and the sensibility**: the contrast between the main female characteres in Jane Austen’s book. 2018. 43f. Trabalho de conclusão de curso – UFPA, Pará, 2018.

SILVA, Cristiane Viana da. **A condição feminina nas obras de Júlia Lopes de almeida publicadas de 1889 a 1914**. 2014. 176f. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual do Piauí, Teresina – PI, 2014. Disponível em: <http://www.uespi.br/mestradoemletras/wp-content/uploads/2015/07/A-CONDI%C3%87%C3%83O-FEMININA-NAS-OBRAS-DE-J%C3%9ALIA-LOPES-DE-ALMEIDA-PUBLICADAS-DE-1889-A-1914.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

SILVA, Fabio Mario da. **Cânone literário e estereótipos femininos**: casos problemáticos de escritoras portuguesas. 2013. Tese de doutorado. Universidade de Évora, UE, Portugal. 2013.

SHOWALTER, Elaine. **A literature of their own**. Princeton University Press. Oxford. 2 priting, 1977.

SOUZA, Samantha. Memórias de Marta. Uma narrativa ficcional de Júlia Lopes de Almeida. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. **Anais...** São Paulo, julho 2011.

SMITH, Rebecca. **O clube de escrita de Jane Austen**. Inspiração, técnicas e conselhos da autora mais querida do mundo para quem quer escrever. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

SHTAIR, Ann B. **The first English Feminist**: ‘Reflections on marriage’ and other writings by MARY ASTELL. Edited by Bridget Hill. New York: St. Martin's Press, 1986.

SOUZA, Samantha. Memórias de Marta. Uma narrativa ficcional de Júlia Lopes de Almeida. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

STÜBE, Ângela Derlise. Imigração e Identidade: incidências na formação de professores. In: CAVALLARI, Juliana Santos; UYENO, Elzira Yoko. **Bilinguismos**: Subjetivação e Identificações nas/pelas Línguas Maternas e Estrangeiras. Coleção: Novas Perspectivas em Linguística Aplicada, v. 9. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 33-53.

SPONVILLE, André Comte. **Filosofando com André Comte**: Pequenos Tratados das grandes virtudes. A polidez. Disponível em: <http://filosofia-facil.blogspot.com/2009/05/polidez.html> . Acesso em: 30 ago. 2020.

TABAK, Fani; GUIMARÃES, Alex. Memórias de Marta: Historiografia, gênero e literatura em Júlia Lopes de Almeida. **Diadorim**: revista de estudos linguísticos e literários, Rio de Janeiro, vol. 9, 2011.

TAVARES, Eleuza. Literatura e história no romance feminino do Brasil no século XIX: Úrsula. In: XII SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA e III SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 2007, Ilhéus, BA. **Anais...** Ilhéus, BA: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/ELEUZA%20DIANA%20ALMEIDA%20TAVARES.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. **Encantações**: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX. São Paulo: Intermeios, 2012.

THE GUARDIAN. **Jane Austen's lesbianism is as fictional as Pride and Prejudice**. Bouhaha over a willful misunderstanding of historian Lucy Worsley revisits old territory that exists only in excitable imaginations. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/booksblog/2017/may/31/jane-austen-lesbian-fictional-as-pride-and-prejudice> Acesso em: 09 set. 2020.

VASCONCELOS, Sandra. Construções do feminino no romance Inglês do século XVIII. **Polifonia** (UFMT), Cuiabá, v. 3, n. 2, p. 85-100, 1995.

\_\_\_\_\_. **Dez lições sobre o romance inglês no século XVIII**. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Formação do Romance Brasileiro: 1808 a 1860 (Vertentes Inglesas). **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, São Paulo, n. 9, p. 49-64, ago. 2006.

VICENTE, Filipa Lowndes. **A arte sem história**: mulheres e cultura artística (Séculos XVI – XX). Lisboa: Athena, 2012.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding/ Ian Watt; tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WOLFF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

\_\_\_\_\_. **Um teto todo seu**. 1º. ed. São Paulo: Tordesillas, 2014.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. Ivania Pocinho Motta, 1º. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZARDINI, Adriana Sales. O universo feminino nas obras de Jane Austen. **Em Tese**, Minas Gerais, vol. 17, p. 1-14, 2011.

ZINANI, Cecil. Produção literária feminina: um caso de literatura marginal. **ANTARES**, Caxias do Sul, vol. 6, nº 12, p. 183-195, 2014.

ZOLIN, Lúcia. A construção da personagem feminina na literatura brasileira contemporânea (re) escrita por mulheres. **Diadorin**, Rio de Janeiro, vol.9, p. 95-105, 2011.

# **ANEXOS**

**ANEXO A** – Único retrato oficial de Jane Austen, aos trinta e cinco anos, em 1810; uma pintura em aquarela feita por sua irmã Cassandra Austen



**Fonte:** The Guardian.

**ANEXO B** – Retrato pintado por Richard Hall, em Paris, 1922?. Pintura a óleo que foi incluída no livro D. Júlia (1938), escrito por Filinto de Almeida.



**Fonte:** Acervo da Academia Carioca de Letras (ACL).